

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS
TECNOLOGIAS**

LANITA HELAINE DA SILVA NEVES SIZANOSKY

**CURADORIA DO CONHECIMENTO NA PRÁTICA EDUCATIVA: UMA
PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA PARA A EDUCAÇÃO EM PRIVAÇÃO DE
LIBERDADE**

CURITIBA

2019

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

LANITA HELAINE DA SILVA NEVES SIZANOSKY

**CURADORIA DO CONHECIMENTO NA PRÁTICA EDUCATIVA: UMA
PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA PARA A EDUCAÇÃO EM PRIVAÇÃO DE
LIBERDADE**

CURITIBA

2019

LANITA HELAINE DA SILVA NEVES SIZANOSKY

**CURADORIA DO CONHECIMENTO NA PRÁTICA EDUCATIVA: UMA
PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA PARA A EDUCAÇÃO EM PRIVAÇÃO DE
LIBERDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias do Centro Universitário Internacional – UNINTER, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Educação e Novas Tecnologias.

Área de concentração: Educação.

Orientador: Professor Dr. Rodrigo Otávio dos Santos.

CURITIBA

2019

S625c Sizanosky, Lanita Helaine da Silva Neves

Curadoria do conhecimento na prática educativa: uma proposição metodológica para a educação em privação de liberdade / Lanita Helaine da Silva Neves Sizanosky. - Curitiba, 2019.

163 f. : il. (algumas color.)

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Otávio dos Santos

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional Uninter.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Prisioneiros - Educação. 3. Educação – Finalidades e objetivos. 4. Prática de ensino. 5. Educação – Métodos experimentais. 6. Curadoria. 7. Educação – Efeito das inovações tecnológicas. I. Título.

CDD 371.334

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO-PGPE
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS
Secretaria do Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias

Defesa Nº 024/2019

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM
EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS

No dia 13 dias de dezembro de 2019, às 10h, sala 22, bloco B, do Campus Divina do Centro Universitário Internacional UNINTER, à Rua do Rosário, 147 em Curitiba-PR, reuniu-se a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, composta pelos professores doutores: Rodrigo Otávio dos Santos (Presidente-Orientador-PPGENT/ UNINTER), Eduardo Fofonca (Integrante Externo UFPR), Ademir Aparecido Pinhelli Mendes (Integrante Interno Titular-PPGENT/ UNINTER), Siderly do Carmo Dahle de Almeida (Integrante Interno Suplente-PPGENT/ UNINTER) para julgamento da dissertação: "CURADORIA DO CONHECIMENTO NA PRÁTICA EDUCATIVA: UMA PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA PARA A EDUCAÇÃO EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE", da mestranda Lanita Helaine da Silva Neves Sizanosky. O presidente abriu a sessão apresentando os professores membros da banca, passando a palavra em seguida à mestranda, lembrando-lhe de que teria até vinte minutos para expor oralmente o seu trabalho. Concluída a exposição, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da banca. Concluída a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se e comunicou o Parecer Final de que a mestranda foi:

☒ APROVADA, devendo a candidata entregar a versão final no prazo máximo de 60 dias.

() APROVADA somente após satisfazer as exigências e, ou, recomendações propostas pela banca, no prazo fixado de 60 dias.

() REPROVADA.

O Presidente da Banca Examinadora declarou que a candidata foi aprovada e cumpriu todos os requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação e Novas Tecnologias, devendo encaminhar à Coordenação, em até 60 dias, a contar desta data, a versão final da dissertação devidamente aprovada pelo professor orientador, no formato impresso e PDF, conforme procedimentos que serão encaminhados pela secretaria do Programa. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Banca Examinadora.

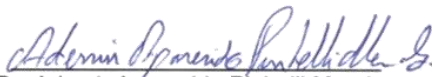
Recomendações: A banca avalia a qualidade
científica da pesquisa e a contribuição
social para a modalidade EJA e
recomenda publicação



Dr. Rodrigo Otávio dos Santos
Presidente da Banca



Dr. Eduardo Fofoca
Integrante Externo



Dr. Ademir Aparecido Pinhelli Mendes
Integrante Interno Titular

Dra. Siderly do Carmo Dahle de Almeida
Integrante Interno Suplente



Lanita Helaine da Silva Neves Sizanovsky
Mestranda

Dedico esse trabalho ao meu marido e o grande amor da minha vida, João Luiz da Cunha Sizanosky, por todo amor e apoio para que eu pudesse ter tempo e condições de estudar e por me ensinar que para os sonhos sonhados em família a concretização é uma vitória mútua.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, o autor da minha vida, por esta oportunidade, pois, permitiu que mais esta conquista se concretizasse em minha vida. Louvo a Deus por colocar pessoas especiais em meu caminho. Sem Ele eu nada seria.

Agradeço ao meu orientador o Prof. Dr. Rodrigo Otávio dos Santos, por acreditar que eu seria capaz de realizar este trabalho, agradeço ainda por todas observações, indicações e correções ao longo deste curso. Valeu profe!

Agradeço aos professores da minha banca Ademir Aparecido Pinheli Mendes e Eduardo Fofonca, pois desde a qualificação suas orientações foram essenciais neste trabalho. Obrigada pela generosidade em partilhar conhecimentos tão preciosos.

Agradeço ao meu sobrinho Luiz Neves Neto, pelo incentivo e contribuição para que este curso fosse algo real em minha vida.

CURADORIA DE CONHECIMENTO NA PRÁTICA EDUCATIVA: UMA
PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA PARA A EDUCAÇÃO
EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

RESUMO

Ao longo dos anos, a curadoria tem se mostrado em diferentes atividades ser uma prática relevante, proporcionando assim uma evolução de conhecimento e avanços em diferentes áreas de conhecimento, nas quais podemos citar o campo jurídico, monástico, nas artes, da informação, digital e na área educacional. Este estudo tem por objetivo esclarecer quanto a estas divisões e na área educacional contribuir no processo reflexivo do professor sobre o tema e na sua prática pedagógica na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no sistema penitenciário. Assim, busca-se esclarecer quanto as possíveis estratégias que um professor curador pode dispor, filtrando no meio de tantas informações, o que há de mais relevante no conteúdo a ser compartilhado com os discentes. O intuito final é com base na BNCC, disponibilizar aos professores uma proposta metodológica com filmes, músicas e programas televisivos. Para tanto, utilizaremos autores que versam sobre o tema EJA no contexto prisional Julião (2007, 2016), Onofre (2007, 2009, 2013, 2017), Penna (2007), Santos (2014). Quanto à curadoria nos diferentes aspectos expostos: Alegria (2014), Madzoski (2014), Bulhões (2014), Marmo e Lamas (2013), Corrêa e Bertocchi (2012), Moran (2004) e sobre Educomunicação Citelli (2010), Mascarello (2006), Napolitano (2015, 2019), Orozco (2014), Soares (2011 e 2014). No contexto escolar é o docente que cria conexões para um conhecimento contextualizado e na EJA, o professor curador deve também, respeitar as dimensões do tempo físico, tempo vivido e tempo pedagógico. Neste sentido, este profissional ao realizar esta mediação, busca temas e materiais diferenciados que utilizem as vivências dos alunos e oportunizem um ensino de qualidade. A educomunicação, quando utiliza os filtros curadores necessários, pode tornar-se um campo interdisciplinar de conhecimento que possibilita potencializar o aprendizado do aluno, trazendo problematizações pertinentes ao conteúdo explanado. A curadoria de conhecimento na prática educativa neste sentido gera autonomia reflexiva e propulsiona, conforme já relatado pelo educador Paulo Freire, a mudança social, por meio da ampliação de discussões embasadas em um conteúdo que tenham um real significado ao aluno.

Palavras-chave: EJA. Educação em Privação de Liberdade. Curadoria de Conhecimento. Prática Educativa.

KNOWLEDGE CURATORY IN EDUCATIONAL PRACTICE: A
METHODOLOGICAL PROPOSAL FOR EDUCATION
IN PRIVACY OF FREEDOM.

ABSTRACT

Over the years, curatorship has proved to be a relevant practice in different activities, thus providing an evolution of knowledge and advances in different areas of knowledge, in which we can cite the legal, monastic, arts, information, digital and in the educational area. This study aims to clarify as to these divisions and educational area contribute to the reflective process of the teacher on the subject and their pedagogical practice in Youth and Adult Education (EJA) in the penitentiary system. Thus, we seek to clarify as to the possible strategies that a curator teacher may have, filtering through so much information, what is most relevant in the content to be shared with the students. The ultimate goal is based on the BNCC, to provide teachers with a methodological proposal with films, music and television programs. Therefore, we will use authors who deal with the theme of EJA in the prison context Julião (2007, 2016), Onofre (2007, 2009, 2013, 2017), Penna (2007), Santos (2014). As for curating in the different aspects exposed: Alegria (2014), Madzowski (2014), Bulhões (2014), Marmo and Lamas (2013), Corrêa and Bertocchi (2012), Moran (2004) and about Educommunication Citelli (2010), Mascarello (2006), Napolitano (2015, 2019), Orozco (2014), Soares (2011 and 2014). In the school context it is the teacher who creates connections for contextualized knowledge and in EJA, the curator teacher must also respect the dimensions of physical time, lived time and pedagogical time. In this sense, when performing this mediation, this professional seeks different themes and materials that use the students' experiences and provide a quality teaching. Educommunication, when using the necessary curative filters, can become an interdisciplinary field of knowledge that enables the student's learning to be enhanced, bringing relevant problematizations to the explained content. Curating knowledge in educational practice in this sense generates reflexive autonomy and propels, as reported by educator Paulo Freire, social change through the expansion of discussions based on content that have real meaning to the student.

Keywords: EJA. Deprivation of liberty education. knowledge Curation. Educational Practice.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	– QUADRO DO TRABALHO.....	18
FIGURA 2	– GRÁFICO REPRESENTANDO NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS DETENTOS NO BRASIL.....	41
FIGURA 3	– DADOS NUNCA DORMEM.....	66
FIGURA 4	– % DE PESSOAS QUE UTILIZARAM NO BRASIL A INTERNET EM 2017.....	68
FIGURA 5	– GUARDA CHUVA.....	69
FIGURA 6	– OS 5 Cs DA CURADORIA DIGITAL.....	70
FIGURA 7	– 10 COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC.....	99
FIGURA 8	– TAXA DE ANALFABETISMO ENTRE PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE.....	105
FIGURA 9	– TAXA DE ANALFABETISMO POR ESTADOS.....	106
FIGURA 10	– MAPA MUNDI.....	108
FIGURA 11	– SALTO DE SETE QUEDAS.....	108
FIGURA 12	– ITAIPU BINACIONAL.....	108
FIGURA 13	– PROPORÇÃO DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA.....	113
FIGURA 14	– CURRÍCULO – EXEMPLO	122
FIGURA 15	– CURRÍCULO – EXEMPLO	123
FIGURA 16	– CURRÍCULO – EXEMPLO	123
FIGURA 17	– RECICLAGEM DE ISOPOR DE MARMITAS.....	141

LISTA DE SIGLAS

ADUFG	– Associação dos Docentes da Universidades Federais de Goiás
CDHM	– Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CEEBJA	– Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
CESU	– Centro de Exames Supletivos
CNER	– Campanha Nacional de Educação Rural
CNE	– Conselho Nacional de Educação
CNJ	– Conselho Nacional de Justiça
CONFITEA	– Conferência Internacional de Educação de Adultos
DCE	– Diretrizes Curriculares da Educação
EJA	– Educação de Jovens e Adultos
FONAPE	– Fórum Nacional de Alternativas Penais
FUNAP	– Fundação Professor Manuel Pedro Pimentel
INFOPEN	– Informações Penitenciárias
INEP	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
DEPEN	– Departamento Penitenciário Nacional
EDUCAR	– Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos
LEP	– Lei de Execução Penal
LDBEN	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	– Ministério da Educação
ONU	– Organização das Nações Unidas
PAS	– Programa de Alfabetização Solidária
PNE	– Plano Nacional de Educação
PPP	– Projeto Político Pedagógico
PPL	– Privados de Liberdade
PROJOVEM	– Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PDT	– Plano do Trabalho Docente
SEED	– Secretaria Estadual de Educação
SENAI	– Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	– Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SINDESPE	– Sindicato dos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária do Estado de São Paulo

- UFPR – Universidade Federal do Paraná
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
- VEP – Vara de Execução Penal

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.2	OBJETIVOS.....	16
1.3	METODOLOGIA	16
2	EJA E EDUCAÇÃO FORMAL NO SISTEMA PENITENCIÁRIO	20
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EJA	20
2.2	A EJA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO	35
2.3	EDUCADORES DA EJA NO SISTEMA PRISIONAL	50
3	CURADORIA E SEUS DESDOBRAMENTOS	58
3.1	CURADORIA DIGITAL	65
3.2	CURADORIA DE INFORMAÇÃO	75
3.2.1	Curadoria de informação no campo jornalístico.....	76
3.3	CURADORIA DE CONHECIMENTO NO PROCESSO EDUCATIVO	77
3.3.1	Curadoria Musical.....	85
3.3.2	Curadoria Televisiva.....	87
3.3.3	Curadoria Fílmica	91
4	PRODUTO DA DISSERTAÇÃO: PROPOSTA DE CURADORIA DE CONHECIMENTO NA PRÁTICA EDUCATIVA- UMA PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA PARA A EDUCAÇÃO EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE A PARTIR DA BNCC	95
4.1	ANALFABETISMO.....	101
4.2	TRABALHO	115
4.3	SAÚDE	125
4.4	CIDADANIA/ÉTICA.....	131
4.5	MEIO AMBIENTE	136
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
	REFERÊNCIAS	146

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi elaborada no decorrer do programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias e faz parte do projeto de pesquisa intitulado “Educomunicação”, o qual possibilitou novas experiências pedagógicas para esta pesquisadora. O intuito desta pesquisa é realizar uma proposta prática sobre curadoria de conhecimento voltado à prática educativa, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa enfoca a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de forma a contribuir junto ao docente, quanto ao seu desenvolvimento metodológico, pensando na Educação em Privação de Liberdade, aproveitando as ferramentas da comunicação, possíveis de serem utilizadas em salas de aula num contexto educacional diferenciado.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo, cujo objetivo é de assegurar aos alunos de todo o país aprendizagens essenciais a sua formação educacional e qualificação para o trabalho. Para tanto, o professor poderá refletir quanto a sua prática educativa, entendendo a garantia do aluno em ser trabalhado competências para o seu desenvolvimento enquanto indivíduo capaz de transformar sua realidade social.

Acreditando que a formação escolar é a chave que poderá abrir portas no processo de reintegração social, profissionais da área de Educação que atuam no sistema prisional, tem como meta além de transmitir conteúdos, auxiliar o aluno, na construção de uma reflexão crítica e autônoma. Possibilitando ao privado de liberdade, tomar consciência da sua realidade, refletir sobre a mesma, para então poder transformá-la. Mas para o educador contribuir neste processo formativo e reflexivo em direção a uma autonomia intelectual do aluno encarcerado, perdida no momento do aprisionamento, é fundamental.

Portanto, é necessário que este educador reflita primeiramente quanto à trajetória histórico-cultural da EJA, bem como, quanto à EJA no sistema prisional, para desta forma, ter subsídios para esclarecer ao aluno encarcerado que a educação no sistema prisional não é uma regalia, mas um direito constitucional, este então será o segundo capítulo.

Historicamente a Educação de Jovens e Adultos foi marcada por muitos embates para que esta modalidade de ensino fosse reconhecida e que houvesse investimentos necessários. Pensar na EJA no país, traz à tona a palavra exclusão, pois segundo Haddad e Pierro (2000) grande parte o perfil dos jovens inseridos na modalidade de ensino da EJA é composto por jovens excluídos do ensino regular, os quais carregam o estigma de alunos-problemas.

Ao se pensar na Educação de Jovens e Adultos faz-se necessário refletir ainda sobre o processo histórico-social-político percorrido pela Educação e pela EJA no Brasil desde o seu início enquanto Educação Popular. Fausto (1995), Ghiraldelli Junior (2001), Paiva (2003), Silva (2005), Henn e Nunes (2013) oportunizam esta visão histórica da educação desde o Brasil-Colônia. Tais autores relatam as dificuldades percorridas por esta modalidade de ensino e as conquistas, muitas vezes, de forma vagarosa, conseguidas no século seguinte, para incluir esta modalidade de ensino como proposta educacional enquanto políticas públicas.

Ao longo dos séculos, desde a colonização do Brasil, a educação no país não foi considerada um investimento necessário à população, entretanto, o seu surgimento foi para suprir a necessidade da classe elitista. A subserviência condenou gerações de adultos a ignorância e subempregos. (BRASIL, 2005)

Na história educacional do país, a Educação de Jovens e Adultos é algo recente, pois data de 1925, mas sempre influenciada pelos períodos políticos que a utilizaram para legitimar o poder do Estado. Foi por meio da Educação Popular, direcionada pelo educador Paulo Freire, que surge não apenas uma metodologia de combate ao analfabetismo, mas uma proposta politicamente humana, que contempla uma consciência transformadora da realidade vivida, por meio de uma leitura histórica social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996 reafirma a Educação de Jovens de Adultos como uma etapa da modalidade do Ensino Fundamental e Médio, ao mesmo tempo que assume uma função reparadora e qualificadora, respeitando os conhecimentos e experiências construídas por meio de interações sociais deste estudante adulto.

A Lei de Execução Penal (LEP), 7210/84 em seu art. 10, declara que é dever do Estado a assistência educacional aos detentos, como forma de prevenir o crime e reorientá-lo a sociedade¹.

Foi por meio do Decreto nº 7.626/2011 que a oferta da EJA em estabelecimentos penais foi associada às ações complementares de cultura, esporte, inclusão digital, educação profissional, fomento à leitura e a programas de implantação, recuperação e manutenção de bibliotecas destinadas ao atendimento à população privada de liberdade, inclusive as ações de valorização dos profissionais que trabalham nesses espaços.

O referencial teórico então soma-se a Pierro (2010), Haddad (2010) e Freire (1983,1996 e 2005) que apresenta um método inovador composto por um constante diálogo entre o educador e o educando, sendo contextualizado com a vida cotidiana, baseados em temas geradores, que por meio de debates propiciam compreensão e visão crítica de mundo.

Por meio da televisão, o meio de comunicação mais acessível nas celas, diariamente o educando tem acesso a uma infinidade de informações diárias, que segundo o manifesto de Bhargava (2009) constantemente se renovam. E como no contexto escolar, o professor poderá fomentar discussões quanto aos conteúdos específicos da sua disciplina? A postura do professor deste novo século, vem ao encontro ao processo de curador, ou seja, de um mediador de conhecimento, um profissional que pesquisa, revisa, estrutura, contextualiza e agrega valor, para então compartilhar o conhecimento. Instigado pela sua formação acadêmica e com o intuito de socializar conhecimentos confiáveis, o professor-curador é, portanto, um pesquisador que constantemente investiga, filtra, contextualiza e atribui valor as suas informações para que a melhor informação sempre esteja em pauta. Ele almeja, por meio da sua prática docente, fazer a diferença no futuro dos seus alunos, sendo uma ponte de interação entre o aluno, mesmo estando ele recluso, e o conhecimento contextualizado. É conduzir o aluno a refletir, mesmo que durante o processo, ele não perceba este ato ou sua intervenção no meio (CORTELLA e DIMENSTEIN, 2016 TV Cultura).

¹ A regulamentação deu-se em 11/03/2009 por meio do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e homologado pelo MEC por meio da Resolução nº 2, de 19/10/2010, do CNE.

Neste objetivo, os professores contam com a perspectiva da Educomunicação, que contribui quanto a apresentação de um aspecto problematizador inseridos nos conteúdos, sendo utilizado pelo professor da EJA, como forma de trazer a realidade à sala de aula. Este campo de atuação, conforme mencionado por Soares (2015, p.8) estrutura-se por meio de um processo midiático e transdisciplinar, ou seja, pelo diálogo com diferentes discursos.

A Educomunicação define-se como um conjunto das ações destinadas a integrar às práticas educativas o estudo sistemático dos sistemas de comunicação de forma reflexiva, com o objetivo de criar e fortalecer ecossistemas comunicativos e democráticos em diferentes espaços educativos. (SOARES, 2019)

A educomunicação é um componente pedagógico da aprendizagem e segundo Schaun (2002, apud Jawsnicker, 2011) ela pode ser um campo de intervenção política e social, que em sala de aula, pode contribuir quanto ao explorar temas que visem um pensamento crítico e consciente. Este processo, permite uma nova concepção pedagógica, de diálogo e participação, Kaplun (2014), escritor que promoveu o conceito de educomunicação, corrobora com Schaun e Jawsnicker e aprofunda este tema ao abordar a educomunicação como um canal que contribui na construção da relação entre educador e educando, permitindo uma nova dinâmica de ensino/aprendizagem.

Ao mesmo tempo que o educador redescobre, recria o seu papel, o educando assume um papel de protagonista, com discussões coletivas, cujas argumentações e contra argumentações são baseadas em uma proposta de conhecimento e comunicação.

No contexto escolar é o docente que cria conexões para um conhecimento contextualizado e na EJA Prisional, o professor-curador pode incentivar a reflexões e disponibilizar aos alunos detentos uma proposta metodológica diferenciada, já que este educando também se encontra em um ambiente diferenciado. O professor curador, portanto, é um profissional que cria pontes para um conhecimento contextualizado e possibilita novas relações em sala de aula. Relações de construção e renovação de conhecimentos, cujas informações são previamente pesquisadas, selecionadas, analisadas para expor em sala de aula conteúdos significativos a vivência dos alunos.

Oportunizar ao aluno momentos de reflexão em sala de aula, possibilita também ao professor curador a concretização e avaliação do seu trabalho.

A atividade do curador visivelmente vem se transformando ao longo dos tempos e muitos termos têm sido apresentados para conceituar a diversidade de ações do processo de curadoria de conhecimento: curadoria de arte, de informação ou jornalística, digital, curadoria de imagens, curadoria de filmes etc. Esta é a reflexão do terceiro capítulo, o qual tem por objetivo esclarecer quanto à concepção de curadoria, suas divisões e contribuições no processo reflexivo e atuante do professor sobre o tema exposto na sua prática pedagógica na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para tanto, busca-se esclarecer quanto as possíveis estratégias que um professor curador tem a oportunidade de dispor, filtrando no meio de tantas informações, o que há de mais relevante no conhecimento a ser compartilhado com os discentes, objetivando numa proposta que estimule o pensamento crítico autônomo.

A prática curatorial no contexto escolar tem ainda a contribuição da equipe pedagógica quanto ao pesquisar e filtrar materiais e ferramentas que contribuam na práxis docente. A teia curatorial também extrapola o âmbito escolar, quando se compreende que toda ação educativa é intencional e demonstra o processo reflexivo também por meio de materiais pesquisados e elaborados por curadores que desenvolvem pesquisas de conteúdos e revisões de materiais para editoras com o intuito de contribuir para no processo pedagógico.

O quarto capítulo apresenta o objeto de estudo, ou seja, propostas de curadoria de conhecimento na prática educativa, para o trabalho pedagógico na EJA inserida num contexto prisional, materializadas por meio de atividades, baseadas nas Competências Gerais da Educação Básica definidas no texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), utilizando ainda da Educomunicação como um canal para contextualização dos conteúdos e apresentação de forma prática numa sala de aula para privados de liberdade.

Assim como a educação se utiliza de estratégias diferenciadas, fontes como filmes, programas de televisão ou músicas, também podem ser objeto de um processo de curadoria, a fim contribuir com conteúdo a ser explorado pelo professor em sala de aula, confrontando o conhecimento das massas e o conhecimento crítico. Desse modo, é preciso por parte do professor uma

disposição para pesquisar, selecionar e filtrar materiais que sejam significativos para trabalhar em sala de aula e que possibilitem uma proposta de emancipação reflexiva.

O produto da pesquisa será apresentar uma proposta metodológica para professores que atuam na EJA- PPL (Para Privados de Liberdade), focando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e utilizando-se da Educomunicação com o propósito de fomentar novos saberes.

Conforme o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, privação de liberdade é:

uma forma de pena adotada pelo Código Penal que consiste na constrição do direito de ir e vir, recolhendo o condenado em estabelecimento prisional com a finalidade de, futuramente, reinseri-lo na sociedade, bem como prevenir a reincidência. (BRASIL, 2019)

Privação de liberdade portanto, consiste no ato de alguém ser recolhido ao cárcere, em virtude desta ter cometido algum delito ou quando uma autoridade da secretaria de segurança pública ou judicial (juiz, delegado, etc.) determina este procedimento a fim de realizar averiguações. Conforme a Lei de Execução Penal 7.210 de 11/07/84, os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.

No sistema penal brasileiro há presídios, casas de custódia e complexo médico penal, onde se encontram os presos condenados ou provisórios. Aos presídios são encaminhados pessoas condenadas, ou seja, que já receberam a pena imposta judicialmente referente ao delito cometido, também chamados de detentos. Presos provisórios ou custodiados pelos Estado, são aqueles que aguardam a sentença judicial e permanecem nas casas de custódias, ou no complexo penal, conforme o DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional) o Complexo Médico-Penal do Paraná é um estabelecimento de regime fechado, destinado aos presos do sexo masculino e feminino, provisórios e condenados, que se encontram em medida de segurança e/ou que necessitam de tratamento psiquiátrico e ambulatorial, além de presos com direito à cela especial.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Como desenvolver na EJA- PPL, competências básicas inseridas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tendo o professor curador como principal perfil da docência?

Nesse contexto a pesquisa tem como objetivo geral:

- Apresentar uma proposta metodológica de curadoria de conhecimento na prática educativa para professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos, com alunos privados de liberdade, contemplando as competências básicas inseridas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Contextualizar o processo histórico-social-político percorrido pela Educação e pela EJA no Brasil.

- Analisar a EJA no sistema formal diferenciando sua atuação no sistema penitenciário e entre algumas unidades penais.

- Diferenciar a curadoria educacional quanto aos demais ramos da curadoria: artística, informativa e digital.

- Investigar a importância da curadoria de conhecimento nas práticas educativas como forma de contribuir com bases metodológicas no trabalho docente, utilizando as competências básicas da BNCC e valendo-se da Educomunicação para propor reflexões contextualizadas.

- Apresentar uma proposta metodológica utilizando da Educomunicação por meio de filmes, músicas e programas televisivos inter-relacionados aos temas abordados.

1.3 METODOLOGIA

A metodologia é um conjunto de procedimentos que contribuem quanto à elaboração de procedimentos científicos, cuja função é responder a questionamentos, interpretando e mensurando fenômenos.

Para Lakatos método é o

[...] conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS, 2003, p. 83).

Gil (2008) corrobora com Lakatos e sintetiza esta definição, pois para o autor, método é o caminho para se chegar objetivamente a um determinado fim.

Conforme já explicitado, este trabalho pretende investigar a importância da curadoria do conhecimento como forma de contribuir com bases metodológicas no trabalho docente, utilizando as competências básicas da BNCC e valendo-se da educomunicação para propor reflexões contextualizadas, estabelecendo diretrizes para a pesquisa, sistematização e compartilhamento de conhecimentos.

Para atingir o objetivo proposto neste trabalho de pesquisa, a metodologia utilizada será a exploratória. Conforme Gil (2008) a pesquisa exploratória tem por objetivo modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa pois segundo Minayo (2001), esta responde a questões particulares, das quais não são quantificadas. A pesquisa qualitativa, conforme exemplificado pela autora (2001, p. 22) trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Quanto a estratégia, este trabalho é constituído por meio de pesquisa bibliográfica e documental, pois se pretende realizar a análise de materiais impressos e *on-line*, bem como documentos que possibilitem analisar o tema e que possam contribuir sobre o tema de curadoria de conhecimento.

Para deixar claro para o leitor quanto as características metodológicas que irão compor este trabalho o quadro abaixo traz uma síntese do trabalho que será desenvolvido:

Figura 1 – Quadro do Trabalho

Tipo de pesquisa:	Descritiva explicativa
Natureza da pesquisa:	Qualitativa
Estratégia da pesquisa:	Revisão bibliográfica
Técnica de coleta de dados:	Bibliográfica e Revisão Documental
Técnica de análise de dados:	Descritiva e Análise Contextual

Fonte: Sizanovsky, Lanita (2019)

Quanto à EJA, temos como base nos referenciais teóricos dos seguintes autores: Alvarenga (2016), Cury (2000), DCE/EJA (2006), Haddad (2010), Freire (1983, 1996, 2005), Paiva (2003) e Pierro (2010), os quais reiteram que os alunos adultos possuem uma história de vida, um repertório cultural, relações interpessoais diferentes das crianças, baseados em conhecimentos construídos ao longo da sua vida, portanto a prática pedagógica e o material utilizado devem ser diferenciados da educação formal regular. Este aluno adulto possui conhecimentos e capacidade reflexiva dos quais não devem ser desprezados, nesta etapa de vida as dificuldades apenas são diferentes. Nesse sentido, Freire (1997, p.25) declara que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Quanto a educação prisional, temos como base nos referenciais teóricos os seguintes autores: Ireland (2011), Julião (2007, 2016), Onofre (2007, 2009, 2013, 2017), Teixeira (2010), Penna (2017), Santos (2017), Freire (1983, 1996, 2005) dentre outros. Estes autores reiteram a importância e direito do encarcerado às assistências, necessárias a fim de propiciar a reintegração social. Salientando que, garantir o acesso à educação é o caminho que oportunizará aos privados de liberdade, reflexões e a saída deste do sistema penitenciário, com melhores condições, para enfrentar os desafios que irão se

apresentar na sua nova fase de vida de egressos, quando do seu retorno à sociedade globalizada.

Com relação ao tema curadoria do conhecimento, seguem alguns trabalhos relevantes na área: Bhargava (2009), Correia (2019), Correia e Berttochi (2017), Graça (2016), Maddzoski (2014), Lopes *et al* (2014), Marmo e Lamas (2013), Rheingold (2009), Silva (2012), entre outros.

Em setembro de 2018, entrevistar o Professor Doutor Eduardo Fofonca, um pesquisador sobre a curadoria de conhecimento no aspecto híbrido, trouxe aprofundamentos relevantes ao tema e um novo olhar a esta proposta metodológica. Ao apresentar e compartilhar experiências da sua práxis pedagógica, bibliografias e artigos produzidos, o pesquisador demonstrou na prática sua concepção de curador de conhecimento, permitindo-se ser uma ponte ao conhecimento.

Ao pesquisar sobre o tema em editoras, obtive êxito em encontrar alguns livros dos seguintes autores: Bulhões (2014), Amaral (2012), Cortella e Dimenstein (2016), Anderson (2015), entre outros.

Ao refletir sobre uma proposta de curadoria de conhecimento na modalidade da EJA no sistema prisional, primeiramente foi pensado quanto ao espaço da prisão e suas práticas educativas, por isso, é fundamental que se inicie este referencial por Julião (2007 e 2016), Lourenço e Onofre (2011), Moreira e Masini (2001), o qual contribuem quanto as aprendizagens significativas, já Napolitano (2015) e Nepomuceno (2018), que permeiam quanto as práticas da educomunicação com enfoque ao cinema, Citelli (2010), Eco (1979), Elias (2014), Jost (20047), Orozco (2014) e Sartori (2010) tratam ou contribuem sobre a Educomunicação e sua relação com a escola, entre outros.

2 EJA E EDUCAÇÃO FORMAL NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

A educação é um ato transformador e sua efetivação permeia um compromisso político e social de pessoas comuns em se compreender como agentes de transformação da sua realidade e enquanto cidadãos cobrar pelos seus direitos, visando ainda mudança social na sua comunidade. (SCHRAM; CARVALHO, 2019)

Para muitos adultos, a escola é o único local onde serão oportunizado conhecimentos contextualizados e consciência crítica autônoma. No sistema penitenciário a educação é um direito constitucional e a Lei de Execução Penal reitera este direito, entendendo que ela é um dos fatores relevantes quanto ao atuar no processo de ressocialização.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EJA

Segundo Paiva (2003) a primeira forma educacional que surgiu no Brasil, ocorreu no período jesuítico, o qual por meio das crianças, se tentava contato com os pais indígenas, para transmissão do idioma português e consequentemente sua alfabetização, auxiliar na colonização deste território português e conversão ao cristianismo. Silva (BRASIL, 2005) esclarece que havia permissão da coroa portuguesa para que os soldados capturassem e escravizassem os índios rebeldes, ainda segundo a autora, estes foram os primeiros sinais da sociedade autoritária e repressora que a coroa portuguesa e as autoridades eclesiásticas haviam instaurado, entretanto não havia um número suficiente de escravos indígenas para os trabalhos forçados existentes, inicia-se assim a escravatura dos negros, vindos em 1550, da África.

Em virtude das dificuldades políticas-econômicas e das tropas napoleônicas invadirem Portugal, houve a vinda da família real para o Brasil-Colônia em 1808, Paiva (2003) esclarece que devido a necessidade educacional das famílias nobres houve a preocupação de D. João VI em fundar instituições para esta classe seletiva e direcionada somente a classe alta, a cultura branca, masculina e cristã predominava sobre a cultura dos índios e dos negros, estes incluindo as mulheres, não tinham acesso ao ensino. Silva

(BRASIL, 2005) complementa que para esta classe eletista, houve “a criação da Academia Real da Marinha (1808), a Academia Real Militar (1810), os cursos superiores profissionalizantes de Medicina em São Paulo (1813) e na Bahia (1815).”

A constituição de 1824 tratava a Educação como um projeto prioritário ao país e possuía um tópico para tratar o assunto, nele o império deveria investir no ensino primário, secundário e no superior, mas na prática ocorreu a implantação do método lancasteriano de ensino, onde alunos que já haviam assimilado os conteúdos abordados pelos professores, auxiliavam os alunos que necessitavam de auxílio pedagógico e estes eram supervisionados por um aluno-monitor, os quais eram acompanhados por inspetores de alunos, que necessariamente não eram educadores. Outro ponto marcante na educação durante o império, foi o decreto 7.242, autoria do ministro da educação da época Leôncio de Carvalho, esta instituía liberdade de ensino primário e secundário na cidade da corte e no ensino superior no restante do país, ou seja, os alunos poderiam aprender com quem lhes conviessem e apenas a se submeterem a exames em estabelecimentos educacionais.(GHIRALDELLI JUNIOR, 2001) .

Em 1889, o país atravessava um período muito conturbado, o final do império, a proclamação da República (um movimento militar com apoio de setores economicamente influentes que estavam descontentes com o império) e o surgimento de propostas para o fim da escravatura neste cenário. Segundo Paiva (2003) multiplica-se preocupações com a instrução elementar pois não ainda não se entendiam como algo importante para o país (FAUSTO, 1995). Com a economia brasileira em alta, ideias liberais, juntamente com o patriotismo surgem antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1917) e anseia-se fortemente pela escolarização popular, mas ainda não há profissionais suficientes na área da educação. Segundo Silva (BRASIL, 2005, p. 56) neste período, surgem as “escolas normais para formar professores, os liceus, os seminários e colégios que ofereciam o ensino secundário” e a autora continua explanando que “em 1924 é criada uma associação com o objetivo de lutar e defender a educação pública, que propôs a implantação de uma política nacional de educação regulada pelo Governo Federal”.

Roquette Pinto funda em 1923 a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, cujo objetivo foi propagar a distância o ensino no país com programação de aulas, conferências e palestras. Este vê na rádio difusão uma possibilidade de solucionar o problema educacional no país (PAIVA, 2003). Após sua doação ao governo federal em 1936, esta rádio tornou-se a emissora oficial do Ministério da Educação.

Conforme o documento das Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos (2006, p. 17), para atender os interesses da classe dominante, surge o ensino noturno em 1925, pois o analfabetismo foi compreendido como um “mal e uma doença nacional” e o analfabeto como “inculto, preguiçoso, ignorante e incapaz” (DCE/EJA, 2006, p. 17). Com a desvinculação dos dados estatísticos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com relação ao ensino regular em 1931, passaram a existir no Brasil programas direcionados a este público, educadores iniciam reflexões sobre o papel da EJA como canal de transformação das estruturas socioeconômicas do país.

Com a crise da bolsa de Nova York em 1929 e o desequilíbrio do império capitalista, ocasionou na época um processo de múltiplas falências, surge uma multidão de desempregados (HENN; NUNES, 2013). Os autores continuam a relatar que ainda neste período há ascensão de regimes totalitários na Europa, como o fascismo de Mussolini e o nazismo de Hitler, no Brasil ocorreu a revolução de 1930, onde o presidente eleito Júlio Prestes não tomou posse e Getúlio Vargas assumiu a presidência no país, por meio de um golpe militar. Ao criar o Ministério da Educação, este novo regime denominado Estado Novo, o utiliza como forma de domínio sobre a população, assim como, os meios de comunicação como forma de propagandas, com o intuito de divulgar seu governo como sendo positivo e necessário ao país e assim se legitimizar no poder.

Segundo Andreotti (2006) em 1934 é promulgada a Constituição Federal, o qual instituiu a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário ao país. Fausto (1995) declara que o índice de analfabetos dos jovens com 15 anos ou mais, neste momento caiu de 69,9% para 56,2% em 1940. Com a criação do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) e a partir de suas pesquisas e estudos, fundou-se em 1942 o Fundo Nacional do Ensino Primário, seu objetivo era de contemplar programas que viabilizassem o Ensino

Supletivo para adolescentes e adultos, mais tarde (1945) foi regulamentado que 25% da verba educacional fosse destinada a EJA (HADDAD; PIERRO, 2000). Após a primeira guerra mundial, a ONU e a UNESCO, incentivaram ao país que viabilizasse campanhas em massa para a alfabetização, já que adultos analfabetos eram considerados como incapazes. Entretanto sobre esta campanha de alfabetização no país, Strelhow esclarece:

As pessoas adultas que não fossem alfabetizadas deveriam receber a mesma educação empregada na educação de crianças, pois esses adultos analfabetos estavam inaptos a compreender. Mas ao mesmo tempo que se considerava adultos como crianças, tinha-se a ideia de que os adultos eram mais fáceis de alfabetizar, por isso, os alfabetizadores não necessitariam de formação especializada, qualquer pessoa alfabetizada poderia exercer a função de maneira voluntária (STRELHOW, 2010, p. 53).

Em 1940 é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e em 1942 o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), instituições ligadas a qualificação e ao aperfeiçoamento profissional de jovens e adultos.

Nesta época a política no país continuava conturbada, Paiva (2003) explica que em 1943 temendo sua retirada do poder, Vargas prometia um reajuste da estrutura política e abertura para organização de partidos políticos no país, entretanto, surgem descontentamentos das forças armadas e o poder militar depõe Vargas em 1945, mas em 1951, Vargas retorna ao cenário político por meio de voto direto (1951-1954). Para conter as manifestações populares em virtude de perdas salariais que os trabalhadores sofreram no governo do general Eurico Gaspar Dutra, Vargas aumentou o salário mínimo em 100%, conforme sugestão do seu ministro João Goulart, sendo então acusado por empresários como sendo um comunista, os quais se articulavam para realizar um golpe de Estado (RODRIGUES, 2018).

Em meio à crise política do governo de Vargas, cria-se uma Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) para atender esta demanda de erradicar o analfabetismo no país, em 1952. No campo político, o presidente Vargas sofria extensas pressões e este comete suicídio

Em 1958, por meio do Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro, começou a se discutir sobre os possíveis métodos pedagógicos

apropriados a EJA. Destaca-se então o educador Paulo Freire, um educador-pesquisador atuante na educação popular que em meados de 1960, dirigiu uma experiência inédita no país, ao alfabetizar 300 pessoas em 45 dias no município de Angicos, no interior do Rio Grande do Norte (BRANDÃO, 2005). O método apresentado é baseado em um constante diálogo entre o educador e o educando, sendo contextualizado com a vida cotidiana, neste sentido surge então a palavra geradora ou no período pós alfabetização temas geradores, os quais são instrumentos que conduzem ao debate, propiciam compreensão de mundo e possibilitam cidadãos críticos ao mesmo tempo que criam condições para o processo de alfabetização. Por meio de relatos, os problemas sociais passam a ser encarados de forma tão grave quanto o analfabetismo, neste sentido Brandão relata:

A educação que Paulo Freire vislumbra não é apenas politicamente utilitária. Ela não objetiva somente criar novos quadros para um novo tipo de sociedade. Há uma proposta politicamente mais humana, a de criar, com o poder do saber do homem libertado, um homem novo, livre de dentro para fora [...]. Por isso ele é parte de um programa nacional de educação, cujos termos são politicamente definidos. Mas o trabalho de alfabetizar – parte do trabalho de educar – não subordina o educando à tarefa política para que ele se prepara aprendendo também a ler e escrever (BRANDÃO, 2005, p. 87).

O trabalho de alfabetizar passa então pela tarefa de educar, ao utilizar temas geradores da prática social do aluno, o professor contribui por meio de debates quanto a reflexões sociais, possibilitando ao aluno, crescimento acadêmico e libertador.

Brasileiro (1958) em sua palestra no II Congresso Nacional de Educação de Adultos, reverencia Paulo Freire quanto ao conjunto dos seus esforços e estratégia no combate ao analfabetismo de adultos, mas enfatiza o processo que transforma por meio de debates constantes, utilizando práticas inovadoras que propiciam a prática para a liberdade, para alcançar uma autonomia coletiva. A autora declara em seu discurso:

O mérito da teoria freireana não está na redução de esforço e tempo de alfabetização. Não por partir de Temas Geradores, sua proposta é revolucionária por ser antielitista e antiautoritária, por proporcionar aos educandos e às educandas a leitura dos símbolos, materializada na leitura do mundo (BRASILEIRO, 1958, p. 1).

Na ótica da autora, Freire observava a educação como uma libertação, gerando uma consciência transformadora da realidade vivida, ou seja, o educando não deve apenas ler e escrever, mas realizar uma leitura crítica histórica-social.

Com o golpe de 1964 e a detenção e exílio de educadores, a construção educacional social reflexiva ficou estagnada no país. Barreto relata em seu livro palavras de Paulo Freire:

Com o golpe vieram as perseguições políticas. O golpe de Estado de 1964 não somente deteve o esforço que fazia no campo da educação de adultos e da cultura popular, como me levou à prisão por cerca de 70 dias. Fui submetido, durante quatro dias, a interrogatórios que continuaram depois do inquérito policial militar. Livrei-me procurando refúgio na Embaixada da Bolívia, em setembro. Na maioria dos interrogatórios a que fui submetido, o que se queria provar – além da minha ‘ignorância absoluta’ era o perigo que eu representava. Fui considerado como ‘subversivo internacional’, como um ‘traidor de Cristo e do povo brasileiro’. Um dos juízes perguntou-me: ‘Você nega que seu método é semelhante ao de Stalin, Hitler, Perón e Mussolini? Você nega que com seu pretense método você quer mesmo é bolchevizar o país?’ (BARRETO, 1998, p. 26).

Com o regime militar, houve uma ruptura nas propostas educacionais inovadoras, então seguindo concepções governamentais vigentes, surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Este é criado como um programa oficial do governo militar e embasado em uma proposta doutrinária, Dolinski (2011) relata que 10% dos 40 milhões de adultos estudantes foram alfabetizados por meio deste programa.

A década de 1970 foi marcada pelo estado ditatorial no país, por avanços industriais e econômicos, neste período a educação tinha por objetivo formar mão de obra para atender ao crescente mercado de trabalho no país, despenda então a educação tecnicista, voltada à profissionalização, com o compromisso de trazer inovações científicas e tecnológicas (FURLAN, 2013).

A Lei 5692/71 criou o ensino de 1º e 2º grau, nela havia um capítulo para o ensino supletivo e o Parecer 699/72 do Conselho Federal da Educação, o qual justifica a criação do ensino supletivo seriados e os exames com certificação por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE). Apesar do ensino supletivo ter sido criado para ser uma modalidade temporária, este permaneceu vigente no país de forma permanente em virtude da necessidade

deste atendimento e não existir outra opção para os jovens e adultos. Fávero e Freitas (2011), esclarecem que o ensino de 1º grau foi a junção do ensino primário e o antigo ginasial, a certificação desta modalidade passou a ser prevista em 8 anos, ocasionando uma exigência para o ingresso ao mercado de trabalho.

A Lei 5692/71 não alcançou o êxito esperado pois apesar da proposta inovadora para um governo ditatorial, segundo Furlan (2013) não houve preocupação em investimentos quanto a capacitação dos professores e o sistema educacional não tinha autonomia, a maior preocupação era expandir fisicamente os espaços escolares, a autora continua dizendo que “o Estado estava demasiado preocupado com sua legitimação”, por meio dos setores da economia e da segurança (FURLAN, 2013, p. 10).

Em 1985 o Mobral foi extinto e criou-se a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR) contribuindo com municípios e instituições da sociedade civil. Junior (2012) contribui quanto a esclarecer diferenças entre os referidos programas educacionais:

O diferencial da Educar em relação ao Mobral é que os programas de alfabetização de jovens e adultos foram executados, de forma regionalizada e participativa, a partir das demandas encaminhadas à Fundação pelos Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios e demais entidades públicas e privadas (JÚNIOR, 2012, p. 51).

O objetivo era de executar programas que fomentasse o processo alfabetizador aos que não tiveram acesso a instrução formal ou que dela tivessem sido excluídos. Junior (2012, p. 50) esclarece que para a concretização de tais objetivos deveriam ser “realizados convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, bem como com outras entidades públicas e privadas”.

Em 1986, o Ministério da Educação organizou uma comissão para elaboração das Diretrizes Curriculares Pedagógicas para a EDUCAR, o qual reivindicava uma política nacional para a EJA, que incluía também a formação dos educadores, Estados e Municípios passam então a assumir com os seus orçamentos esta demanda educacional (MAFRA, 2016).

Com retorno das eleições direitas para prefeitos e cujos administradores eleitos faziam parte de partidos progressistas no país, tornaram-se motivadores da EJA, sendo seus avanços foram relatados por Fávero e Freitas:

[...] partidos políticos progressistas buscaram qualificar a EJA, institucionalizando-a no contexto de suas secretarias de educação, criando setores/departamentos responsáveis pela sua implantação, cuidando da formação continuada de professores. A educação de adultos e jovens e adultos elaborando propostas curriculares específicas, muitas delas retomando as propostas freirianas, dentre outros pontos. Os municípios brasileiros que mais se destacaram à época foram Porto Alegre, Santos, São Paulo, Diadema dentre outros (FÁVERO; FREITAS, 2011, p. 377).

A Constituição Federal de 1988 trata em seus artigos sobre o âmbito educacional e asseguram a todos os brasileiros o direito a este acesso, neste sentido, portanto, esta lei possibilita ao cidadão que se torne um ser atuante nesta sociedade, conhecedor dos seus direitos mais amplos. Este direito educacional, entretanto, não é garantido apenas às crianças ou aos jovens, mas o Estado deve também garantir o direito a educação aos adultos e idosos, os quais não tiveram acesso ao ensino formal na idade apropriada. Segundo Haddad (2003 *apud* Bastos; Gregório), “o direito à educação é a base constitutiva na formação do ser humano, bem como na defesa e composição dos outros direitos econômicos, sociais e culturais”. A educação, portanto, possibilita o acesso pleno a cidadania.

O ano de 1990 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como dedicado Internacionalmente a Alfabetização, foram geradas expectativas quanto a Conferência Mundial de Educação, entretanto esta não ocorreu. Em março deste mesmo ano, o presidente da república Fernando Collor de Mello, em meio a surpresa de órgãos públicos e instituições conveniadas, extingue a EDUCAR, com o objetivo de reduzir custos governamentais, e “a partir daquele momento as instituições conveniadas tiveram que arcar sozinhas com a responsabilidade pelas atividades educativas anteriormente mantidas por convênios com a Fundação” (HADDAD; PIERRO, 2000).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996 reafirma a Educação de Jovens de Adultos como uma etapa da modalidade do ensino fundamental e médio e assume uma função reparadora e qualificadora,

ou seja, ao mesmo tempo em que oportuniza o acesso educacional adequando o seu nível de ensino, também possibilita oportunidade de conhecimentos, respeitando os conhecimentos e experiências construídas por meio de interações sociais. No Parecer 11/2000 ao Conselho Nacional de Educação Cury relata:

A função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação (CURY, 2000, p. 9).

O objetivo da EJA por meio desta LDB, foi oportunizar a jovens e adultos que não tiveram acesso de frequentar a escola na idade estabelecida, seja por terem entrado cedo no mercado de trabalho, por estarem privados de liberdade etc. possam realizar o ensino fundamental ou médio, sanando assim uma dívida social. Esta é a função reparadora, sua implementação sinaliza uma nova esperança para todos que necessitam de uma real transformação social, e entendem que por meio da reentrada no sistema educacional serão cidadãos plenos. Mesmo já havendo a garantia educacional por meio da LEP 7210/84 para os encarcerados, é na LDB que se efetiva estudos quanto a práxis pedagógica neste ambiente diferenciado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96 reduz a cursos e exames supletivos, nesta época cresceu a demanda de adolescentes que buscavam a certificação em virtude de defasagem de idade/série. Neste período foi criado o Programa Alfabetização Solidária (PAS) que era mantido por um sistema de parceria entre o governo federal e a sociedade civil. E ainda neste ano, foi realizado a produção do relatório da Comissão Internacional do Século XXI, publicado em 1998, conhecido como Relatório Delors (presidente da comissão). Este documento propõe quatro pilares sobre os quais deveria assentar-se a educação de adultos:

- a) aprender a conhecer – não apenas a aquisição de um repertório de saberes codificados, mas o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento, considerado como meio e finalidade da vida;
- b) aprender a fazer – indissociável do aprender a conhecer, liga-se à formação profissional, substituindo o conceito de qualificação profissional pelo de competência pessoal;
- c) aprender a viver juntos – opondo a esperança à violência e tentando superar o potencial de destruição criado durante o século XX;
- d) aprender a ser – ou seja, contemplar o desenvolvimento integral da pessoa, para que possa decidir por si mesma, de forma crítica, nas diferentes circunstâncias da vida (BRASIL, 1996).

Segundo Pierro (2010) com relação ao monitoramento dos progressos realizados em direção às metas do Plano Nacional de Educação é possível distinguir dois traços principais nas políticas de EJA do governo federal durante o período de 2003 a 2011:

[...] a proliferação de iniciativas de EJA geridas em diferentes instâncias de governo e precariamente articuladas entre si, entre as quais: o Programa Brasil Alfabetizado, coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (MEC); o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, gerido pela Secretaria Nacional de Juventude; o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, mantido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário; e o Exame Nacional de Certificação de Competências, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) (PIERRO, 2010, p.).

Em 2004 o governo federal lança o programa Brasil Alfabetizado, seu objetivo era erradicar o analfabetismo adulto por meio do trabalho de parcerias entre o ministério de educação os governos dos Estados e prefeituras. Conforme o site da SEED (Secretaria da Educação do Paraná, 2018), o programa visa atuar neste processo educacional com pessoas analfabetas que tenham 15 anos ou mais de idade. A duração deste processo de ensino é de aproximadamente oito meses, com dez horas de aula por semana, e a abertura destas turmas são de competências das escolas da rede estadual ou municipal ou em espaços físicos cedidos por centros comunitários. O sistema penal também foi contemplado com este programa, o objetivo era alfabetizar os detentos que por algum motivo não poderiam comparecer presencialmente na cela de aula, ou em local de difícil acesso.

Atualmente a Educação de Jovens e adultos de um modo geral, já não apenas contempla o saber escrever e ler, mas a ampliar a visão reflexiva da sua prática social, resgatando sua história de vida entendendo que por meio da sua prática conexões pedagógicas podem ser realizadas para ampliar o seu conhecimento. Strelhow (2010) destaca que assim como há necessidades e exigências sociais que direcionam o adulto ao âmbito escolar (mercado de trabalho, exigências econômicas etc.), há as motivações que o encorajam a prosseguir (satisfação pessoal, conquista de um direito e autoestima).

Conforme Diniz (2018) os adultos não são crianças grandes, eles possuem uma história de vida, uma bagagem cultural, relações interpessoais diferentes das crianças, baseados em conhecimentos construídos ao longo da sua vida, portanto a prática pedagógica e o material utilizado devem ser diferenciados da educação formal regular. Este aluno adulto possui conhecimentos e capacidade reflexiva dos quais não devem ser desprezados, nesta etapa de vida as dificuldades apenas são diferentes. Segundo as Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos no Paraná (2006) é preciso considerar os 3 eixos articuladores do currículo: cultura, trabalho e tempo. O documento busca nos escritos de alguns autores definir conceitualmente estes caminhos que permeiam o conhecimento. Ao esclarecer quanto a cultura o documento utiliza-se de Sacristán:

A cultura compreende desde a mais sublime música ou obra literária, até as formas de destruir -se a si mesmo e as técnicas de tortura, a arte, a ciência, a linguagem, os costumes, os hábitos de vida, os sistemas morais, as instituições sociais, as crenças, as formas de trabalhar (SACRISTÁN, 2001, p. 105).

O autor defende uma educação que contemple em seu currículo uma ampliação de conhecimentos culturais inserindo produções que possibilite ao educando a apropriação de seus significados. Nesse sentido, Freire (1997, p. 25) declara que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Na sua obra sobre os saberes e incertezas do currículo, Sacristán (2013, p. 21) declara que quando é proposto um “projeto de cultura para a escolaridade, deveremos avaliá-lo em função do que ele pode chegar a se transformar”. O currículo por si só, é uma função reguladora do conteúdo e das

práticas do processo de ensino e aprendizagem, mas ao se ressignificar o conhecimento, dando sentido ao conteúdo para os alunos, o professor traz a existência saberes e práticas o que ainda não existem, levando em conta todo o contexto escolar.

Ao retratar sobre o segundo eixo trabalho, o documento das Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos no Paraná (2006, p. 32) declara que na cultura está inserido toda produção humana e, portanto, esta contempla o trabalho, e continua afirmando que o trabalho “é a ação pela qual o homem transforma a natureza e transforma-se a si mesmo”. Apesar de entender que o homem, por meio do trabalho busca sustento, melhoria e qualidade de vida, a ênfase, entretanto, não é preparar o aluno para o mercado de trabalho inserindo-o em um processo massificador, mas que seja inserindo nas relações sociais, percebendo o quadro histórico-social da classe trabalhadora o qual faz parte, percebendo não apenas a importância da sua qualificação, mas também tendo um conceito de homem com perspectivas transformadoras.

O eixo seguinte é o tempo, este é um fator a ser respeitado no processo educativo, no documento das Diretrizes Curriculares da Educação-EJA, constam o tempo escolar e o tempo pedagógico. Segundo Rodrigues (2009) a contagem do tempo sempre foi algo importante a humanidade, diversas foram as formas de realizar esta mensuração, já foi realizado por meio da observação dos movimentos do sol, da lua, das marés; pelas quatro estações do ano, entre outros fenômenos da natureza como referências temporais. Para a autora o tempo é uma convenção social e precisamos dele para marcar acontecimentos, em âmbito escolar é possível perceber este tempo por meio da utilização do calendário escolar, da hora-relógio de cada aula, entre outros.

Rodrigues (2009) esclarece que “a obrigação escolar foi uma das primeiras prescrições do Estado em relação ao tempo escolar estabelecida na Constituição em 1824, que fixou a frequência escolar obrigatória para crianças em idade de 7 aos 12 anos.” A partir de então passou-se a aprofundar a importância do tempo na organização do trabalho escolar, que segundo Arco-Verde (2012) passou-se a definir como forma de distribuição e a organização da jornada de trabalho do professor, as quais vêm impostas por determinações governamentais, leis e diretrizes e de acordo com os preceitos de ensino e aprendizagem.

O trabalho do professor não é fácil, já que este deve articular o tempo de aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos, respeitando as dimensões do tempo físico, tempo vivido e tempo pedagógico. Este último está relacionado ao processo de formação e autoconhecimento do educando e a escola, portanto, é parte integrante no processo de contribuir quanto a oportunizar ao educando a apropriação do conhecimento elaborado, já que é por meio da escola que este conhecimento se consolida.

As orientações metodológicas das diretrizes da EJA considera que os eixos cultura, trabalho e tempo devem estar inter-relacionados, havendo a sistematização de experiências vividas pelos educandos (SEED, 2006).

Oliveira (2010), propõe que o processo educativo de pessoas jovens e adultas, partindo das vivências e experiências passadas, abre-lhes possibilidades de ampliar conhecimentos, à medida que se defronta com novos desafios, descobrimento de novos caminhos para o aprendizado significativo. Ainda segundo o autor a EJA envolve: tendência a aprender pela experiência vivenciada durante ao longo da vida do jovem ou do adulto; necessidade em saber a finalidade de certos conteúdos são levados para a sala de aula; a motivação para aprender é maior quando o aluno percebe que o conteúdo a ser aprendido possui aplicação prática; desta forma haverá então a aprendizagem como com o intuito de solucionar problemas relacionados ao cotidiano.

Sacristán (2001) entende que a EJA deve pautar-se pela visão diferenciada do aluno. Preconiza-se que a flexibilidade no currículo, como na metodologia, de forma a atender à função equalizadora de promoção da aprendizagem significativa, previstas para os alunos dessa modalidade de ensino, por meio de uma proposta pedagógica baseada em princípios que respeitam o diálogo, que compreenda a necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competências dos alunos inseridos nesse processo.

Moreira e Masini (2001) relatam os princípios da teoria da aprendizagem significativa descritos pelo psicólogo David Ausubel, o qual contribuiu na área educacional quanto ao compreender e intervir na aprendizagem dos educandos. Para Ausubel a aprendizagem significativa refere-se à apropriação de conhecimentos amparados em informações prévias ou experiências vividas,

chamados pelo autor como subsunçor ou ideias âncoras, as quais ao interagir com uma nova informação, esta capacita o indivíduo a compreensão das novas aprendizagens, a informação passa a ter sentido para o indivíduo e a ter um real significado, passando a ser uma base para novas organizações cognitivas.

Nesse sentido, é importante que o educador tenha conhecimento das práticas pedagógicas que norteiam a educação de jovens e adultos, bem como manter-se informado quanto aos planos educacionais que a sociedade e as comissões políticas discutem no momento.

Apesar das Constituições de 1934 e 1946 não terem previsto um Plano Nacional de Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 instrui que o Conselho Federal da Educação o realize, surgindo então o primeiro PNE.

O Parecer CNE/CEB nº 4/2010, vem fortalecer as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, orientando ações que garantam esta modalidade de ensino, por meio de programas educacionais sob a responsabilidade do Ministério da Educação em articulação com o Ministério da Justiça, com a possibilidade de realizar convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios; cujos recursos devem atender o provimento de materiais didáticos e escolares, apoio pedagógico, alimentação e saúde dos estudantes.

No atual Plano Nacional de Educação 2014 - 2024² (PNE, Lei nº 13.005, de 2014), o ponto específico que trata da EJA no sistema prisional, por meio das metas 9 e 10 enfatizam uma preocupação com o processo educacional, fornecendo diretrizes, inclusive ao que se refere a capacitação dos profissionais envolvidos.

A meta 9 engloba 12 estratégias, as quais objetivam implementar ações que garantam a continuidade desta escolarização, entretanto, algumas destas ações não foram percebidas no dia a dia, como o atendimento oftalmológico e fornecimento de óculos, bem como, considerar as necessidades dos idosos nas políticas públicas da EJA, seja na erradicação do analfabetismo, quanto ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas.

² Um dos principais pontos é a ampliação do financiamento da educação pública, chegando, em até dez anos, a 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

A meta 10 engloba 11 estratégias, o objetivo é fomentar a integração da EJA com a educação profissional, de acordo com as características e necessidades deste público, inclusive na modalidade de educação a distância. Neste sentido, alunos com deficiências também devem ser contemplados, ampliando assim, sua oportunidade no mercado de trabalho.

Na organização pedagógica, o material pedagógico diferenciado é essencial, acrescido de equipamentos e laboratórios que contribuam na práxis docente. Os instrumentos de avaliação diferenciados também visam assegurar a implementação das diretrizes nacionais da educação.

Outro programa relevante da meta 10, porém não percebido no contexto escolar, é a assistência social ao estudante, que compreende ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico, objetivando contribuir com o acesso, permanência e conclusão da aprendizagem, articulada com a educação profissional.

A EJA no ensino prisional é lembrada no intuito de se oportunizar a expansão de oferta educacional para pessoas reclusas, neste sentido, aos professores são assegurados formação específica no sentido de contribuir quanto a melhoria neste atendimento.

O Plano Nacional de Educação possui 20 metas com 254 estratégias as quais definem ações no âmbito educacional a serem cumpridas progressivamente de 2014 a 2024. Segundo Daniel Cara (coordenador geral da campanha pelo direito a educação) em sua entrevista em 2016, ano correspondente a primeira avaliação do PNE, constatou-se que houve onze milhões de reais em cortes do governo federal a Educação, ocasionando um forte impacto desde o atendimento a creches até as universidades em todo o país.

A Associação dos Docentes da UFG (ADUFG, 07/06/18), divulgou que após quatro anos do PNE, um balanço realizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação em parceria com o Laboratório de Dados Educacionais da UFPR informou que apenas 30% das metas do programa obtiveram avanços, entretanto estas não atingiram níveis satisfatórios, sendo a única meta cumprida foi a publicação de estudos pelo INEP para apresentar as informações quanto a evolução das metas a nível nacional.

2.2 A EJA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Haverá no presídio de Fernando de Noronha os seguintes empregados: Um Commandante, Official General ou Superior. Um Major da Praça, Official Superior. Um Secretario, Capitão ou Subalterno. Um Amanuense, Cadete, Official Inferior, Cabo ou Soldado. Dous Capellães, um dos quaes será professor de primeiras letras do sexo masculino. Dous médicos. Um Pharmaceutico. Um Almoxarife. Um Escrivão do Almoxarifado. Um Amanuense. Um Fiel, e os Guardas que forem necessários, podendo o lugar de Fiel ser desempenhado por um dos Guardas à escolha do Almoxarife. Um Professor de primeiras letras. Uma Professora de primeiras letras. (BRASIL apud VASQUEZ, 2008 p. 51)

No decreto 3.403 de 11/02/1895, acima descrito e promulgado pelo então imperador da época D. Pedro II, percebe-se dentre as categorias de empregados designados para o serviço no presídio de Fernando de Noronha que havia uma professora de primeiras letras para lecionar no ensino primário para as filhas dos detentos que viviam com suas famílias na ilha-presídio. Este seria um dos exemplos já ocorridos nas províncias de Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Ceará e Amazonas dando os primeiros passos ao processo ressocializador no país (VASQUEZ, 2008).

A partir da Constituição de 1934 extinguiu-se no país penas cruéis, a privação de liberdade como função social passou por uma grande evolução no país e o processo ressocializador é então pensado como um processo necessário. Conforme informação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM (BRASIL, Câmara dos Deputados, 2018) por meio do Primeiro Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção ao Crime e o Tratamento dos Delinquentes, realizado em Genebra em 1955, são aprovadas regras mínimas para o tratamento privado dos reclusos, para a atividade educacional é realizada a indicação de implantação de bibliotecas nas unidades penais.

Segundo Vasquez (2008), a educação efetiva para os detentos nas prisões no Brasil, passou a ocorrer a partir da segunda metade do século XX por meio da lei 3.274/57 (BRASIL 02/10/57), conhecida como primeiro regulamento prisional a nível nacional. Estas normas continham a inserção da educação moral, intelectual, física e profissional aos sentenciados, as quais objetivavam uma “educação integral” como proposta de um tratamento penal.

A Lei de Execução Penal 7.210 de 11/07/84 (BRASIL, 2018), declara que é dever do Estado a assistência ao preso ou ao internado (Art. 10), objetivando prevenir o crime ou contribuir quanto ao seu retorno ao convívio na sociedade; esta então surge com o intuito de humanizar a pena por meio do Tratamento Penal. Para a individualização da pena, deve ser observado o delito cometido, antecedentes criminais e comportamentos sociais. A assistência educacional é ofertada àqueles que necessitam de instrução escolar (da alfabetização ao ensino médio) e a formação profissional. Segundo a LEP é dever do Estado oferecer condições necessárias para a efetivação desta assistência, fazendo menção a implantação de bibliotecas nas unidades penais do país.

Estudiosos como Ireland (2011), Julião (2007, 2016), Onofre (2007, 2009, 2013, 2017), Teixeira (2010), Penna (2017) e Santos (2017) reiteram a importância e direito do encarcerado as assistências necessárias a fim de propiciar a reintegração social, salientando que garantir o acesso à educação é o caminho que oportunizará reflexões e a saída deste do sistema penitenciário com melhores condições para enfrentar os desafios que irão se apresentar na sua nova fase de vida.

Segundo Madeira (2012) no mundo quase 10 milhões de pessoas, no momento da sua pesquisa, estavam reclusas em instituições penais. No Brasil, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2017), o total de presos em 2017 era de 654.372 detentos e os presos provisórios de 221.054, totalizando 875.426. Ganem (2018, p. 2) aponta que diversos são os motivos que podem levar uma pessoa a praticar um crime, seja por fatores econômicos, sociais, morais, psicológicos, dentre outros, o autor declara ainda que “afirmar pura e simplesmente que o agente pratica um crime pelo fato de que escolheu praticar um crime é uma resposta por demais simplória para uma matéria tão complexa”.

Ireland (2011) alerta que a superlotação é a característica mais marcante quando se aborda temas relacionados ao sistema penitenciário, sendo a maior preocupação e esforços destinados a segurança, no sentido de manter os encarcerados detidos nos presídios, consequentemente manter a sociedade segura, e não em preocupar-se com a efetiva segurança pessoal dos reclusos. A superlotação existente em muitas unidades penitenciárias no

Brasil, fato informado à sociedade através das mídias, decorrentes das políticas públicas evasivas, as quais dificultam as assistências que cabem ao apenado.

Madeira (2012), relata que na década de 1970 o sistema penitenciário já era visto com graves problemas e que relatórios já demonstravam que tais problemas já eram decorrentes da superlotação. Devido à falta de atenção e investimentos, os problemas se aglomeraram e se expandiram. Sabemos que a Lei de Execução Penal (LEP) no artigo V determina a classificação dos presos por sexo, periculosidade, dentre outros itens, e para isso já dispõe de regras, mas segundo Madeira (2012), o perfil dos detentos mudou em comparação as décadas anteriores, isto porque, mantiveram na mesma cela, detentos de diferentes delitos e diferentes periculosidades. Silveira (2014) corrobora com Madeira (2012) ao declarar que:

[...] na prática, na maior parte das instituições penais, pouco é realizado para separar as diferentes categorias de presos, como os detentos potencialmente perigosos daqueles mais vulneráveis. Os encarcerados são misturados, devendo se guiar à própria sorte, pois não há um sistema operante para classificar os presos por nível de periculosidade, como máximo, médio e mínimo. Todos são trancafiados juntos: do comandante do tráfico, ao ladrão de galinha (SILVEIRA, 2014, p. 28-29).

O levantamento Nacional sobre Informações Penitenciárias (junho/2016) aponta que 55% da população prisional no Brasil é composta por jovens ente 18 a 29 anos, quanto as informações disponibilizadas constataram-se que 64% são pessoas negras e 51% não concluíram o ensino fundamental.

Conforme o coordenador-geral de Alternativas Penais do DEPEN NACIONAL, o senhor Victor Martins Pimenta, que palestrou no FONAPE 2016 (2º Fórum Nacional de Alternativas Penais), “o processo de encarceramento não tem nada a ver com a construção de uma sociedade mais segura. Pelo contrário, reforça o círculo da violência e só agrava a situação de tensão social no país” (BRASIL, 2016). Uma sociedade cujo índice de criminalidade aumenta a cada década e precisa investir em mais presídios do que em escolas, apresenta traços de enfermidade social. E se as políticas públicas não forem trabalhadas de acordo como se propõe na lei, poderá ocorrer do detento no seu egresso a sociedade, apresentar comportamento institucionalizado ao vivido no ambiente prisional, ou seja, reproduzir hábitos e ensinamentos

adquiridos por meio de convívio com detentos, os quais possuem alto grau de periculosidade, abrindo ou aprofundando o abismo no espaço sócio familiar e o fracasso poderá ser percebido através das reincidências criminais.

Segundo Julião (2003) em 1967 o Rio de Janeiro, inicia oficialmente, através de convênio entre a Secretaria de Estado de Justiça e a Secretaria de Estado de Educação, uma experiência escolar pioneira em unidades prisionais, com o intuito de trabalhar as séries iniciais da educação formal.

Conforme entrevista da professora Stela, uma das primeiras docentes no sistema penal do Rio de Janeiro (atualmente aposentada), fornecida a pesquisadora Santos (2015), a entrevistada declara que o trabalho docente era realizado por meio de Classes de Cooperação, criadas por força do convênio entre a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Justiça do mesmo Estado (SANTOS, 2015).

Desde 1949 e a cada 12 anos há uma Conferência Internacional de Educação de Adultos³, segundo o MEC (2018). A educação prisional esteve presente nos debates da V CONFITEA (V Conferência Internacional de Educação de Adultos) em 2009 na Alemanha, o tema abordado foi “A educação para todos os adultos: os direitos e aspirações dos diferentes grupos”, nele é enfatizado que a educação é um direito universal, inclusive aqueles denominados excluídos, descritos como ciganos, refugiados, idosos, deficientes e presos. Quanto a esta última categoria o V CONFITEA promovido pela UNESCO (1999) declara:

Reconhecer o direito dos detentos à aprendizagem:

- a) informando os presos sobre as oportunidades de ensino e de formação existentes em diversos níveis e permitindo-lhes o acesso a elas;
- b) elaborando e pondo em marcha, nas prisões, amplos programas de ensino, com a participação dos detentos, a fim de responder às suas necessidades e aspirações em matéria de educação;
- c) facilitando a ação das organizações não-governamentais, dos professores e dos outros agentes educativos nas prisões, permitindo, assim, aos detentos, o acesso às instituições educativas, estimulando as iniciativas que tenham por fim conectar os cursos dados na prisão com os oferecidos fora dela (V CONFITEA, 1999, p. 52-53).

³ As seis edições foram recepcionadas, respectivamente, pela Dinamarca, Canadá, Japão, França, Alemanha e Brasil.

A VI CONFITEA realizado no Brasil em 2009, teve como contribuição avaliar como os compromissos assumidos em 1997 e assegurar que os compromissos anteriores e atuais relativos à educação de adultos e à educação não formal fossem cumpridos.

No Estado do Paraná, a educação para os reclusos do sistema penitenciário ocorreu a partir a partir de um Termo de Acordo Especial de Amparo Técnico, celebrado entre a Secretaria de Estado da Justiça (SEJU) e a Secretaria de Estado da Educação (SEED) em 17/07/1982. O termo objetivava apenas preparar os alunos para os exames de equivalência (conclusão de grau de ensino por meio de uma prova) correspondentes às quatro primeiras séries do 1º grau e aos exames supletivos (PARANÁ, 2018).

A regulamentação do atendimento educacional no Sistema Penitenciário do Paraná se deu em 11 de março de 2009, por meio do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o qual foi homologado pelo Ministério da Educação por meio da Resolução Nº 2, de 19 de maio de 2010, do Conselho Nacional de Educação (CNE). O referido documento dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais e amplia o atendimento educacional para além dos presos condenados, ou seja, para os provisórios, egressos do sistema prisional e àqueles que cumprem medidas de segurança.

A Constituição do Estado do Paraná, no seu Título VII, artigo 239, também determina que “O Estado promoverá a assistência a homens e mulheres internos e egressos do sistema penitenciário, inclusive aos albergados, visando à sua reintegração à sociedade”, ampliando então esta oferta educacional neste Estado.

Segundo Graciano e Schilling em pesquisa realizada pelo Ministério da Justiça (2007),

[...] apenas Tocantins e Espírito Santo afirmaram em pesquisa não oferecer Ensino Fundamental nas prisões. Há Ensino Médio nas prisões do Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Acre; em São Paulo e Goiás este nível é realizado por meio dos exames de certificação (GRACIANO E SCHILLING, 2008, p. 115).

Assim como nas instituições fora do sistema penitenciário, a Educação de Jovens e Adultos – EJA é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Trata-se de um direito constitucional e cercado de mecanismos financeiros e jurídicos de sustentação. A EJA está baseada no que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN Nº 9.394/96, no Parecer CNE/CEBNº11/2000, na Resolução CNE/CEBNº01/2000, no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01), no Plano de Desenvolvimento da Educação e nos Compromissos e acordos internacionais.

A Proposta Pedagógico-Curricular para a oferta de educação de jovens e adultos nos estabelecimentos penais do Paraná (SEED, 2013), em seu documento declara que essa modalidade de ensino vem ao encontro da necessidade e da diversidade do perfil dos educandos encarcerados, no que se refere à faixa etária, ao nível de escolarização, à situação socioeconômica e cultural e, sobretudo, a sua posterior inserção no mercado de trabalho. Estando, portanto, contemplado nesta modalidade de ensino, por meio da sua proposta curricular, o trabalho das diversidades do contexto social e cultural da população em privação de liberdade. Ao traçar o plano de trabalho docente, o professor deve considerar a proposta pedagógica da EJA e o Projeto Político Pedagógico da escola em que atua, a fim de conhecer fatores relevantes ao seu trabalho diário.

No sistema penitenciário nacional, conforme levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, junho/2016, o índice de analfabetismo é de 4% a nível nacional, sendo que até a data da referida pesquisa, o Estado com maior dificuldade no que se refere a políticas públicas de combate ao analfabetismo de reclusos foi o estado de Alagoas com 23%, dados três vezes maiores que a média nacional.

Pensar na EJA no país, traz à tona a palavra “exclusão”, que segundo Haddad e Pierro (2000) grande parte o perfil dos jovens inseridos na modalidade de ensino da EJA são compostos por jovens excluídos do ensino regular, os quais “carregam o estigma de alunos-problemas”:

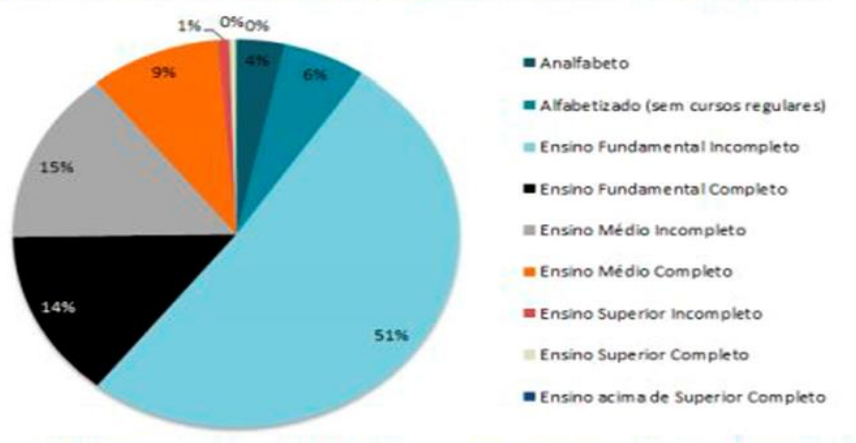
Há uma ou duas décadas, a maioria dos educandos de programas de alfabetização e de escolarização de jovens e adultos eram pessoas maduras ou idosas, de origem rural, que nunca tinham tido

oportunidades escolares. A partir dos anos 80, os programas de escolarização de adultos passaram a acolher um novo grupo social constituído por jovens de origem urbana, cuja trajetória escolar anterior foi malsucedida (HADDAD; PIERRO, 2000, p. 127).

Ao analisarmos a pesquisa quanto ao nível de escolaridade, realizado pelo DEPEN Nacional, concluímos que ratifica a pesquisa de Haddad e Pierro, pois, a maioria das pessoas privadas de liberdade possuem apenas o ensino básico (FIGURA 2).

Figura 2 – Gráfico representando nível de escolaridade dos detentos no Brasil

Gráfico 17. Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen, Junho/2016.

Segundo as Diretrizes da EJA (2006, p. 33) “das razões pelas quais o educando da EJA retorna para a escola destaca-se o desejo da elevação de escolaridade para atender às exigências do mundo do trabalho”, já para o aluno recluso há vários fatores que o levam a retornar para as carteiras escolares, Onofre (2007) relata que em alguns há o desejo de aprender, de resgatar a cidadania perdida e prosseguir desejando concluir a fase de ensino em que abandonou os estudos ou até mesmo em cursar o ensino superior, outros de buscar um passatempo, ou desejam apenas sair da cela e veem o lanche da escola como uma oportunidade de comer algo diferente, outros desejam um parecer positivo nos exames criminológicos.

Este exame foi estabelecido pela LEP (Lei de Execução Penal) em seu artigo 8º, é realizado em detentos do regime fechado com o objetivo de

avaliar/classificar o detento quanto ao grau de periculosidade, eventual arrependimento ou possibilidades de cometer novos crimes, seu objetivo ainda é para individualização da pena (JUSBRASIL, 2018). Em último caso, há detentos que desejam claramente a remição, pois entendem que frequentar a escola é uma possibilidade de acúmulo de horas para sair da prisão ou conseguir a progressão da pena para um regime menos rigoroso.

No Estado do Paraná, há professores formados e concursados que atuam na docência dentro dos presídios, entretanto para os detentos analfabetos, que por motivo de segurança dos mesmos, preferem não comparecer a cela de aula para serem alfabetizados, foi criado e realizado por meio de edital específico a função de Monitor de Alfabetização, este alfabetizador selecionado era um detento com nível médio completo ou superior.

Conforme site da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED, 2018) “as atividades desenvolvidas pelos Alfabetizadores e Monitores de Alfabetização, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado/Paraná Alfabetizado, são consideradas de natureza voluntária”, porém os monitores de alfabetização recebem bolsas-auxílio que não se configurarão como remuneração⁴.

O edital 61/2017 SEED (2018) também contempla orientações quanto ao direito do estudante apenado a obter o atestado de estudos para fins de remição de pena, direito garantido por meio da Lei 12.433 de 29/06/2011 (BRASIL, 2011) em seu Artigo 126 estabelece que a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional, haverá um dia de remição na pena.

Penna (2007) relata em sua pesquisa sobre a atuação de monitores-presos contratados pela Fundação Professor Manuel Pedro Pimentel (FUNAP), os quais ministram aula no nível I (alfabetização) e no nível II (educação supletiva) em 19 presídios no Estado de São Paulo. A pesquisadora informa

⁴ Conforme o edital 61/2017 SEED (2018) este valor é pago como auxílio mensal integralmente, pelo FNDE/MEC conforme artigos 19 e 20 da Resolução CD/FNDE n.º 9, de 22/12/2016, que estabelece orientações, critérios e procedimentos relativos ao Programa Brasil Alfabetizado/Paraná Alfabetizado.

que a FUNAP é responsável pelo ensino fundamental nos estabelecimentos prisionais no Estado de São Paulo, amparada pela Resolução SJ-43 e a certificação é realizada pela Secretaria Estadual de Educação do Estado, por meio da realização de provas do Centro de Exames Supletivos (CESU). Ainda para a autora, os monitores-presos são selecionados no público carcerário da unidade penal e pelo prévio grau de instrução, estes nunca tiveram experiências na área e suas práticas pedagógicas são baseadas nas suas observações aos professores quando ainda eram alunos. Após a seleção estes, passam por uma capacitação, os monitores-presos desempenham a atividade docente seguindo uma rotina educacional e se sentem valorizados e motivados nesta função de status neste meio. A pesquisa aponta ainda que segundo a percepção dos presos-monitores com relação aos detentos que passaram pela escola, esta proporciona condições de “melhor diálogo com os funcionários, evitam o confronto direto e aprendem a lidar com o poder institucional além de mantê-los longe do universo criminal.” (PENNA, 2007, p. 89)

Segundo a Lei de Execução Penal em seu artigo 126 possibilita ao detento que cumpre sua pena em regime fechado ou semiaberto a cada 12 horas em atividades pedagógicas (educação formal, ensino superior, ensino profissionalizante ou por trabalho) remir um dia na sua pena, para tanto, deve ser considerado o número de horas correspondente à efetiva participação do apenado nas atividades educacionais, independentemente de aproveitamento, exceto quando o condenado for autorizado a estudar fora do estabelecimento penal.

As atividades de estudo são desenvolvidas de forma presencial, por meio da modalidade semipresencial ou pelo Ensino a Distância (EAD), desde que certificados por uma instituição competente e reconhecida e aceita pelo juiz da Vara de Execução Penal (VEP).

Onofre (2007) confirma ao já exposto, ao relatar que mesmo havendo elementos comuns à EJA fora do ambiente carcerário, no sistema prisional entretanto, há um trabalho prático diferenciado em virtude das restrições que o ambiente prisional impõe ao processo educacional. Existem materiais dos quais os professores que atuam dentro de salas-celas não utilizam, ou o fazem de forma restrita e com autorização prévia da chefia de segurança da unidade

penal, são eles: tesouras, colas, durex etc. Não é permitido ao professor entrar neste ambiente prisional com recursos audiovisuais, *notebook*, *tablet*, celular, ou qualquer meio eletrônico que possibilite contato externo ou acesso à internet. Entenda-se salas-celas por salas de aulas com um espaço destinado aos alunos detentos com carteiras e cadeiras separados do espaço do professor por uma grade. Nas unidades prisionais de regime fechado, o espaço escolar do lado do aluno, geralmente há um quadro para exposição dos trabalhos por eles realizados. Do lado do professor há um quadro, armário, carteira, cadeira e a TV, a porta de contato entre ambos fica trancada. Segundo Santos (2007, p.96) “os alunos são reunidos neste espaço para que eles possam ser ensinados certos conhecimentos, e o professor reforça a necessidade da disciplina e a seriedade com que devem ser trabalhados.”.

Quanto as características educacionais existentes no ambiente prisional Leme (2007, p. 116) menciona a rotatividade dos alunos para outros presídios, no decorrer do processo de ensino, em virtude de progressão ou regressão de regime carcerário. É comum ao adentrar uma nova unidade penitenciária, o detento passar por um período separado da massa carcerária, também chamado de triagem. Passando este período, ainda dentro desta nova unidade, o detento poderá solicitar sua matrícula na escola e dar prosseguimento aos seus estudos iniciados na unidade penitenciária anterior. Porém, se o detento passa a usufruir de regime de progressão aberta, este deixará de estar diariamente sob a custódia do estado, mas deverá apresentar-se mensalmente ou quando exigido no Patronato da comarca. O patronato, é composto por uma equipe de profissionais que tem por objetivo orientar o egresso ao convívio social, neste sentido, será realizado a matrícula escolar em uma escola mais próxima da sua residência.

No cárcere, conforme relata Aguiar (2009) são inúmeros os desafios educacionais, desde as condições limitadas de trabalho, até o enfrentamento com relação à perda de autonomia do educando, incluindo as desumanizações das prisões brasileiras. É necessário ao professor estimular o aluno quanto a sua capacidade de reflexão quanto a si mesmo e ao mundo em que vive e desejando intervir nesta realidade de forma produtiva, focando em um futuro diferente desta realidade vivida com vistas a sua reintegração a sociedade.

Conforme Teixeira (2010) o princípio fundamental que deve ser enfatizado e exigido é que a educação no sistema penitenciário não pode ser entendida como privilégio, benefício ou, muito menos, recompensa oferecida em troca de um bom comportamento. Entende-se que a educação é um direito previsto constitucionalmente. Entretanto, Oliveira (2013, p. 961) alerta por meio de pesquisa de campo, realizada na prisão de Uberlândia (MG) que nem sempre este direito é respeitado já que para o acesso ao ensino formal é avaliado “a conduta de cada preso, o qual se transforma o direito de todos à educação em um benefício individual e algo a ser conquistado”, entende-se, portanto, ser este um benefício para poucos. A imperfeição do sistema obriga as unidades penitenciárias a realizarem uma triagem para a escolha dos presos que terão acesso ao ensino formal, isto porque ao construir as unidades penitenciárias não se pensava no tratamento penal, ou seja, não se planejava o atendimento escolar.

Em 24 de maio de 2010, foi sancionada a lei 12.245, o qual determina a instalação de salas de aulas nos presídios como forma de cumprir a Lei de Execução Penal, colocando em prática o direito do preso à assistência educacional, entretanto leis são aplicáveis conforme a administração pública, entretanto, ainda segundo Charleaux (2016) cerca de 90% dos detentos do sistema prisional ainda lhes é negado o direito à educação⁵.

Os dados da pesquisa de campo realizado por Oliveira (2013) foram coletados por meio de entrevistas acerca da educação escolar implementada no sistema penitenciário daquele local. Segundo a pesquisadora, a instituição de ensino que atua na Penitenciária de Uberlândia é a Escola Estadual Mário Quintana, que foi inaugurada e está em funcionamento desde junho de 2006. Foram coletados sete depoimentos de detentos que não participavam das atividades escolares, os questionamentos foram acerca das representações dos presos a respeito de: acesso e permanência da educação escolar na

⁵ Os dados se referem às pessoas privadas de liberdade no sistema penal adulto - maiores de 18 anos. Dos presos matriculados em atividades formais de educação no Brasil, 51% estão no ensino fundamental.

prisão; educação como direito; relação com profissionais que atuam na prisão e educação escolar como inclusão social.

Oliveira (2013, p. 961) constatou que “a educação escolar é entendida no âmbito da prisão como um benefício, uma oportunidade para aqueles que acatam a norma específica do ambiente.” Segundo a pesquisa, os detentos assimilaram o direcionamento desta unidade como algo a ser conquistado, um mérito por bom comportamento e declara que “que os presos não vislumbram a educação como um direito de todos legalmente constituído, o qual é um dever do Estado” (OLIVEIRA, p. 961) Há ainda, o caso de um detento ter a compreensão que a educação é uma assistência e que o Estado tem por obrigação oferecer aos detentos, entretanto por não haver a série que ele necessita, para não perder a vaga na escola este se submete a repetir a série já estudada. Segue o relato do detento a pesquisadora Oliveira:

Tô estudando tem três anos aqui. [...] Tô na quarta série agora, porque no meu bloco não tem a quinta série que foi a que eu parei. Mas eu sei que é meu direito fazer essa série que parei lá fora, mas não tem como (OLIVEIRA, 2013, p. 961).

Leme (2007, p. 142) corrobora com a pesquisadora Oliveira, ao relatar que a escola é “tratada na maioria das vezes pelos funcionários como um lugar secundário e acreditam que o preso não precisa estudar [...]”

Trentin (2013) apresenta ainda uma informação pouco relatada, porém uma prática costumeira nos presídios: a transferência dos detentos alunos do canteiro escolar para os canteiros ou oficinas de trabalho, segundo a autora:

[...] as oficinas fazem uma concorrência desleal com a escola, pois levam a maioria dos alunos a desistir de estudar – já que eles recebem por produtividade, preferem trabalhar oito horas diárias e receber um salário melhor (TRENTIN, 2013, p. 02).

O trabalho, sem dúvida, é uma das importantes ferramentas no processo de ressocialização do preso, e conforme o Artigo 28 da Lei de Execução Penal, esta atividade deve ser educativa e produtiva ao detento. O principal objetivo das atividades laborativas são ressocializar o preso e diminuir a superlotação carcerária por meio da remição de pena.

Ao afirmar que a educação formal é a forma mais eficaz de integração do indivíduo a sociedade, a Câmara dos Deputados, altera o art. 126 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (BRASIL, Lei de Execução Penal), incentivando assim a todo privado de liberdade do regime fechado ou semiaberto que participarem do Projeto Remição pela Leitura. O documento traz em seu texto os seguintes objetivos:

[...] possibilitar aos reeducando do Sistema Penitenciário a oportunidade da remição de pena, através da leitura e confecção de resenha crítica; incentivar a leitura como elemento facilitador de uma tomada de consciência de pessoas privadas de liberdade, visando a melhorar as suas condições de regresso à sociedade; e, desenvolver a escrita como forma criativa de expressão (BRASIL, Câmara dos Deputados, Projeto de Lei nº 7528, 2017).

Ainda que se tenha mais possibilidades educacionais, Julião (2012, p. 201) corrobora com Trentin (2013) ao relatar sobre a valorização ao trabalho em detrimento do estudo, segundo o autor “o estudo é visto apenas como mero complemento do trabalho”, mesmo que não se declare abertamente.

Ainda com relação aos desafios diários em unidades prisionais nos diferentes Estados é importante lembrar o baixo contingente de agentes penitenciários, informação trazida a público pelo Sindicato dos Agentes de Escolta e V. Penitenciária do Estado de São Paulo (SINDESPE 2018). Segundo ele, o Brasil tem média de 7 presos por agente penitenciário; 19 estados descumprem limite recomendado pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária que recomenda que haja um agente para cada cinco presos nas unidades penais, segundo o sindicato Pernambuco tem o pior indicador 20 presos por agente, em média. A reportagem relata ainda que, “segundo os agentes penitenciários, os problemas de superlotação e de falta de investimento nas prisões colaboram com o sentimento de insegurança do próprio trabalhador.” Tal situação, muitas vezes impossibilitam ou atrasam a movimentação dos detentos para o direcionamento aos atendimentos pedagógicos. Segundo Aguiar quando da falta de funcionários,

a [...] tendência é que sejam priorizadas ações que visem manter a segurança, ordem e disciplina, fazendo com que os atendimentos individualizados e os programas ligados ao trabalho, à educação, ao esporte e até mesmo a saúde dos presos fiquem relegados a segundo plano (AGUIAR, 2009, p. 111).

Conforme dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias 2018, (Infopen – BRASIL, 2018) revela que “tanto as pessoas privadas de liberdade quanto os servidores e colaboradores que ocupam os espaços das prisões estão vivendo em condições insalubres”.

A arquitetura das unidades penais possui um lado sombrio, cercado por um ambiente hostil, os indivíduos que convivem neste local, seja detento ou funcionário, sentem a pressão do confinamento. A escala de trabalho dos agentes penitenciários os faz permanecer atentos 24 horas, até a troca do próximo turno. Moraes (2005) apresenta em sua tese de doutorado, uma entrevista com um agente penitenciário, esta expressa ansiedade, angústia e denota um mal-estar físico por trabalhar em um ambiente opressor, sentimentos não ouvidos pela instituição mantenedora:

[...] a gente entra aqui até bem e sai como se tivesse um elefante em cima. Isto porque a maldade aqui é muito grande. Não é por causa deste ou daquele preso, deste ou daquele agente. É que nem uma nuvem que fica em cima de todo mundo, que desce na gente, que abafa a gente (MORAES, 2005, p. 41).

Enquanto 2007 existiam 1.006 estabelecimentos penais no Brasil, com mais de 350 mil encarcerados, o último levantamento nacional de informações penitenciárias (INFOPEN) realizado em 2016 apontou que as prisionais estaduais somam 367.217 vagas em todo o país, com uma população de 726.212 privados de liberdade no país (JULIÃO, 2007). Entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento aumentou em 157%, sendo, o Brasil é o terceiro país no mundo com maior número de pessoas presas. Quanto ao perfil dos detentos a nível nacional, o levantamento mostrou que 55% da população prisional é formada por jovens, considerados até 29 anos, segundo classificação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), 64% são pessoas negras, 51% apresentavam ensino fundamental incompleto Fase II, 14% fundamental completo, 15% ensino médio incompleto, 9% médio completo, 6% ensino fundamental Fase I e 4% analfabetos. Conforme entrevista do diretor geral do DEPEN Sr. Jeferson de Almeida a repórter Andréia Verdélio (Agência Brasil 08/12/17) as informações do INFOPEN “ajudam a direcionar as políticas

públicas para o sistema prisional e na correta aplicação dos recursos financeiros, tanto da União quanto dos estados”.

Para Gomes (2010, p. 31) o caminho educacional é um instrumento importante para auxiliar na crise apresentada pelo sistema prisional no país. A educação proporciona “um presente mais digno e também a possibilidade de um futuro, com formação educacional e profissional, longe do crime”. A autora referencia que a atual legislação penal brasileira prevê que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do interno penitenciário. Institui como obrigatório o Ensino Fundamental, integrando-se ao sistema escolar da unidade federativa. Já o ensino profissional deverá ser ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Julião (2010) aponta que a temática envolvendo o EJA e privados de liberdade do sistema prisional vêm alcançando, internacionalmente, destaque apropriado para ganhar força, também, no Brasil. A partir de 2006, iniciou-se um movimento governamental na perspectiva de criação da primeira rede latino-americana de educação nas prisões. Com objetivo de investir no intercâmbio de experiências bem-sucedidas, bem como programar práticas que institucionalizem uma política educativa para o sistema penitenciário da América Latina.

A Lei de Execução Penal Brasileira (LEP) nº 7.210/1984, assegura o direito à Assistência Educacional e também prevê a existência biblioteca com livros didáticos e recreativos para acesso dos detentos, para garantir uma política de incentivo ao livro e à leitura no sistema prisional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 propõe programas que devem ser desenvolvidos em parcerias com os governos estaduais, municipais e a sociedade civil, buscando de forma quantitativa e qualitativa para atender a modalidade da EJA.

Em 11/03/2009 por meio da Resolução nº 3, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça do Brasil as Diretrizes da Educação nas Prisões a fim de nortear pedagogicamente a oferta de educação escolar.

Já o Decreto nº 7.626/2011 a oferta de educação para jovens e adultos em estabelecimentos penais estará associada às ações complementares de

cultura, esporte, inclusão digital, educação profissional, fomento à leitura e a programas de implantação, recuperação e manutenção de bibliotecas destinadas ao atendimento à população privada de liberdade, inclusive as ações de valorização dos profissionais que trabalham nesses espaços

Onofre (2007) esclarece ainda que para a construção dessa escola prisional, há que se considerar se existe descompasso entre o que ela deve e o que pode fazer no interior das prisões. Segundo a pesquisadora, é necessário se pensar que alunos queremos formar? Mas no sistema penal, qual aluno podemos formar? Esta ainda relata:

[...] problemas na área da educação são complexos e não existem repostas imediatas ou soluções rápidas para eles, o que justifica a necessidade de estudos, reflexões e, especialmente, a formulação de projetos sociais e educacionais voltados para os excluídos, os marginais, os insatisfeitos, os não-clientes, a maioria perdedora (ONOFRE, 2007, p. 11).

2.3 EDUCADORES DA EJA NO SISTEMA PRISIONAL

O papel da escola na sociedade atual, vai muito além de se oportunizar o ensino formal, pois ela é um mecanismo que se deve propiciar aos alunos da EJA, debates a fim de compreenderem que eles são protagonistas da sociedade que todos almejam. No sistema penitenciário, conforme relata Julião (2007) a escola ainda que localizada em um espaço repressor, é o único local que possibilita e estimula processos educativos, contribuindo na reconstrução da sua identidade e na sua reintegração social. Neste sentido Julião declara que:

A escola nos presídios tem uma enorme responsabilidade na formação de indivíduos autônomos, na ampliação do acesso aos bens culturais em geral, no fortalecimento da autoestima desses sujeitos, assim como na consciência de seus deveres e direitos, criando oportunidades para seu reingresso na sociedade (JULIÃO, 2007, p. 47).

Falar sobre o trabalho docente não é uma empreitada fácil e no sistema penitenciário não é diferente, já que o processo educativo nas prisões é diferenciado e existem limites de atuação que diariamente devem ser

considerados. O espaço prisional tem por objetivo primordial manter a disciplina e todos devem cumprir as normas estabelecidas, a isto também o professor está incluso, pois ao adentrar neste ambiente, também é apresentado ao professor recém chegado as normas de conduta, as quais lhes serão lembradas sempre que a direção escolar achar necessário, já que ele sempre será discretamente monitorado pela segurança.

As normas do ambiente prisional também interferem no plano de aula do professor, pois por questões de segurança há materiais didáticos cuja utilização não são autorizados no ambiente de uma sala de aula inserida dentro da unidade prisional, da mesma forma frutas não podem ser servidas como merenda escolar, pois é possível que com as cascas das frutas os detentos fabriquem a choca. Os detentos chamam de choca a mistura de cascas de frutas com água, após dias de fermentação, este líquido transforma-se em bebida alcoólica.

Nos primeiros dias de aula é visivelmente percebido o comportamento disciplinar dos alunos, por meio do silêncio instalado nas salas de aula, é visível as inquietações que inundam as mentes dos educandos. Para muitos o maior encarceramento decorre das memórias que os angustiam, da carga moral e emocional das transgressões cometidas, do distanciamento dos familiares ou da abstinência de vícios. O encarceramento tira qualquer expectativa de libertação, e o ser confinado perde de imediato a sua própria identidade, ganha um número de prontuário, conforme o Caderno do Sistema de Informações Penitenciárias (Departamento Nacional – DEPEN). O detento ganha ainda uma cela, uniformes e alguns objetos oferecidos pela unidade penal para sua nova vida em conjunto com os demais detentos. Diante disso, dentro de um sistema penal passam a assumir uma nova postura, para sua segurança e sobrevivência, deixam de viver a sua própria vida e passam a viver as regras institucionais ou/e de grupos que venham a se relacionar, assumindo uma nova personalidade.

Geralmente o detento-aluno não quer se expor diante dos demais da sala, mas ao perceber a confiabilidade quanto ao expressar suas opiniões, estas passam ainda de forma comedida, a serem explanadas. Onofre (2007) relata esta postura como forma de proteção, pois ao utilizar de discursos que esperam que um detento tenha, este consegue sobreviver e manter a

esperança de alcançar regalias. Conter-se ou mentir são, conforme relata Onofre (2011) máscaras, as quais são necessárias pois protegem o sentenciado de se envolver em atritos com outros detentos, ou deselegâncias com funcionários, com isto, as máscaras o auxiliam, pois abreviam a sua estadia dentro de um regime carcerário:

A gente faz o que os outros querem; você tem que entrar no jogo deles e encontrar saídas depressa. Aqui tem regras pra tudo... Eu convivo aqui como camaleão. Dizem que tenho que sair regenerado e eu faço de tudo pra mostrar que estou melhorando. É muita humilhação, muita pressão psicológica – pra não sofrer demais em tento viver bem com todos (ONOFRE, 2011, p. 277).

Mesmo diante deste fato e desafio educacional dentro deste ambiente restritivo, o professor deve ter claro que a contribuição para o acesso a um conhecimento crítico é realizada por meio de um constante lapidar e o produto do seu trabalho deve fazer sentido aos seus educandos, já que para eles a escola não é apenas um local de reprodução de conhecimentos, mas de transformação.

Em meio a tantos profissionais envolvidos no processo ressocializador dentro do ambiente carcerário, o professor é um dos profissionais mais respeitados e uma figura protegida neste meio, Onofre (2011, p. 15) relata em sua pesquisa que neste sentido há um código de honra entre os detentos, pois “os aprisionados sabem que a escola não está ali para atrapalhar a vida de ninguém e que eles (os professores) não são funcionários da penitenciária.” Com relação ao professor, os detentos-alunos sentem confiança de expor suas tristezas, frustrações e sonhos, é o professor que diariamente os ouve e mesmo sutilmente os confrontam quanto aos pensamentos negativos, muitas vezes incrédulos quanto a justiça ou inquietos quanto aos seus problemas familiares. O professor diariamente é o ouvinte e conselheiro, muitas vezes ele é quem intermedia e encaminha seu aluno ao atendimento médico, odontológico ou psicológico.

O professor é um constante influenciador, queira ele ou não, sua postura sempre é observada, bem como sua prática pedagógica utilizada na sala de aula, o amor a disciplina lecionada, o respeito e a ética empregada em todos os

momentos. A aprendizagem perpassa pelo conteúdo formal e pelas atitudes informais, já que a responsabilidade ética e moral é inerente ao cargo.

Ao apresentar sua pesquisa sobre a educação nas prisões, Onofre (2011, p. 10) afirma que no ambiente escolar inserido nas prisões, o detento sente-se seguro: “Na escola me sinto mais livre, até mais que no raio tomando sol... Na escola você está num lugar bom, lá você está livre, se acontecer alguma coisa.”

Por meio de uma pesquisa realizada com professores que atuam em um presídio masculino, no interior do Estado de São Paulo, Onofre (2009) aponta que o detento, assim como muitos alunos de EJA fora do sistema penitenciário, um passado sofrido, com vivências, muitas das quais foram permeadas de violências que desencadearam pensamentos e ações que o impulsionaram ao mundo do crime, mas que por trás das grades, segundo esta pesquisa de Onofre, seu desejo é estudar, trabalhar e constituir uma família. Ao professor cabe um importante papel social, de contribuir no resgate deste indivíduo privado de liberdade utilizando debates. Todo debate apresenta temas geradores (problematização de uma necessidade) que contribui na superação de conhecimentos que se encontram apenas no senso comum, estes debates ainda conforme Paulo Freire (2005), possibilita reflexões críticas quanto as relações homem-homem-mundo, possibilitando a percepção de uma nova leitura da realidade por parte do educando.

Quanto ao ingresso do professor para atuar nesta modalidade de ensino denominado EJA – Prisional, cada Estado tem a sua forma de vínculo, muitos dos quais não deixam claro nos editais o tipo de vínculo empregatício, no Paraná percebemos por meio da leitura de um Projeto Político Pedagógico como este ingresso é realizado:

Os profissionais desta instituição escolar são concursados pela Secretaria de Estado da Educação e possuem vínculo empregatício QPM e QFEB. Para trabalhar neste CEEBJA, passam por Editais Específicos da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e Secretaria de Estado da Educação. Nestes editais todos são entrevistados e avaliados em sua prática pedagógica sendo verificado seus conhecimentos sobre os eixos articuladores de EJA, tempo, cultura e trabalho, sua experiência com essa modalidade de ensino (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2014, p. 33).

A seleção acontece em duas etapas, com nota equivalente a 50% para análise do currículo e os outros 50% correspondem à entrevista (com apresentação oral e por escrito do memorial descritivo). Ainda nos critérios expostos em editais ressalta-se que os professores candidatos devem já ter cumprido o estágio probatório; não possuir antecedentes criminais; não ter sofrido penalidade no exercício de cargo público ou atividades profissionais e não ter sido desligado ou descumprido as normas de conduta funcional.

Ainda segundo este documento, ao tratar sobre a formação para aperfeiçoamento profissional realizado pelos docentes, é relatado que estes participam de grupos de estudos, encontros, cursos, seminários, palestras, dentre outros eventos, ofertados pela Secretaria de Estado da Educação (SEED).

A escola não pode ser vista apenas como local de trabalho; deve ser ao mesmo tempo espaço de formação. É preciso investir prioritariamente na formação permanente e em serviço do professor, para que possa ter melhor compreensão do processo educacional, postura e métodos de trabalho mais apropriados (VASCONCELLOS, 2009, p. 123).

Existem inúmeros relatos de professores e/ou pesquisadores que mencionam a satisfação de verificar o retorno positivo quanto ao término de um projeto com privados de liberdade. Ribeiro (2016) relata em seu artigo “No lixão também nasce flor: um relato da experiência de leitura em penitenciárias do Distrito Federal”, nele é apresentado um projeto de leitura com oficinas de poesias e xilogravuras, realizado no período de 2011-2012, com 120 internos e 30 internas, o objetivo na ocasião foi “investigar a formação deste leitor e as potencialidades transformadoras da leitura, como manifestação artística, num espaço de violência e privação de liberdade” (Ribeiro, 2016, p. 1). Vale lembrar que para a realização deste projeto houve a permissão da Vara de Execuções Penais do D.F. e o Departamento Penitenciário do Distrito Federal. Esta experiência vislumbrou aos professores as inúmeras possibilidades quanto a utilização do espaço da biblioteca, segundo Ribeiro (2016):

Um novo público leitor surgiu e os internos passaram a ser conhecidos, também, pelo seu texto, e não só pelo seu crime. Quanto às mulheres, puderam falar de suas angústias por meio de poesias. Criou-se um espaço para a fala, prática pouco compartilhada entre

elas. Com esta proposta, foram abertas novas possibilidades como a oficina de pintura e o projeto de remição pela leitura. (RIBEIRO, 2016, p. 8).

Freire (2002) lembra-nos a importância de todo diálogo na prática educativa, diálogos abertos acima de tudo ao escutar, julgamentos não cabem nesta sala de aula, mas se prioriza o estímulo a reflexão e criação. Os conteúdos programáticos já não fazem sentido ao educando sem o processo reflexivo, é estimulando esta prática que se desenvolverá uma educação de qualidade, sugere-se leitura/releituras de suas vivências, com o intuito de se fomentar um verdadeiro crescimento mútuo, favorecendo a reinserção social após o cumprimento da pena.

Todo plano de trabalho docente deve estar norteado pelas concepções pedagógicas contidas no Projeto Político Pedagógico do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA) ao qual o profissional está inserido. O Projeto Político Pedagógico é um documento elaborado pela comunidade escolar, por meio de um processo participativo com todos os sujeitos envolvidos. Nele consta a concepção de sociedade, de homem e de educação que se almeja, entendendo que toda educação é intencional e envolve em ato político. Metas e ações são planejadas a curto, médio e longo prazo, após o diagnóstico e reflexão da realidade e complexidade da instituição. É fundamental o comprometimento de todos os profissionais envolvidos neste processo transformador, inclusive no processo avaliativo do mesmo, ao professor ressalta-se a importância de contribuir na formação de cidadãos reflexivos. Quanto a prática pedagógica do docente, Serrado Junior (2008) aponta que:

Quando os professores tomarem consciência de todo o seu potencial como estudiosos e profissionais ativos, reflexivos e intelectuais, poderão contextualizar suas aulas em termos políticos e normativos, demonstrando aos seus alunos que a escola no âmbito do sistema penitenciário tem como função não só alfabetizar adultos ou remir pena, mas entende-la como local econômico, cultural, e social que está inextricavelmente atrelada às questões de poder e controle (SERRADO JUNIOR, 2008, p. 11258).

O Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional 01 de Brasília (2018/2019) por exemplo, tem por base nos seus princípios teóricos Paulo Freire, Vygotsky e David Ausebel. Enquanto Freire (2002) valoriza nesta fase

de ensino o diálogo, os saberes e vivências, propondo uma educação libertadora, Vygotsky entende a aprendizagem como uma construção coletiva, sendo os saberes construídos socialmente, onde no âmbito escolar, todos fazem parte deste processo, sendo o professor o mediador desta aprendizagem. Ausebel, subsidia este PPP, por meio de uma perspectiva de aprendizagem significativa, esta considera fundamental avaliar o conhecimento ou conceitos prévios do educando, para então por meio de uma proposta problematizadora tornar a aprendizagem significativa ao aluno.

Se o maior anseio de quem está encarcerado é a liberdade, esta pode ser alcançada, ao menos em parte, quando seu pensamento consegue transpor as grades da prisão e ir além. Neste voo de liberdade, as asas podem ser adquiridas ao ler um livro, ver um filme ou discutir assuntos relevantes em uma aula. Com isso, a sala de aula se constitui em um lugar privilegiado de liberdade dentro da prisão (PPP - Centro Educacional, 01 de Brasília, 2018/2019, p.33).

Trabalhar no sistema penitenciário entretanto, é estar ciente que reviravoltas repentinas, como rebeliões, onde funcionários ou até mesmo docentes, não estão imunes a se tornarem reféns. Conforme relata o site de notícias G1.com em 02/10/18, a pedagoga Elisangela Mendes Sobrinho e o chefe de plantão do presídio Barra da Grota em Araguaína (TO) Roberto Aires, ficaram em poder de detentos rebelados por mais de 24 horas. Segundo entrevista da pedagoga, detentos que não eram alunos dela entraram na sala de aula, mas foram retirados por agentes penitenciários, entretanto estes logo retornaram com armas em punho e a fazendo como refém. A educadora Elisangela, confirma que seus alunos tinham por objetivo protegê-la e diziam: “Nós não vamos deixar nada acontecer com a senhora.” A pedagoga relata que um dos momentos mais críticos, foi ter uma faca constantemente em seu pescoço, e ver este mesmo detento levar um tiro na cabeça. Ao final da entrevista esta declara que por acreditar na educação como um canal transformador, a educadora vai continuar trabalhando em presídios.

Entretanto, não é incomum quando os alunos detentos ao terem conhecimento de planos de rebeliões, alertarem seus docentes, com o intuito de protegê-los quanto a lamentáveis episódios como este. A pesquisadora Santos (2015) relata em seu trabalho denominado Narrativas e Memórias em prisões do Rio de Janeiro, uma entrevista realizada com docente Maria Stella

Barghigiani, uma das primeiras professoras daquele Estado, tendo exercido sua profissão por 40 anos em uma das unidades do extinto Frei Caneca:

Stella: Eu acho que foi em 1974 se não me engano... e eu não era diretora eu era simplesmente professora de turma, mas o preso chegou pra mim e disse assim, 'professora, corre com suas colegas e vão pra secretaria que vai ter uma rebelião' e esse preso que veio me avisar morreu, porque ele saiu e chegou lá fora, morreu. E ele sempre confiava em mim, quando chegavam pra mim e diziam, professora... aí eu ficava numa situação, e outra coisa, não pode deixar perceber que alguém falou, inclusive eu tive uma colega de Português, Regina... eu chegava para Diretora e falava, 'olha, me avisaram que vai ter rebelião, por favor vamos embora,' aí ela, 'tá, tá Stella obrigada', 'aí Stella, avisa aí nas salas que vai ter reunião', a professora no quadro falava assim, 'ah! agora eu não posso, eu estou escrevendo'... Eu falei, 'Regina vamos embora... entendeu?' Porque é assim, eles também não podem deixar você saber que era alguma coisa... 'ah! não, a Divisão de Educação chamou para uma reunião e eu, 'professora vamos embora'... Então nesse dia eles avisaram a gente, foi uma chacina, nós ficamos presos. A rebelião começou, não eram nove horas, aí você sabe que fomos sair de lá quatro horas da tarde.

Diana: só explica da estória o seguinte, eles avisaram?

Stella: O preso me avisou, ia ter uma rebelião. Eu avisei a Diretora e nós fomos para a secretaria.

Diana: Aí vocês ficaram lá?

Stella: Ficamos de quinze para as nove, parece, até quatro horas da tarde, foi a pior coisa, nós passamos assim ajoelhadinhas no chão com medo das balas, porque era aquele helicóptero falando com eles: 'se rendam, vocês estão todos cercados', aí quando o helicóptero passava ele jogava tudo que tava no telhado pela janela e a gente tinha medo de entrar uma bala, foi muito tiro, muito tiro, nós passamos o dia todo lá dentro, a nossa Secretaria nem ligou pra saber se a gente tava vivo ou morto, nós ficamos lá dentro abandonados, jogados... aí quando foi quatro horas da tarde um agente foi nos buscar, quase quatro horas da tarde, nós passamos pelo corredor lá dentro, era sangue pelas paredes, eram os presos amotinados baleados, tudo jogado. [...] Aí conclusão, quando eu passei, foi a pior coisa, tinha uma oficina assim, eles assim nas grades perguntando se a gente tava bem, função deles, saber se a gente tava bem, nós passamos, quando chegamos lá na rua, ninguém sabia nada, eu fui uma que eu tinha que pegar o ônibus pra Ilha e eu peguei ali aquela chuva e fui parar na Presidente Vargas sem saber o que eu ia fazer. A outra professora entrou no taxi e falou pro motorista, 'me leva pra casa', aí ele, 'pra onde?' Ela não sabia... Porque foi a pior coisa da minha vida... (SANTOS, 2015, p. 47-48).

Em presídios que possibilitam espaço educacional, não ter um educador trabalhando é sinal de que a situação está em estado de alerta, mas o contrário, ver professores no ambiente prisional proporciona uma sensação de normalidade (ONOFRE, 2011).

A escola no espaço prisional tem como desafio reconstruir a autonomia intelectual perdida no momento do aprisionamento, contribuir quanto a

reflexões de valores pessoais e sociais, auxiliando a que este perceba o comportamento institucionalizado vivido no ambiente prisional, o qual quando ao retorno ao convívio com os seus familiares, conforme já dito, este comportamento poderá abrir ou aprofundar o abismo no espaço sócio familiar e o fracasso do tratamento penal poderá ser percebido por meio das reincidências criminais. Reincidências trazem prejuízos ao ser humano enquanto ser individual, social e financeiro, a educação por sua vez, não possui um poder mágico, mas quando o professor observa um detento retomar a trajetória escolar e ultrapassar vivências negativas e influências desastrosas ocorridas ao longo da vida marginalizada, é possível então vislumbrar um futuro melhor e pensar que todo esforço e dedicação valeu a pena.

3 CURADORIA E OS SEUS DESDOBRAMENTOS

A curadoria tem se mostrado ao longo de anos e em diferentes atividades ser relevante quanto ao agregar informações e contribuir na prática diária de profissionais, estudantes ou intelectuais.

A palavra “curador”, conforme Graça et al. (2016), deriva do latim *cūra* que significa cuidado, diligência e, de *cūrātor* que se define como aquele que tem cuidado, comissário, tutor. O dicionário Aurélio nos informa que a palavra curadoria está relacionada aos termos “cargo, poder ou função de curador; curatela” (Minidicionário AURÉLIO, 1988, p.147). “Neste sentido, o curador está inserido em diferentes áreas de conhecimento, como o campo jurídico, no poder monástico, no campo das artes, da informação, de conteúdo, digital, educacional etc.

Na área jurídica, o curador contempla a administração, sendo ele o responsável por zelar pelos bens materiais de um menor, de alguém ausente, ou de alguém que esteja incapaz para fazê-lo.

Conforme relata Madzoski (2014), na Idade Média, esta nomenclatura passou a ser utilizada pelo poder eclesiástico, como alguém investido para a cura das almas de uma paróquia, já que neste período histórico, se mantinha constante preocupação com o sobrenatural, com o julgamento após morte e principalmente com o eterno flagelo da alma.

Outro aspecto a ser considerado, é a curadoria das artes, conforme Alegria (2013) os egípcios produziam e colecionavam objetos, a fim de contemplá-los nos templos, nos palácios e ainda os guardavam em sarcófagos, dentro de sepulcros. A Grécia por sua vez, berço de uma abrangente cultura artística, manteve por hábito o incentivo a esta produção e zelo por este patrimônio. Ainda segundo Alegria (2013), ao manter o produto desta criação artística em templos luxuosamente decorados, estes locais se tornaram os primeiros museus, de onde advém a origem epistemológica da palavra *museion*. Já no período romano, havia por hábito manter as obras esculpidas nos jardins e templos luxuosos, verdadeiros museus para a contemplação de todos.

Já nos tempos modernos, em épocas de guerras era comum o lado vencedor se apropriar do patrimônio artístico, levando-o para outra nação. Madzowski (2014), menciona o papel do curador como encarregado de apagar vestígios da apropriação indevida. Os curadores:

[...] deveriam zelar pelos objetos recentemente adquiridos também estavam sendo treinados para esconder a particularidade de sua história, de sua origem. No modernismo, sua origem bárbara será apagada e substituída por uma narrativa geral da importância que têm para o discurso da história de uma entidade abstrata chamada raça humana. De acordo com essa crença, devemos ler as maiores realizações da natureza humana naqueles centros de poder, aprendendo através da observação de objetos altamente civilizados. (MADZOSKI, 2014, p. 154).

Ideologias ou o campo das artes foram utilizados pelos homens para impor controle social ou econômico em diferentes tempos da humanidade. Assim como a década de 60 marcou historicamente o Brasil, com ditaduras, repressões e manifestações, também foi um momento, segundo Bulhões et al. (2014), de modernizações, no que se refere ao sistema de arte visual no país, que foi orientada pela lógica da distinção social, que se mantinha à margem das mobilizações sociais da época, diferente do campo do teatro, música e cinema, que demonstraram tendências populares influenciadas pelas lutas sociais daquele período.

Na segunda metade do século XX inicia-se um novo olhar quanto aos acervos dos museus, passando a serem tratados de maneira minuciosa, utilizando-se de procedimentos metodológicos científicos para a compilação e

composição dos trabalhos artísticos. De modo geral, o curador propõe um caminho, uma nova perspectiva, agregando um maior significado para o acervo museológico:

Não foram somente as coleções e os acervos relativos aos ramos da História Natural, mas, também, aqueles referentes aos estudos antropológicos, arqueológicos, históricos, entre outros, que se beneficiaram das noções e dos procedimentos curatoriais, que consolidaram a importância dos museus, contribuíram para a elaboração de metodologias científicas, definiram a hierarquia de campos profissionais e permitiram a preservação patrimonial, uma vez que “proceder à cura” passou a ser interpretado como um conjunto de procedimentos inerentes à seleção, coleta, registro, análise, organização, guarda e difusão do conhecimento produzido. Trata-se de uma articulação de procedimentos técnicos e científicos que têm contribuído, sobremaneira, para o nosso conhecimento relativo às questões ambientais e culturais de interesse para a humanidade (BRUNO, 2019, p. 4).

A Segunda Guerra Mundial foi um divisor para a profissão de curador. O que antes era denominado curador de museus, tinha por finalidade cuidar e organizar obras, passou a ser reconhecido como autor de exposições, o profissional que interpreta, proporciona o entendimento da obra e realiza a mediação entre o artista e o público. Isto se deu, segundo Marmo e Lamas (2013), porque o curador voltou a sua atenção para o artista e não somente a sua obra. Estas deixaram de serem apenas quadros pendurados na parede e tornaram-se mundos a serem descobertos pelo expectador, possibilitando uma experiência significativa em sua vida. Esta nova proposta decorre da capacidade do curador provocar ou levar o público à reflexão, possibilitando um olhar agora contextualizado ao exposto de forma arrojada, ou seja, o curador torna-se uma ponte entre o público e o artista.

O papel do curador passa a ser de um mediador entre o artista e o público, o qual possibilita um novo paradigma, que permeia clareza e originalidade, pois provoca reflexões quanto aos conceitos presentes nas obras expostas. Na década de 60, seguindo um projeto de desenvolvimento do país, surgem novas galerias de artes e eventos como vernissages se consolidam no mercado artístico, mas foram os marchands, que dinamizaram e separaram o comércio de antiguidades das obras de arte (BULHÕES *et al.*, 2014). Conforme Brächer (2000), marchand é a pessoa que reconhece autenticidade de obras de um artista, avalia a produção, lhes assegura divulgação por meio de

exposição e ao comercializar uma obra transforma um capital simbólico em econômico. O desafio atual dos Marchands é dinamizar esta área por meio de artistas cujos trabalhos possibilitem novas propostas e fomentem discussões no campo artístico.

Até o final da década de 70, ao curador eram denominados termos como: diretor artístico, assessor de artes plásticas, comissário de artes e cultura, além de ser um constante pesquisador. Para atuação deste profissional, já naquela época, era necessário ter um vasto embasamento teórico e crítico e aprofundamento quanto ao “conhecimento a respeito da história da arte e de todas as complexidades que envolvem a produção artística”, ou seja, um profissional com desenvoltura para avaliar as especificidades de uma obra diante do contexto social de uma época (BULHÕES et al, 2014, p. 92).

A partir das décadas de 80 e 90, inicia a expansão do termo curadoria, isto em virtude da expansão de técnicas utilizadas pelos artistas surgem novos locais para exposição, o curador passa a atuar em novas áreas: criação, execução e montagem (BULHÕES et al., 2014).

O curador passou a ter liberdade tanto de selecionar obras para ilustrar um conceito preestabelecido como de convidar artistas e propor condições para concepção das obras, resultando na exaltação da tese curatorial em detrimento dos artistas e das obras em exposição (MARMO e LAMAS, p. 14, 2013).

Estar nesta área significa constantemente buscar propostas de inovações, uma experiência extremamente criativa para a época, ocorreu na Bienal de São Paulo em 1980, ocasião em que o diretor e curador Walter Zanini do MAC (Museu de Arte Contemporânea) agrupou obras de diversos artistas por meio de linguagens, o conjunto proporcionou um grande destaque ao evento. Esta ousada proposta contemporânea foi um marco para a época, pois também utilizou objetos não convencionais e alimentos perecíveis, além da participação do público (BULHÕES et al., 2014).

Dentre tantos outros exemplos inovadores de curadores, Marmo e Lamas (2013) citam o trabalho de Josué Mattos, realizado no 12º Salão de Artes de Itajaí em 2010, o qual tinha por objetivo levar o público a refletir acerca da ação curatorial. Já na palestra de abertura, curadores foram provocados

com a seguinte de Yuri Firmeza e Pablo Lobato: “o que vocês exatamente fazem, quando fazem ou esperam fazer curadoria?” A proposta era filmar tais relatos para serem projetadas ao público. Ainda neste evento, outros espaços ainda foram disponibilizados para qualquer artista que quisesse expor sua obra (MARMO; LAMAS, 2013, p. 18).

A todo profissional de destaque, o mercado competitivo exige conhecimento, capacitação e aprimoramento constante, conforme Bulhões et al. (2014), o curador deve compreender quanto aos conceitos necessários da área (artísticos, históricos, filosóficos e estéticos), apresentar critérios para discernir quais os artistas que fazem parte da proposta que deseja apresentar, é fundamental que este tenha um método para seleção e organização artística e finalmente saiba avaliar o melhor local e como será a exposição. O curador aponta caminhos que propõem interligar as obras dos visitantes da exposição ou o contrário.

Atualmente, o termo curadoria tem seu significado ampliado para além do campo artístico, proporcionando crescimento em outros segmentos. Assim como a curadoria na área de Arte apresenta uma nova perspectiva ao público ao contribuir por meio um novo olhar que vislumbre conhecer a obra como um todo, o curador de um modo geral, deve realizar um diálogo entre o mundo teórico e o mundo prático, já que os usuários deste público buscam informações que agreguem um conhecimento e ponto de vista expressivo. Desta forma, a curadoria de conteúdo deve proporcionar um material útil, atualizado e ainda apresentar o mais importante sobre um determinado assunto, sua leitura deve simplificar esta busca e contribuir com economia de tempo.

Para Anderson (2015), curadoria é a habilidade criteriosa de encontrar informações necessárias com rapidez e eficiência, organizá-las e compartilhá-las. Corrêa e Raposo (2017), corroboram e complementam o conceito de Anderson ao relatar que

[...] a curadoria é um processo de percepção de oportunidades informativas e resulta, portanto, da singularidade autoral e de um arranjo informativo inédito – como uma nova obra, decorrente do material disponibilizado (CORRÊA; RAPOSO, 2017, p. 9-10).

Ao realizar uma rápida busca no Google, no mês de abril de 2019, sobre o tema Curadoria de Conteúdo este apresentou 795.000 resultados e para a tradução na língua inglesa *Content Curation*, foram levantados 3.070.000 resultados, com isto percebemos que em virtude da língua inglesa ser de maior abrangência, os estudos são publicados neste idioma, entretanto, ao analisarmos as pesquisas publicadas na língua portuguesa, verificamos que mesmo havendo a limitação de acessos em virtude da língua não ser tão conhecida quanto o inglês, há inúmeros estudos com teor relevante a comunidade acadêmica.

Bhargava (2009), ao escrever seu manifesto sobre curadoria de conteúdo corrobora com Anderson:

Em um futuro próximo, os especialistas preveem que o conteúdo na *web* dobrará a cada 72 horas. A análise isolada de um algoritmo não será mais suficiente para encontrar o que estamos procurando. Para satisfazer a fome das pessoas por um grande conteúdo sobre qualquer assunto imaginável, será necessário que haja uma nova categoria de pessoas trabalhando on-line. Alguém cujo trabalho não é criar mais conteúdo, mas dar sentido a todo o conteúdo que os outros estão criando. Para encontrar o melhor e mais relevante conteúdo e levá-lo adiante. As pessoas que escolherem assumir esse papel serão conhecidas como Curadores de Conteúdo. O futuro da web social será impulsionado por esses Curadores de Conteúdo, que se encarregam de coletar e compartilhar o melhor conteúdo on-line para que outros consumam e assumam o papel de editores de cidadãos, publicando compilações valiosas de conteúdo criado por outros. Com o tempo, esses curadores trarão mais utilidade e ordem para a rede social. Ao fazer isso, eles ajudarão a adicionar voz e ponto de vista às organizações e empresas que podem conectá-las aos clientes - criando um diálogo totalmente novo, baseado em conteúdo valioso, e não apenas em mensagens de marketing criadas pela marca (BHARGAVA, 2009, p.).

Conforme Bhargava (2009), um curador de conteúdo é alguém que encontra, agrupa, organiza e compartilha o melhor e mais relevante conteúdo, sobre um assunto específico *on-line*, sempre de forma atualizada. Em meio à dimensão de informações que se propaga, o curador adentrou o tempo presente com muita destreza, pois o curador rastreia no meio de tantas informações, ou conforme termo exposto por Rosembaum (2011) e Rezende (2016), busca em meio a um tsunami de dados exemplificar a informação realmente relevante, a faz passar por processo de reflexão, retirando toda informação desnecessária, objetivando um compartilhamento claro, com qualidade e com conteúdo contextualizado aos leitores.

Corrêa e Raposo (2017, p. 1), posicionam o termo curadoria de conteúdo associado a “um conjunto de ações vinculadas ao perfil do profissional de comunicação e mídia contemporânea,” os autores emprestam o contexto da comunicação, especificamente no campo jornalístico, pois nesta área específica, os profissionais devem estar constantemente atentos a fim de cumprirem adequadamente o papel informativo e de serem mediadores da informação de forma exclusiva, com imparcialidade e profundidade quanto à pesquisa de suas fontes. O curador de conteúdo ou de informação, portanto é um mediador de um conteúdo já pesquisado e cuja fonte foi verificada.

Ao contribuir nesta reflexão, Corrêa e Raposo (2017, p. 5), levantam os seguintes questionamentos: “O que é relevante? E o que está realmente relacionado com determinado assunto que nos interessa?” Verga (2014, p. 3-6), apresenta sete etapas relevantes que compõem o processo de curadoria de conteúdo:

Etapa 1: Seleção da informação – pesquisar diferentes fontes de informações mais importantes, que se relacionem ao conteúdo, estas devem ser pertinentes as necessidades do leitor, da biblioteca, do museu etc.

Etapa 2: Agregar os conteúdos – categorizar e estruturar as informações em uma ferramenta no seu computador, com critérios já estabelecidos previamente.

Etapa 3: Revisão dos conteúdos – revisar a idoneidade da fonte e quanto ao conteúdo pesquisado.

Etapa 4: Produção da informação – curar as informações, organizando um conteúdo apropriado ao público que deseja atingir.

Etapa 5: Difusão da informação-verificar o(s) *site(s)* mais adequado(s) para o público relacionado a cada conteúdo.

Etapa 6: Consulta da informação- revisar mais uma vez o conteúdo antes da publicação.

Etapa 7: Avaliação–publicar e verificar se houve êxito quanto ao serviço prestado, já que o intuito é melhorar ou aprimorar conhecimentos.

Para o processo curatorial as etapas apresentadas por Verga (2014), são de grande valia, entretanto percebemos uma lacuna quanto ao caminho traçado pela pesquisadora: na etapa dois, esta relata quanto a necessidade de

compor os conteúdos pesquisados em uma ferramenta. Mas e aos pesquisadores que não dispõem de tal ferramenta ou cujo material curador seja de pequeno porte? Nestes casos, seria possível a utilização de fichas ou apenas papel e caneta, para que seja realizado este critério de categorização.

A atividade do curador visivelmente vem se transformando ao longo dos tempos e muitos termos têm sido apresentados para conceituar a diversidade de ações do processo de curadoria de conteúdo: curadoria de informação ou jornalística, digital, curadoria de imagens, curadoria de filmes etc. Com o objetivo de esclarecer quanto a estas diferentes vertentes do processo curador, estas serão a seguir, diferenciadas.

3.1 CURADORIA DIGITAL

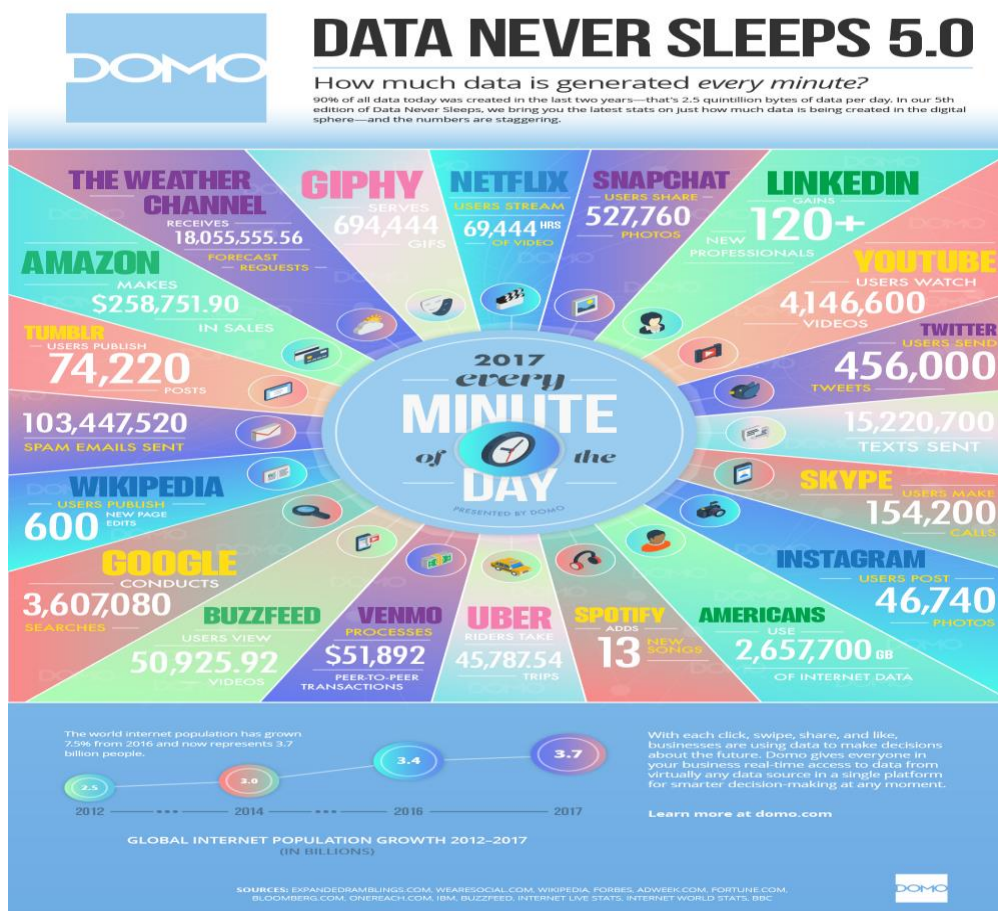
Nas últimas décadas vivemos com uma sobrecarga de informações, sejam elas de ordem profissional, acadêmico, pessoal etc. e estas são envoltas dos mais variados assuntos e de fontes distintas. Anderson (2015), indica em seu livro *Content Curation*⁶ uma estimativa realizada pelo escritor Levitin, quanto à organização da mente, segundo o pesquisador vivemos na era da sobrecarga de informações, suas pesquisas realizadas em 2011, já mencionavam que naquele ano os americanos receberam cinco vezes mais informações do que em 1986, ou seja, isto equivale a 175 jornais completos todos os dias. Nesta pesquisa não foi acrescido às informações advindas do uso das mídias sociais e outras fontes da internet.

Com relação aos estudos atualizados, Corrêa e Raposo (2017, p. 7), corroboram com Anderson (2015) ao analisar uma publicação no site *domo.com*, o qual apresenta um gráfico que expõe com clareza a dinâmica da utilização da internet em apenas 60 segundos de um dia, só o Google traduz cerca de 70.000 palavras, no Facebook mais de 216.000 imagens são compartilhadas, o Netflix possui uma demanda de 69.444 acessos etc. Corrêa e Raposo declaram, portanto que “é na capacidade de coletar, analisar e influenciar através dessa massa de dados que se distingue quem vai

⁶ Curadoria de Conteúdo

sobreviver ou não nessa imensa esfera informacional” (CORRÊA; RAPOSO, 2017, p. 7) (Figura 3).

Figura 3 – Dados nunca dormem



Fonte: Domo.com apud Corrêa e Raposo, p. 6, 2017.

Diante de tantas informações apresentadas diariamente de forma desordenada na *web*, a curadoria surge com a atual necessidade de não apenas se apropriar de estratégias, mas de conseguir identificar e filtrar em meio a tantos conteúdos disponíveis e em várias fontes, contextualizando-os, atribuindo-lhes valor e realizando indicações para novas buscas com acesso a assuntos diversos, com intuito de, se necessário, aprofundar o assunto e realizar o compartilhamento de conhecimentos. Rheingold (2009), em seu artigo intitulado “Crap Detection” relata que há conteúdos que não são úteis, informações que não agregam valor, apenas poluem a *web* e, portanto, devemos ser criteriosos antes de assimilar tais mensagens:

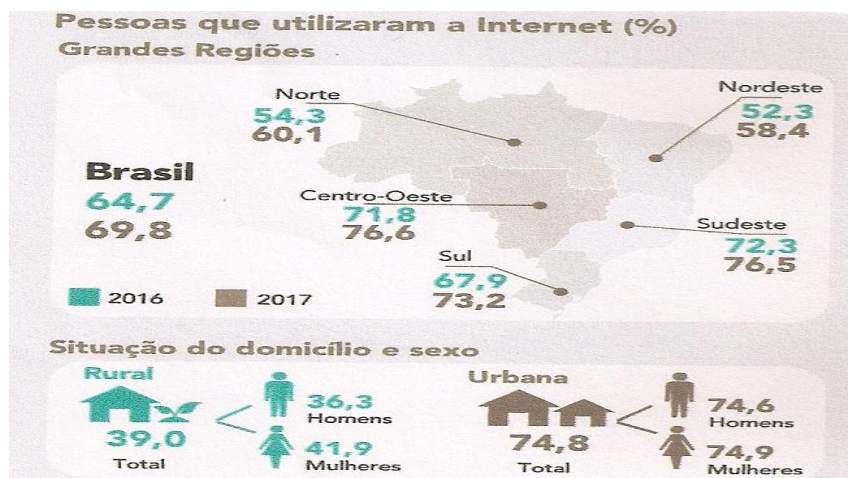
[...] a menos que muitas pessoas aprendam as noções básicas de detecção de porcaria on-line e comecem a aplicar suas faculdades críticas em massa e muito em breve, temo pelo futuro da Internet como uma fonte útil de notícias credíveis, conselhos médicos, informações financeiras, recursos educacionais, acadêmicos, e pesquisa científica. Alguns críticos argumentam que um tsunami de besteira já tornou a *Web* inútil. Discordo. Nós estamos realmente inundados pela poluição sonora *on-line*, mas o problema é solúvel. As coisas boas estão lá fora, se você souber como encontrar e verificar. O conhecimento básico da informação, amplamente distribuído, é a melhor proteção para o conhecimento comum: uma porção suficiente de consumidores críticos entre a população on-line pode se tornar uma forte defesa contra o ruído-morte da Internet (RHEINGOLD, 2009, Tradução livre).⁷

Também no Brasil, em virtude ao crescente acesso à *web*, diversas informações são acessadas de maneira imediata, ou seja, logo que inseridas na internet, Neal Gabler (2011), nos alerta que a era digital proporcionou a possibilidade de sermos bem informados, porém alienados, pois ao aceitar informações postadas na *web* sem realizar análises dos conteúdos e fontes, sem verificar a confiabilidade, sem realizar filtros, apenas assimilando informações desnecessárias, inverídicas ou inúteis, deixamos de lado informações significativas e assim, nos intoxicamos.

Segundo dados divulgados pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, quanto ao acesso à *web* por brasileiros, ao compararmos os anos de 2016 e 2017 verificamos que este número subiu para 75% em 2017, contra 69% em 2016 (FIGURA 4).

⁷Unless a great many people learn the basics of *on-line* crap detection and begin applying their critical faculties en masse and very soon, I fear for the future of the Internet as a useful source of credible news, medical advice, financial information, educational resources, scholarly and scientific research. Some critics argue that a tsunami of hogwash has already rendered the Web useless. I disagree. We are indeed inundated by *on-line* noise pollution, but the problem is soluble. The good stuff is out there if you know how to find and verify it. Basic information literacy, widely distributed, is the best protection for the knowledge commons: A sufficient portion of critical consumers among the *on-line* population can become a strong defense against the noise-death of the Internet. Fonte: <<http://blog.sfate.com/rheingold/2009/06/30/crap-decision-101>>.

Figura 4 - % Pessoas que, no Brasil, utilizaram a internet em 2017



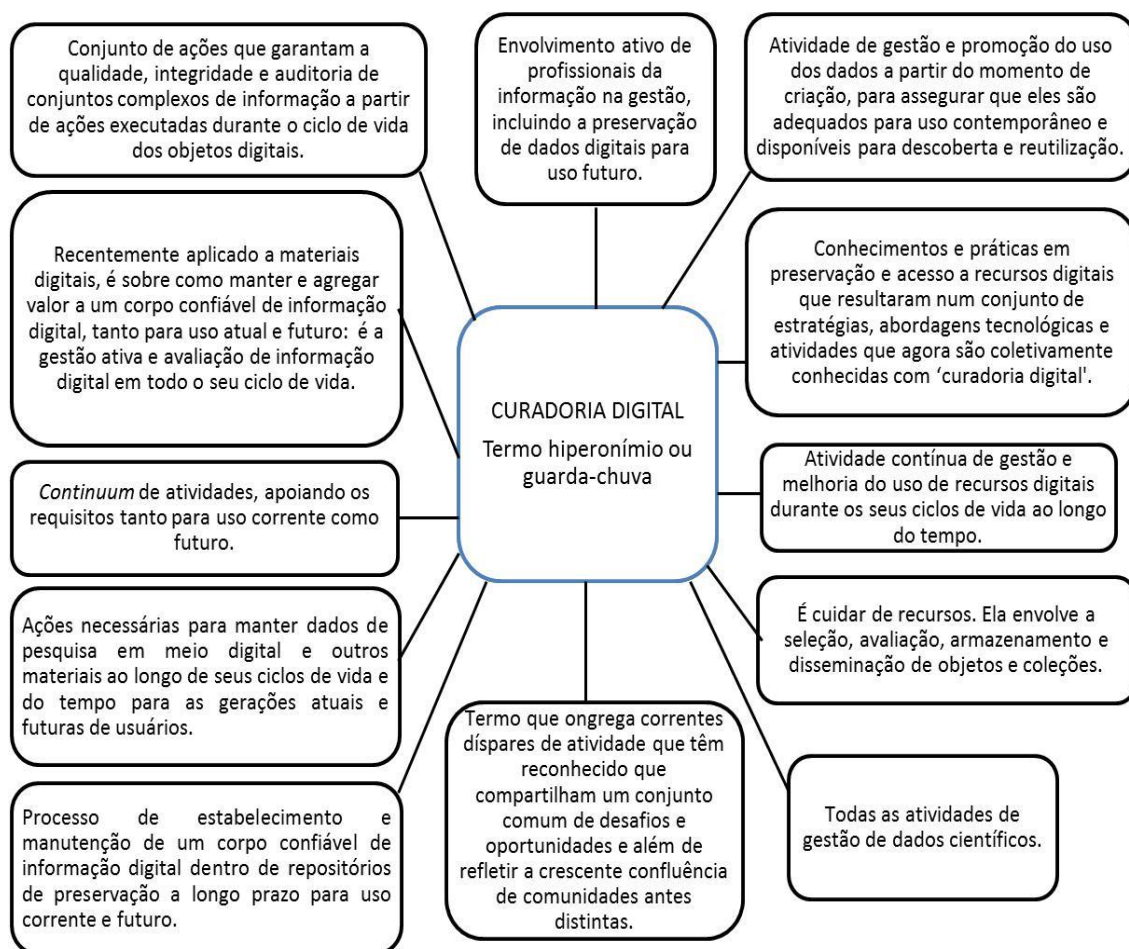
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Este crescimento da utilização da Internet se deve a utilização de celulares que passou de 38,6%, em 2016, para 43,3%, em 2017 e devido a ampliação das operadoras de celular no país, seguido pela utilização de computadores e *tablets*. A faixa etária com maior número de acessos em 2017 foi de 20 a 24 anos (88,4%), mas o acesso à *web* declina de maneira mais acentuada na faixa etária dos 60 anos ou mais (31,1%).

Conforme já exposto, houve um crescimento significativo de acesso à *web* pelos brasileiros, mas a pesquisa não relata quanto a aceitação ou não das informações acessadas e quanto as análises críticas realizadas pelo receptor.

Santos (2014), exemplifica o termo curadoria digital por meio do quadro abaixo, o qual o denomina como guarda-chuva, nele o autor apresenta definições que pretendem esclarecer este termo (FIGURA 5).

Figura 5 – Guarda-chuva



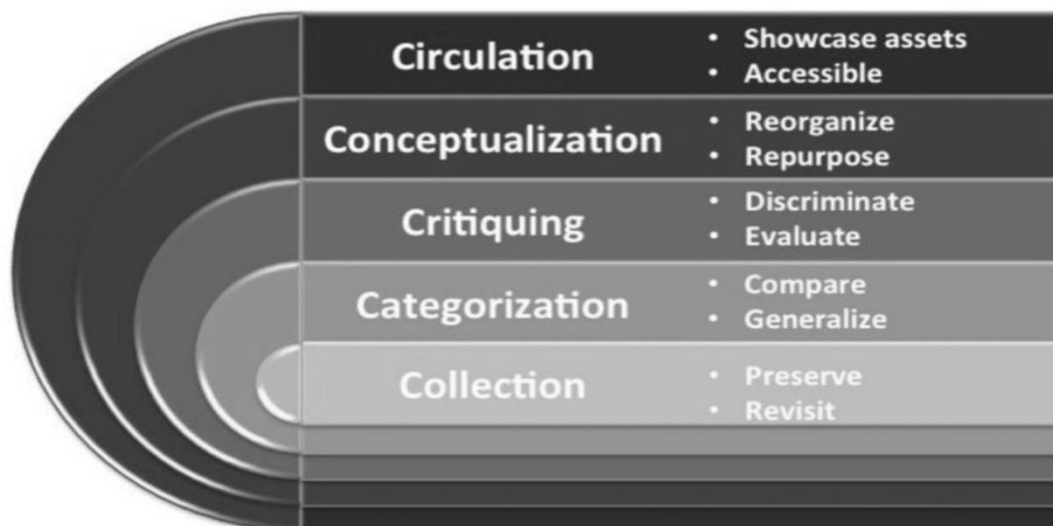
Fonte: Santos, 2014, p. 132.

Nos quadros acima Santos (2014), agrega diversas competências pertinentes da curadoria digital e todas ressaltam a importância da preservação, organização, avaliação e manutenção da informação, dos dados, de forma crítica, como fundamentais para o compartilhamento atual ou futuro e esta produção vem a contribuir na construção do conhecimento.

Conforme Correia (2019, p. 3), a curadoria digital “refere-se mais em encontrar e fornecer uma ligação (*link*) para o conteúdo *on-line* já criado”. Confirmando o estudo de Verga (2014), Deschaine e Sharma (2015) apud Correia (2019), apresentam um quadro com as etapas dos 5 Cs deste processo: coletar (*collection*), categorizar (*categorization*), criticar (*critiquing*), conceituar ou reorganizar (*conceptualization*) e circular (*circulation*). Esta proposta prática é sugerida a professores de ensino superior, com o intuito de contribuir quanto a sua formação e preparo profissional de discussões,

fomentar e auxiliar no processo crítico acadêmico dos seus educandos (FIGURA 6).

Figura 6 – Os 5 cs da curadoria digital



Fonte: Deschaine e Sharma (2015) apud Correia (2019, p. 4).

O conhecimento passou a ser um bem precioso e quem o detém neste mundo composto por dinâmicas constantes, detém o poder. Ao declarar que precisamos realizar a leitura de mundo, Paulo Freire (1996), remete o seu leitor ao campo da autonomia, incentivando o compartilhar conhecimentos, sendo esta a maior contribuição no processo de transformação de vidas. Cortella (2016), entretanto, declara em entrevista que “a curadoria não é a transformação, curadoria é a apresentação do conteúdo contextualizado.”

Esta evolução de conhecimento tem se expandido para diferentes áreas: científica, cultural, educacional, saúde, administração pública etc. essas quantidades massivas de informações vêm se expandindo de forma crescente e sendo armazenada na *web*, para “solucionar o enfrentamento quanto a dificuldade de se compartilhar, armazenar, gerenciar, analisar e recuperar informações”, avanços tecnológicos têm contribuído quanto ao sanar esta gama as convertendo em formato diversos (SIEBRA et al., 2016, p. 2-3). Santos (2014), corrobora com SIEBRA (2016) ao declarar que:

[...] a curadoria digital é um termo amplo que está em franco desenvolvimento, que abarca definições correlatas voltadas à seleção, enriquecimento, tratamento e preservação da informação para o acesso e uso futuro, seja ela de natureza científica, administrativa ou pessoal (SANTOS, 2014, p. 132).

Conforme Corrêa e Bertocchi (2012), observam-se na *web* um sistema inteligente com pacotes computacionais numéricos, denominados algoritmos que tem como objetivo lidar com a profusão informativa. Essa sequência numérica finita e ordenada é explicada por Nicoletto (2010) como sendo cálculos que possibilitam a resolução de problemas, sendo que, até o desenvolvimento deste processo lógico matemático, para esta contagem eram utilizados os dedos, pedras, varetas, e os ábacos. Posteriormente com a invenção da calculadora e da era da informática esta aferição tornou-se mais eficaz.

A palavra algoritmo, segundo Medina e Fertig (2006), é decorrente do nome do matemático iraniano nascido no século XVIII, Abu Adbullah Mohammad Ibn Musa al-Khawarizmi, que contribuiu quanto ao sistema de numeração indo- arábico ainda hoje utilizado, sendo este estudioso o fundador da álgebra, seus conhecimentos influenciaram ainda a astronomia e a geografia. Atualmente, os Algoritmos são utilizados por diferentes *sites* de buscas como o Google, lojas como a Amazon etc. para personalizar, organizar e dispor aos usuários um material exclusivo à sua necessidade. Este modelo algoritmo é um código de programação com instruções e com padrões pré-definidos possível de ser executada por máquinas ou por homens, com critério de escolhas previamente definidos, muitas vezes com objetivo comercial.

A ligação entre algoritmo e a capacidade de decisão é bastante clara para os profissionais de computação: um algoritmo decide caminhos para cumprir sua meta. Para tanto, pode conter ou não inteligência artificial. Os que a contém, assimilam novas informações apreendidas de seus usuários, aprendendo padrões de comportamento, e se tornando cada vez mais sofisticados (CORRÊA e BERTOCCHI, 2012, p. 31).

Corrêa e Bertocchi (2014) ainda afirmam que uma curadoria digital é realizada de forma simples por algoritmos, observa comportamentos, comentários e padrões de páginas pesquisadas na *web*, coletando informações dos internautas para propor sugestões de conteúdo, sendo possível ser

descartadas pelo sistema computacional. Bruno (2008) afirma que essa capacidade de monitoramento e coleta de dados sobre indivíduos já vem ocorrendo há muitos anos, portanto teríamos realmente o desejo de adquirir tantos produtos se não houvesse tal direcionamento?

Nos últimos 40 anos, aproximadamente, vemos crescer vertiginosamente a capacidade de monitoramento e coleta de dados sobre indivíduos em diversos setores: trabalho, habitação, consumo, saúde, comunicações, deslocamentos, segurança, entretenimento, vida social, vida privada etc. Essa bulimia de dados individuais é notável também na proliferação de tecnologias que já incluem em seu funcionamento mecanismos de monitoramento e coleta de dados individuais: cartões de crédito e de fidelidade, telefonia móvel, etiquetas RFID, cartões de transporte, sistemas de geolocalização por satélite, navegações e buscas on-line, participação em redes sociais, jogos ou ambientes colaborativos na internet etc. (BRUNO, 2008 p. 11).

Não somente o setor público, mas também o privado utiliza desta técnica de coletar, monitorar e estocar dados individuais com intuito comercial, mas espera-se que estes respeitem regras mínimas de proteção à privacidade (BRUNO, 2008). O autor apresenta o seguinte exemplo, para esclarecer sua explanação:

Na compra de um filme num *site* associado ao Facebook, a sua rede de amigos pode receber uma notificação sobre a compra que fez, *links* para o produto, preços etc. O mecanismo publicitário permite, ainda, que empresas parceiras do Facebook tenham um perfil similar aos dos demais membros e façam destes seus “amigos”, ofertando produtos condizentes com seus perfis pessoais (BRUNO, 2008, p. 1).

Correia (2019) menciona, que para esta seleção, filtro, individualização e comentários sejam produtivos é necessário a presença de humanos qualificados para supervisionar o processo quanto aos padrões sociais levantados e legitimar este processo.

Segundo Monteiro (2017), em seu artigo publicado no jornal El País, vivemos em uma caixa preta, já que sem que haja a percepção de parte da população, muitas das escolhas diárias são realizadas por indução dos algoritmos. Assim como esta inteligência artificial, pode incutir a reprodução de preconceitos, pode também manipular posicionamentos políticos ou o mercado

financeiro. Monteiro (2017) apresenta o seguinte exemplo de escândalo envolvendo manipulação de algoritmos em uma empresa internacional:

A montadora Volkswagen alterou artificialmente o software de seus veículos para disfarçar a quantidade de poluentes emitidos durante testes para poderem ter acesso a determinados mercados. A complexidade do código embarcado era tal que este conseguia detectar quando estava sendo testado para que somente durante o procedimento o carro emitisse poluentes dentro dos limites permitidos pela legislação. Ou seja, para evitar acesso ao código foram utilizadas outras metodologias de verificação, mas que foram alvo de fraudes gravíssimas que levaram a empresa a multas astronômicas (MONTEIRO, 2017, p. 4).

No Brasil, conforme Monteiro (2017), a manipulação por meio de algoritmos, veio à tona em virtude dos *fake news* que um ano antes, já ocorriam nas propagandas das eleições 2018. *Fake news* são notícias falsas que se propagam ou se popularizam por meio de fontes midiáticas. Bakir e McStay apud Brites, Amaral e Catarino (2018) definem notícias falsas como “totalmente falsas ou que contêm elementos deliberadamente enganosos incorporados no seu conteúdo ou contexto.” Segundo um estudo da Fundação Getúlio Vargas perfis falsos ou automatizadas contribuem quanto a massificação de postagens, interferindo decisões e induzir eleitores a votos desejados e este procedimento certamente coloca em riscos a democracia no país.

O Brasil, ainda, não dispõe de uma lei que outorgue efetivos instrumentos que permitam ao cidadão algo similar ao presente no contexto europeu. Todavia, projetos em trâmite no Congresso Nacional recorrem a princípios que visam limitar que dados serão coletados para compor os algoritmos, valendo-se de critérios de proporcionalidade e transparência para evitar práticas discriminatórias. Esses projetos obrigam ainda que sejam implementadas medidas protetivas à privacidade e outras liberdades fundamentais desde o momento da concepção do serviço, durante o seu desenvolvimento e a sua oferta ao mercado. Princípios éticos vêm sendo discutidos em larga escala e são cada vez mais adotados na construção destes algoritmos. No entanto, quem irá efetivamente fiscalizar essas melhores práticas ainda não se sabe (MONTEIRO, 2017, p. 6).

Na prática escolar, conforme Medeiros e Wünsh (2019), o ensino da matemática é composto por uma série de atividades com procedimentos lógicos, ao ensinar uma sequência pré-estabelecida os professores ensinam

algoritmos aos seus alunos, ainda que não o percebam como inseridos no processo didático da aprendizagem e fortalecem a base para o conhecimento quanto a programação computacional.

Mas quando já temos a informação desejada, Anderson (2015), nos remete ao próximo passo: o que fazer com ela? Não basta termos uma informação considerada excelente, é necessário pesquisar se a fonte é confiável. Em posse da informação que nos custou muito tempo e trabalho e cujo conteúdo é confiável, sugere-se que essa seja compartilhada, caso contrário que proveito há em mantê-la guardada? Compartilhar em espaços digitais é algo simples e permitem aprendizado mútuo, como *blogs*, Twitter ou em comunidades *on-line*.

Segundo Silva (2012), é possível os usuários da *web* criar, produzir e compartilhar conteúdos relacionados a uma temática. O objetivo da curadoria é alcançado quando o curador consegue dar destaque, visibilidade ao conteúdo trabalhado. Também é necessário que haja atenção quanto as atualizações necessárias ao conteúdo postado. Para Anderson (2015) *blogs* são excelentes maneiras de se compartilhar o próprio aprendizado, mas também apresentam significativa contribuição quando usados para pesquisar ou aprender informações compartilhadas ou experiências de outras pessoas. Um exemplo de *blog* educacional apresentado pelo pesquisador Anderson (2015), é o *edublogawards*⁸ nele constam os melhores *blogs*, com conteúdo eleito por votação entre os blogueiros da área.

Esta busca constante e incansável, pode por meio de seus excessos trazer prejuízos, Correa e Bertocchi (2012), ao mencionar sobre esta busca incansável por informações atualizadas, apresentam termos que já eram retratados no século passado, como o excesso informativo. Para Calfa (2012), o excesso de informação sempre existiu, preservar o conhecimento contando apenas com a memória sempre foi um desafio, mas com a invenção da prensa de tipos móveis, Gutenberg pôde criar e recriar livros. A memória da humanidade que até este momento era repassada as novas gerações de forma oral, passou a ser codificada em símbolos, os quais foram inseridos em livros, mantendo desta forma a memória da humanidade intacta. Mas com a

⁸ <http://edublogawars.com/>

transformação tecnológica e as conexões de internet *wi-fi* propagadas nos lares e em locais públicos, o acesso à internet via celular proporciona notícias de maneira instantânea, diferente das décadas anteriores. Esta facilidade de acesso, conforme notícia divulgada pela revista Exame (2017), manteve o Brasil naquele ano, em 4º lugar em número de usuários de internet, ou seja, 120 milhões de pessoas conectadas atrás apenas dos Estados Unidos, Índia e China.

Pensando em um amplo e crescente mercado, empresas e organizações têm investido nesta área de comunicação digital, como o *site* scoop.it, que monitora fontes globais para encontrar e selecionar conteúdos relevantes de terceiros, ou seja, esta ferramenta alimenta canais sociais, automatiza, monitora e distribui conteúdo na *web*, informando aos seus clientes atualizações dos assuntos desejados na internet.

Conteúdos, matérias, charges etc., expostos na internet contribuem quanto ao estimular a criações originais ou contribuir a uma ideia já existente. Desta forma, educadores também é possível se beneficiar e explorar conteúdos atraentes, levando para o contexto pedagógico temas atuais e contextualizados, contribuindo desta forma ao processo ensino e aprendizagem.

3.2 CURADORIA DE INFORMAÇÃO

Corrêa e Raposo (2017) ressaltam que diferente de décadas anteriores, atualmente é fácil obter um vasto número de informações sobre qualquer assunto acessando a internet. Pesquisas que antes eram realizadas apenas em livros e enciclopédias está ao alcance de todos, acrescido ainda de atualizações em apenas em alguns segundos. Para Puche (2014), com a multiplicação do consumo de informações, está havendo um redirecionamento pela busca da informação, reduzindo a procura a busca pelo livro impresso, já que com o advento da internet, o fluxo de informação é contínuo.

A curadoria da informação é mais um dos tantos desafios na organização e disseminação de todo esse conhecimento, construído pela fatura e pelo excesso de dados disponíveis na internet. É um mecanismo decisório de seleção de informação em meio à enorme massa informacional da

rede. Com a constante evolução da *web*, é preciso ter em mente que o custo de produção de qualquer tipo de mídia continuará a cair, e seremos cada vez mais inundados por escolhas que estão mais personalizadas e dependentes de curadoria, seja ela humana ou não humana” (CORRÊA; RAPOSO, 2017, p. 7).

Corrêa e Bertocchi (2012), e Amaral (2012), vinculam o termo curadoria de informação, como a atividade de mediação realizada por um especialista que executa conexões entre grupos, públicos ou pessoas por meio de *links* já criados. Entretanto, Correia (2019, p. 3), se reporta a Yakel (2007), para esclarecer quanto ao termo curadoria de informação digital, como sendo de “preservação de dados, gerenciamento de registros eletrônicos e o gerenciamento de ativos digitais”, ou seja, o objetivo é preservar conteúdo armazenado digitalmente para futura consulta. Este processo de curadoria é utilizado por bibliotecários, para facilitar acesso de usuários a referências de uma forma mais produtiva. A autora relata ainda que esta forma de curadoria tem sido amplamente utilizada como “estratégia pedagógica para superar a falta de motivação e comunicação entre os alunos *on-line*, assim como, outras dificuldades com interação humana num formato *on-line* ou *blended*” (CORREIA, 2019, p. 3).

3.2.1 Curadoria de informação no aspecto jornalístico

A informação constitui um gênero de Comunicação. A sociedade acessa informações que se referem a eventos da realidade, especialmente por meio da mídia, que seleciona eventos noticiosos e os torna notícia. A interpretação da informação jornalística é, assim, cruzada com outras séries de produção de sentido que circulam pelos mesmos meios que o exterior e que envolvem diferentes níveis de processamento.

Para Woitowicz (2015), isso implica inferir a informação jornalística como ato de busca, produção e transmissão e recepção de mensagens de interesse coletivo, por qualquer meio de comunicação. De acordo com essa abordagem, a informação jornalística em seu sentido mais amplo é vista com particular atenção, para levá-la a áreas especializadas, das quais surgem as diferentes tipologias existentes: política, econômica, eventos, cultural, nacional, internacional, entre muitas outras. Mas todos baseados na consciência,

interesse e intencionalidade da própria mensagem e daqueles que as transmitem.

Assim, as informações jornalísticas, seja por conhecimento próprio ou por consultas na *web*, deve responder aos objetivos de quem busca, por isso é essencial compreender as necessidades do público com precisão. Pensando nisso, Mello (2015, p. 41-53), coloca que os avanços tecnológicos, especialmente a internet, fez com que a sociedade se deparasse com a produção e o consumo de informações, passando a ter mais acesso. Logo deve-se ter uma preocupação, devido a veracidade nas informações jornalísticas.

O curador de informação no aspecto jornalístico será um pesquisador, pois, filtrará, lerá, organizará e personalizará todo o conteúdo encontrado e depois compartilhará com o público destinado, ou seja, irá mediar e selecionar todas as informações jornalísticas, será um intermediário.

Esta ação consiste em acompanhar as notícias, os artigos e outros tipos de fontes de informação jornalística, identificando os melhores e mais confiáveis, e aqueles que são valiosos para o público. Anteriormente, esse processo era tedioso e completamente manual, mas hoje em dia existem ferramentas e plataformas *on-line* que suportam esse trabalho.

Para Mello (2015, p. 55-56), a curadoria da informação jornalística parte da “seleção, organização, apresentação e evolução”. No entanto, para funcionar, é necessário que o curador conheça as plataformas que ajudarão na busca de *links*, artigos e informações jornalísticas disponíveis na internet.

A tarefa do jornalismo é possibilitar meios ao leitor de realizar ou ampliar análises embasadas em reflexões críticas, para tanto as técnicas de investigação e evolução do seu trabalho até a fase final de redação, devem passar pela desconstrução, pelo tornar a conhecer a informação, oferecendo um conhecimento dialógico e emancipatório (PINHEIRO; PEREIRA, 2018).

3.3 CURADORIA DE CONHECIMENTO NO PROCESSO EDUCATIVO

Em tempos de variada e grande oferta midiática, em que os educandos dispõem de informações com tanta facilidade, sendo capaz de escolher fontes e quais níveis de informações lhes são mais convenientes, a dinâmica escolar

e a prática docente não pode ficar aquém da realidade, cabe o professor usufruir de diversas fontes para fomentar discussões quanto aos conteúdos específicos de cada disciplina. Ao realizar este processo de pesquisa, seleção de conteúdo, proporcionando uma análise crítica e contextualizada com o intuito de compartilhar uma informação, o professor desempenha o papel de curador.

Com apenas um click, crianças, jovens ou adultos rapidamente têm acesso ao mundo online, isto é, a conteúdos ou informações em plataformas virtuais, que, em alguns casos, até complementam conteúdos escolares, um exemplo relevante é a plataforma Duolingo, o qual disponibiliza treino de línguas estrangeiras. Esta plataforma se adapta ao ritmo de aprendizagem do usuário e possibilita acompanhar o desempenho de outros participantes. Ferramentas virtuais podem ser um aliado no processo educacional, é importante o professor estar atento as novas propostas que possibilitem o acesso ao conhecimento aos seus alunos, pesquisando, organizando as informações e orientando o processo de aprendizagem.

Schoch (2017) declara que o professor não é mais um transmissor de conteúdo, mas um curador do que há de melhor em uma disciplina, possibilita conexões reflexivas com o intuito de aprimorar conhecimentos.

Cabe então ao professor conduzir os alunos aos caminhos da pesquisa, dar orientação clara, promover trabalhos em grupo recheados de propósitos, de preferência com aplicação prática. Sua função agora é selecionar, disponibilizar e orientar o acesso ao conhecimento, com muito zelo e cuidado. Portanto, ele é de fato um CURADOR em educação (SCHOCH, 2017, p.).

Conforme Cortella e Dimenstein (2015), vivemos na era da curadoria, este termo explanado pelos autores em seu respectivo livro, retrata o momento em que são organizados os espaços de convivência, isto é, de vida comum, considerando que esses espaços estejam estruturados em algumas instituições, tais como as escolas e os meios de comunicação. O responsável por coordenar estas atividades tem a tarefa de ser curador e deve estar apto a elevar o conhecimento para torná-lo disponível, seja nos espaços físicos (organizações educativas formais) ou no mundo virtual (*web*). Curar neste sentido, não é um ato de guardar o conhecimento, mas transmiti-lo a outra

pessoa. Desse modo, conforme entrevista de Cortella (Café filosófico, 2016, *online*), “o curador não tem a perspectiva de proprietário, mas deve ter a visão contemporânea de se integrar ao processo interlocutório no qual todos são ouvintes críticos, mas também falantes críticos e emancipados”.

Para Cortella e Dimenstein⁹ (2016), o processo de curadoria está em fazer “as pessoas pensarem, sem ao menos elas perceberem que já estão refletindo, mudando, intervindo socialmente ou simplesmente pensando sobre”.

Lopes et al. (2014), argumenta que frente à constante transformação do cenário tecnológico, ao invés da formação focada no uso aplicado e restrito das tecnologias digitais, é preciso criar e disseminar metodologias que se articulem aos saberes e práticas próprias da docência, articulando proposições teóricas e epistemológicas. O tema da curadoria é bastante amplo, por isso os pesquisadores enfatizam que a intenção do curador deva ser de fornecer elementos ou informações a fim de aguçar os sentidos e o interesse do leitor quanto ao extrapolar informações do senso comum. A curadoria então, segundo Lopes et al. (2014) cumpre um papel de mediação entre conhecimentos diversificados e o observador/leitor/visitante.

No contexto escolar é o professor que cria conexões para o conhecimento contextualizado. Esse conhecimento é construído decorrente de uma prática reflexiva e intencional que requer envolvimento e (re) planejamento constante. Segundo Moran (2017, p. 12), “quando o professor problematiza as certezas, este contribui para as sínteses provisórias”. Sobre esta afirmação, Bulgraen (2010, p. 37) corrobora com Moran ao afirmar que:

Cabe ao educador, mediar conhecimentos historicamente acumulados bem como os conhecimentos atuais, possibilitando, ao fim de todo o processo, que o educando tenha a capacidade de reelaborar o conhecimento e de expressar uma compreensão da prática em termos tão elaborados quanto era possível ao educador (BULGRAEN, p. 37, 2010).

Cada nível de ensino e cada método de trabalho, representa ao professor uma busca diferenciada de materiais que possibilitem a aprendizagem desejada aos seus alunos. Tomemos como exemplo a educação de jovens e adultos, onde os alunos são trabalhadores. Alguns destes

⁹ Entrevista no Café filosófico, 2016, *online*.

excluídos e sem terem tido acesso ao ensino regular na idade apropriada, portanto, frequentam as aulas no período noturno e muitas vezes chegam cansados. Nesta fase de ensino, as preocupações deste aluno são suas condições de sobrevivência (moradia e sustento diário). O professor, como já abordado no capítulo anterior, deve respeitar as dimensões do tempo físico, tempo vivido e o tempo pedagógico, buscando temas que oportunizem um ensino de qualidade, o processo de curadoria leva em conta a heterogeneidade deste aluno, suas crenças e culturas, trazendo a teoria curricular de forma contextualizada para a sala de aula, o desafio deste professor-curador é criar pontes de interação que façam sentido ao aluno estar no ambiente escolar.

Os professores curadores começam a entrar em ação quando surge a necessidade de suprir a carência dos alunos. Todas as ações são preocupadas com o aluno, mas que ele não perceba. São ações de proximidades (OLIVEIRA; TOMELIN, 2017 *apud* BRANDÃO, 2017, p. 5).

Trazer as vivências dos alunos para o contexto escolar não é uma tarefa fácil, pois exige do professor curador pesquisas em diversas fontes para atuar não somente um conteúdo atualizado, mas um conteúdo contextualizado.

Ao apresentar um estudo de caso a respeito de uma proposta de trabalho, direcionado a curadoria no âmbito digital em um contexto escolar, realizada pelos alunos, Correia (2017) argumenta quanto a importância do trabalho de alunos-curadores, enquanto atuantes no próprio processo de aprendizagem e a valorização apresentada no desenvolvimento deste trabalho.

O aluno-curador transforma-se num revisor de conteúdo digital relevante para a comunidade de aprendizagem. Por sua vez os membros desta comunidade aberta confiam na seleção, filtragem e recomendação do aluno-curador. Como resultado vastas quantidades de conteúdo digital de alta qualidade ficam disponível para o público interessado em se educar num tópico específico (CORREIA, 2017, p. 11).

Neste sentido, o professor curador torna-se um incentivador deste processo aprendido pelos alunos, desenvolvendo a percepção já explanada por Correia (2017), que para ser curador é necessário o desejo de ir além das aparências e possibilitar descobertas por meio do reconhecimento, da separação e da ampliação de um conteúdo específico e direcionado.

O professor que dá tudo mastigado para o aluno, de um lado facilita a compreensão; mas, por outro, transfere para o aluno, como um pacote pronto, o nível de conhecimento de mundo que ele tem. Uma das dimensões fundamentais do educar é ajudar a encontrar uma lógica dentro do caos de informações que temos, organizar numa síntese coerente (mesmo que momentânea) das informações dentro de uma área de conhecimento (MORAN, 2004, p. 4).

Hofstaette (2015) expõe que o uso de materiais didáticos potencializa a aprendizagem, em qualquer disciplina curricular, de qualquer área de conhecimento. Os materiais didáticos envolvem a ludicidade, a interação entre sujeitos, a troca de experiências e conhecimentos, o compartilhamento de saberes e prazeres, ajudando a criar um ambiente de descontração, que propicia a participação e a descoberta, possibilitando efetivamente que o aprendiz se torne o protagonista de seus processos de construção de conhecimento.

Ao pensar no trabalho com materiais didáticos em sala de aula, o professor curador pesquisa não somente materiais disponíveis na internet, mas como forma de complementar ou esclarecer temas sociais a serem trabalhados, visa explorar o ensino com mídias, utilizando a Educomunicação e seus ecossistemas em sala de aula.

A utilização a Educomunicação em âmbito escolar não é uma prática nova, pois segundo Soares (2014) nos Estados Unidos, no Canadá e na Inglaterra, na década de 70, já existiam reconhecimento e investimentos governamentais destes países, pois entendiam a relevância desta área no âmbito educacional. Nos Estados Unidos, em períodos governados pelos democratas, houve maior para expansão da educomunicação, adentrando por fim, nos seus programas curriculares. Na França, o ministério da educação, também inseriu em 2007, nos seus programas curriculares obrigatórios a educomunicação e proporcionou formação aos seus professores para a prática educativa.

Internacionalmente, foram criados três protocolos (moral, cultural e midiático) com o objetivo de criar normas que regulamentassem a educação midiática e esclarecendo sua atuação. Em 1950 o vaticano preocupado com a mídia (invasão cinematográfica), que já se fazia presente nos lares, obrigou Hollywood a controlar excessos, considerados nocivos a conduta familiar

daquela época. No protocolo cultural, a comunicação e a educação são analisadas como integrantes do processo cultural contemporâneo, portanto, merecem estudo aprofundado. Quanto ao acesso pelos jovens, entende-se que se estes tiverem acesso à informação estarão resguardados contra possíveis excessos, a UNESCO então, compreendeu a necessidade da atuação dos educadores no processo de reflexão em sala de aula, utilizando-se da atuação midiática, para refletir sobre a sociedade. O protocolo midiático, busca analisar formas democráticas e participativas do processo comunicativo na sociedade e fortalecer as diferentes formas de expressão das crianças e dos jovens frente ao processo de globalização. (SOARES, 2014)

Elias (2014), reforça a atuação da Educomunicação no contexto escolar, como fator relevante no trabalho docente quanto ao propiciar experiências de debates em sala de aula, aprimorando a capacidade crítica do educando, despertando o protagonismo e a curiosidade científica. Soares (2002, apud Sartori, 2010) reconhece a educomunicação como sendo uma área de atuação interdisciplinar e interdiscursivo que realiza mediações tecnológicas na educação.

Educomunicação é o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem. Em outras palavras, a educomunicação trabalha a partir do conceito de gestão comunicativa. (SOARES, 2002b, p. 24 apud SARTORI, p. 45-46).

Ao realizar proposições que embasam discussões e ampliam as condições de expressão do educando, a educomunicação adentra o campo da intervenção social (SANTOS; SANTOS, 2016). Esta temática também foi abordada pelo educador Paulo Freire (1983) ao argumentar ser a autonomia o fim da educação, construída por meio de discussões e problematizações para as intervenções, os quais impulsionam um saber transformador de mundo.

A Educomunicação possibilita a partir dos interesses do educando explorar diversos conceitos visando um pensamento crítico e consciente, respeitando as diversas vivências (pessoal, social, escolar etc.) para a construção de conhecimentos que mobilizem a prática cidadã. Para Bates

(2016), mesmo que ferramentas tradicionais sejam utilizadas pelo professor, como por exemplo: o giz, o quadro, etc., quando este incorpora na sua prática uma proposta com materiais diferenciados como forma de complementar ou esclarecer um conteúdo e utiliza vivências dos alunos, mídias como televisão, cinema etc., possibilitam ao aluno, por meio dos seus respectivos recursos disponíveis, aprendizagens significativas, conceito este já explorado no capítulo anterior.

Assim como a educação se utiliza de estratégias diferenciadas, a curadoria não se restringe ao acesso à *web*, fontes como filmes, programas de televisão ou canções, também podem ser objeto de um processo de curadoria, a fim contribuir com conteúdo a ser explorado pelo professor em sala de aula, confrontando o conhecimento das massas e o conhecimento crítico.

Mesmo que o acesso à internet não tenha chegado a todas as escolas do país, ao serem utilizados em salas de aula recursos midiáticos populares a fim e que o conteúdo que possa ser trabalhado por meio de diálogo, o pensamento crítico do educando se amplia. A curadoria educacional nesse sentido proporciona mudança social por meio do protagonismo gerado pelo incentivo ao trabalho dos alunos. Protagonistas porque ao materializarem o conhecimento, os alunos agregam aprendizado e a comunidade se beneficia por meio de uma nova dinâmica social.

No contexto escolar, existem personagens que contribuem junto ao professor no processo educativo de curadoria, o pedagogo por exemplo é o profissional que juntamente com o docente, acompanha o desempenho individual dos educandos. Seu objetivo é contribuir junto ao professor, quanto à busca de metodologias e estratégias apropriadas a modalidade educacional pertinente a diferentes fases de ensino. É contribuir quanto ao processo reflexivo dos docentes, com o intuito de fomentar a práxis educacional com propostas que cumpram a função social da escola, descritas no Projeto Político Pedagógico.

Na EJA, o fazer pedagógico contempla temas geradores, os quais possibilitam a participação ativa destes educandos que em sua maioria são trabalhadores. O planejar, avaliar, reavaliar, mediar, passa por um criterioso processo curador do educador, que auxiliado pelo pedagogo, facilita a concretização da aprendizagem.

A teia curatorial também extrapola o âmbito escolar, quando se compreende que toda ação educativa é intencional e demonstra o processo reflexivo também por meio de materiais pesquisados e elaborados por curadores que desenvolvem pesquisas de conteúdos e revisões de materiais para editoras. Os livros impressos, *e-books*, jogos educativos são algumas das propostas lançadas por editores com o intuito de contribuir na interação do trabalho pedagógico docente. Ao realizar uma investigação no campo da história das disciplinas escolares, com foco no papel e no perfil dos editores de livros didáticos de história brasileiros, Gatti Júnior (2005) apresenta um relato do Sr. José Lino Fruet (na ocasião, gerente da editora Saraiva), que nos mostra as diversas etapas curatoriais realizadas em parceria entre um autor e a editora na produção de um livro didático:

Eu, como gerente, faço uma ponte entre os aspectos, digamos assim, filosóficos e a concretização prática. (...) A gente faz uma análise editorial do material, com todas as características editoriais. Se o material tem condição, a gente coloca para os pareceristas (...). Para isso, a gente procura professores que tenham experiência de sala de aula e formar um time com várias visões. (...) É normal que qualquer material tenha altos e baixos, tenha coisas lindas e outras que estão deixando a desejar. (...) A gente procura cercar, resolver todas essas questões que foram colocadas, não impor para o autor, mas levantar os problemas para ele, que com a sua experiência, (...) vai solucionar de uma forma adequada. (...) Há casos em que existem três, quatro versões. (...) Depois, ele entra na produção editorial propriamente dita. É feito, principalmente, com os assistentes editoriais, que fazem o trabalho que chamamos de copidescagem. Não é uma simples revisão de português do material. Nós interferimos bastante em toda comunicação do material. (...) Isso, naturalmente, levando em consideração a matéria, a faixa etária, uma série de coisas. (...) Depois, segue a fase de produção de arte. O material vai para a composição. Nesse meio tempo a gente discute o projeto gráfico da obra. (...) Aí vai para a revisão. (...) Depois, seguem as etapas normais do processo editorial. Eles dão a primeira prova, a segunda, a terceira, as figuras, todas as ilustrações. O autor acompanha tudo isso e nós acompanhamos até a liberação da arte para fazer filmes e impressão. Bem resumidamente é assim (GATTI JÚNIOR, 2005, p. 365).

Materiais pesquisados e filtrados pelos professores e pedagogos, como já mencionados, agregam conhecimentos e trazem um novo olhar ao plano de trabalho docente, estimulando-os a fazer com que os conteúdos curriculares dialoguem entre si, conduzindo o educando a compreender as linguagens de mundo por um olhar crítico.

Canções, filmes e programas televisivos, por serem tão comuns aos educandos, podem vir a ser um grato desafio aos educadores quando os utilizarem como instrumentos de reflexão e contextualização dos conteúdos escolares, pois ao instigar os alunos a realizarem pesquisas, filtros, reflexões e o compartilhamentos haverá envolvimento e comprometimento quanto aos novos saberes adquiridos, proposta que se pretende explorar nos itens a seguir.

3.3.1 Curadoria musical

Para algumas pessoas, as canções estão presentes antes mesmo do seu nascimento, para outros, o contato foi realizado por meio de canções de ninar, o qual ficou armazenada na sua memória afetiva e quiçá posteriormente reproduzida para a geração seguinte (BARBOSA, 2011).

Segundo o dicionário *online* Michaelis (Editora Melhoramentos, 2019) canção é uma composição escrita para musicar um texto literário, geralmente um poema, ou um poema feito para ser musicado e que tem por objetivo o canto.

Na história da humanidade, canções foram produzidas e reproduzidas para demonstrar satisfação pessoal, seja em tempos de colheitas, em eventos sociais, para expressar sentimento profundo por alguém, para adoração em templos religiosos etc.

Desde muito cedo, o indivíduo já manifesta reações quando é exposto à música. A música pode dizer muito, pois ela é orgânica, para entendê-la por completo é preciso senti-la – sentir seu ritmo, sua melodia. A noção de música pode estar cercada por um universo de encantamento; apesar de ser humanamente apreendida e sentida, a música também pode representar o limiar entre o humano e o divino especialmente porque ela é percebida, através de frequências sonoras, porém não pode ser vista. Há música quando se pensa na vida, no nascimento, há música na tristeza, há música na morte (BARBOSA, 2011, p.11).

Utilizar no contexto escolar experiências musicais, como forma de realizar análises linguísticas, sociais ou culturais é possibilitar de maneira lúdica a ampliação do contexto gramatical ou histórico, é gerar aprendizagens significativas que produzam reflexões por meio de expressão artística.

Conteúdos musicais por vezes, representam posicionamentos ou questionamentos ideológicos, sobre um tempo histórico vivido ou consolidam uma cultura de massa. Por meio de canções, diálogos problematizadores são construídos pelo professor curador, possibilitando debates que auxiliam os alunos no processo de filtragem quanto a conteúdos recebidos.

Se não é possível deixar de falar do que se passou e de como se passou – e ninguém pode afirmar que não fique algo que ainda possa ser desvelado –, é necessário problematizar o fato mesmo ao educando. É necessário que ele reflita sobre o porquê do fato, sobre suas conexões com outros fatos no contexto global em que se deu (FREIRE, 1983, p. 35).

Problematizar é possibilitar aos alunos o exercício de pensar criticamente, tirando suas próprias interpretações dos porquês, promovendo desta forma, autonomia crítica sobre a sociedade e formando cidadãos conscientes (FREIRE, 1983).

Criar possibilidades de reflexão em sala de aula é um desafio constante do professor e a educomunicação vem contribuir neste processo de construção de saberes, ao possibilitar por exemplo, análises quanto as mudanças comportamentais, sociais, financeira ou política de uma época, refletida nas canções. Neste sentido, a comunicação e a educação se cruzam, se completam e contribuem para a prática educativa.

Ao trabalhar com canções como estratégia para aprofundar um conteúdo pedagógico ou iniciar uma proposta de discussão, o professor curador precisa ter claro, alguns passos:

- Planejar - a proposta deste trabalho não é realizar críticas quanto ao gosto musical pessoal, mas explorar por meio da vivência dos alunos, utilizando intérpretes musicais conhecidos, para trazer questões pertinentes ao objetivo de mediar o processo de novos saberes.
- Selecionar- é fundamental que o docente curador, pesquise e selecione a(s) música(s) que irá(irão) compor o trabalho utilizando filtros necessários ao ambiente escolar: moral, ética e respeito.
- Verificar os recursos que serão utilizados e testá-los previamente. A letra deve estar impressa para dinamizar a leitura e o reconhecimento das sutilezas que o autor apresenta na sua composição.

- Explorar o conteúdo de forma contextualizada, para que o compartilhamento seja produtivo. É interessante o professor realizar alguns questionamentos sobre como os alunos percebem ou não, esta influência nos seus comportamentos ou sobre os seus desejos de consumo, sobre o papel desta mídia na sua família e por fim, na sociedade. Racionalizar ainda sobre quais são os outros meios que também influenciam a juventude na atualidade.

A música neste processo educacional é um facilitador para que o educando compreenda, por meio de problematizações, sobre os aspectos negativos que envolvem a alienação intelectual e suas consequências em termos sociais. Quanto às propostas de curadoria para a EJA, enfocando especificamente o sistema prisional será abordado no capítulo 4 deste trabalho.

3.3.2 Curadoria Televisiva

Além do rádio, a televisão é o meio eletrônico mais popular e está na casa de grande parte dos brasileiros. Segundo Citelli (2010) esta fonte midiática foi inventada por John Baird em 1925 e está em uso no país desde 18 de setembro de 1950 e seu aparecimento foi com o intuito de fechar uma lacuna existente entre o rádio e o cinema. Enquanto o cinema apresentava a ficção, a televisão por meio de muitos programas e jornais, explorava um fragmento da realidade. Diferente do cinema, o objetivo da televisão é demonstrar proximidade, um diálogo existente entre o apresentador e o expectador (JOST, 2007).

Adorno e Horkheimer (2002), reiteram que os meios de comunicação de massa transformam a cultura em mercadoria, contribuindo quanto ao propagar uma sociedade capitalista, tendo a cultura de massa o poder de alienar, reprimir e sufocar, de manter a sociedade submissa, por meio de uma programação televisiva que impede a formação de indivíduos criticamente autônomos. Orozco (2014) corrobora com Adorno e Horkheimer (2002) e reflete ainda sobre a programação televisiva ser pensada para nos acostumar a sermos apenas receptores, maleáveis segundo suas pretensões consumistas.

Esta condução impulsiona o telespectador a submissão e sem motivação ao debate ou a reflexão.

Os programas televisivos são comuns nas casas dos educandos, pois envolvem entretenimento, cultura e lazer, portanto servem como fonte midiáticas a serem trabalhados e serem alvos de reflexão em sala de aula. Napolitano (1999) alerta com relação as reflexões que o professor deve trazer para seus alunos: “é preciso pensar a influência da mídia em nossas vidas, reconhecendo não suas características escapistas alienante ou conformistas como aprendendo suas diversas facetas e os resultados de sua influência sobre a sociedade” (NAPOLITANO, 1999, p. 13).

Para Eco (1979) ao mesmo tempo que a televisão, por meio dos seus programas, é capaz de promover entretenimento, instruir, criar necessidades e costumes, ela também pode alienar seus telespectadores quanto à realidade, já que este meio de comunicação está diariamente presente nas casas, sendo para muitos, objeto de extrema confiança, de tal forma a permitir que desempenhe o papel de cuidador de seus filhos. Esta mídia, ainda relatado por Eco (1979) pode de forma sutil interferir nas formas de pensar e no comportamento, massificando a sociedade por meio de programas que apresentados em momentos específicos e para um público previamente premeditado tem o objetivo de persuadir, de condicionar e determinar gostos-sócio-psicológicos, ou seja, por meio de influencias midiáticas, criar necessidades, criar costumes e influenciar decisões, manipulando comportamentos sociais (ECO, 1979).

Conforme Orozco (2014, p. 88) “ser audiência e estar como audiências é o papel característico e principalmente distintivo dos cidadãos desde a metade do século XXI em televisão”. Audiência positiva reflete o sucesso da emissora em aproximar a programação ao mundo do espectador. Para Jost (2007), a empatia por parte dos telespectadores configura audiência e a audiência rentabilidade. Já que como uma grande empresa as emissoras visam a lucratividade garantida pelos anunciantes.

Mas, para Orozco (2014) a televisão é uma instituição cultural, assim as possibilidades midiáticas são reais, não visam apenas o lucro para os anunciantes, mas sim a capacidade de emissão e criação comunicativa entre o receptor e o interlocutor. A interatividade e convergências diversas que

implicam a nova mídia levou muitos a propor a supressão do termo audiência. Essa análise realista das mutações midiáticas comunicativas em trânsito e particularmente aquelas mediadas, se dá pela diversidade de telas. (GÓMEZ, 2014).

Vale ressaltar o argentino Mario Kaplún (1923-1988) inspirado em Paulo Freire, considerado um educador realizou pontes para a leitura crítica da mídia. Suas escritas fomentam sobre uma educação comunicativa. Sobre Kaplún, Marques e Talarico escreveram:

Com larga experiência em produção de televisão e tendo trabalhado em meios de comunicação comerciais, na década de 70 Kaplún deu início a um trabalho educacional, por meio do rádio, envolvendo pessoas adultas de origem rural. Seu objetivo era contribuir para a formação de uma consciência crítica, capaz de desvelar os meios de comunicação em relação à sua interferência na visão de mundo e no comportamento político das pessoas e grupos. (MARQUES; TALARICO, 2016)

Para o sucesso deste trabalho educacional, a atuação do professor é essencial, em termos de planejamento de seu uso, dos objetivos que pretende, das diferentes atividades a serem realizadas e do que manter em mente, a heterogeneidade de seus alunos, para que seja possível ter sucesso no trabalho educativo é quando o estudante alcança um aprendizado.

Neste sentido, entram em jogo inúmeras fontes de mediação, por proporcionar diferentes culturas em rede, destacando as identidades sujeito-público no indivíduo e público como entidade coletiva, por explorar a cultura, assim como ocorre no meio político, religiosa e familiar. Os sujeitos são os telespectadores de um modo geral, inclusive os privados de liberdade dentro do sistema prisional.

É indiscutível portanto, a relevância do professor curador no processo de reflexão quanto aos diferentes propósitos (político, social e econômico etc.) da produção e compartilhamento de programas televisivos. Mas, este professor pode utilizar a educação a seu favor, ao realizar provocações contextualizadas e ampliar possibilidades de análises críticas no educando. O aparelho deixa então de ser simples objeto, ou canal tendencioso, mas passa nas mãos de um professor curador passa a ser uma janela para um mundo em transformação.

O professor curador deve portanto, assistir com antecedência os programas a serem trabalhados em sala de aula, se possível gravá-los para realizar os recortes necessários e dar maior ênfase a pontos relevantes para discussões, pois conforme sugere Napolitano (1999, p. 13) o objetivo em trabalhar com esta mídia em sala de aula não é aceitar todo conteúdo e princípio repassado, mas cumprir dois objetivos: “estimular uma reflexão crítica acerca dos conteúdos transmitidos pela TV e incorporar parte dos conteúdos e programas como fontes de aprendizado, articulando conteúdo e habilidades”.

Mello (2009) esclarece a existência de um projeto sobre TV multimídia, no Estado do Paraná, o qual utiliza-se, principalmente aquelas inseridas nas unidades penais, televisões com acesso a *pendrive*, este é um equipamento portátil, utilizado para armazenar e transferir arquivos digitais, Pereira e Freitas (2019) explicita:

O *pendrive* é um dispositivo capaz de armazenar arquivos digitais, entre eles imagens, vídeos, áudios. Possui uma conexão USB, isto é, uma conexão universal que permite que o pen drive receba dados para armazenamento, ou transfira dados já armazenados para outro equipamento. Entre as vantagens do pen drive a que se destaca é a reusabilidade, que permite a utilização e a reutilização dos dados armazenados em várias bases tecnológicas e plataformas (PEREIRA; FREITAS, 2019, p.10).

Nem todos os ambientes educacionais disponibilizam facilmente os diferentes instrumentos midiáticos, aos educadores que atuam no sistema carcerário, por exemplo, a televisão é o meio mais popular e de fácil acesso, seja na cela de aula, como nos alojamentos dos detentos ou custodiados. A estes, os programas televisivos é o olhar para o mundo, por este meio é que os reclusos se distraem com o acesso a entretenimento, cultura e lazer.

Vale lembrar que baseado nas concepções epistemológicas do professor assim será a sua escolha das ferramentas na sua prática pedagógica diária. Com relação à prática deste trabalho de curadoria educacional dentro de um ambiente prisional será abordado no capítulo seguinte.

O fato de o professor trabalhar com a cultura lhe confere especificidade, fazendo que ele perceba seu trabalho como possuidor desse algo a mais. Além de saber o “a mais”, é necessário que saiba coisas relevantes, importantes, pois esta é a condição para poder estar na posição de ensinar (PENNA, 2007, p. 83-84).

3.3.3 Curadoria Fílmica

O cinema, por sua vez, desde a sua criação tem fascinado multidões. Foi criado no início do século XIX, após a revolução industrial, esta forma de entretenimento tornou-se um veículo de comunicação de massa (NAPOLITANO, 2009). Enquanto alguns historiadores apontam ser os irmãos Lumière os primeiros a exibirem publicamente um filme de curta duração, em dezembro de 1895, composto pelo movimento de um trem chegando na estação Cistat e a saída dos operários das usinas Lumière, Mascarello (2006) entretanto, afirma que a primeira exibição pública e paga ocorreu dois meses antes pelos irmãos Max e Emil Skladanowsky com a exibição de 15 minutos do bioscópio, seu sistema de projeção de filmes, em um teatro em Berlim. Mascarello (2006), acredita que a família Lumière recebeu maior reconhecimento em virtude do marketing intenso quanto a produção e comércio de placas fotográficas realizadas pela sua família.

Vale ressaltar ainda que até chegar à produção e exibição de filmes, por séculos, o homem estudou sobre a luz e as sombras. Quanto a este processo histórico, Pinto (2004, p. 2) relata que “em 347, o Egito já tinha conhecimento da câmera escura, mas foi o monge franciscano, Roger Bacon, que redescobre e faz estudos sobre este equipamento sendo, por isso, acusado de bruxaria”.

No âmbito escolar, a apresentação de filmes têm sido um recurso muito utilizado pelos professores das mais diversas disciplinas, já que a linguagem cinematográfica permeia diversos conteúdos e contribui quanto ao trabalho com diversas competências inseridas na BNCC e proporciona aos estudantes uma formação reflexiva quanto a si mesmo e a diversos contextos sociais.

Conforme Orozco (2014, p.55) “como sociedade e como indivíduos, estamos em um cenário comunicativo múltiplo permanente. Somos sociedades da comunicação”, a comunicação permite reflexão e esta desencadeia desenvolvimento social. A comunicação aliada a educação provoca criticidade e autonomia dos sujeitos.

Assim como, a curadoria educacional se faz necessária em âmbito digital, de conteúdo ou de informação, ao se apropriar da educomunicação o professor se apropria de melhores condições para atuar como um mediador entre a aprendizagem e o aluno, favorecendo a compreensão da trajetória

social, instrumentalizando-se a de uma forma mais eficaz, realizar análises críticas para que o aluno possa refletir quanto as suas escolhas futuras.

Como mediador, o professor será aquele a quem o aluno vai recorrer e se apoiar na seleção de suas buscas, orientando, sugerindo e promovendo ao aluno construir seu aprendizado acerca do conteúdo que se apresenta disponível a ele, favorecendo sua criatividade e sua análise crítica tanto para conteúdos digitais quanto físicos. O professor mediador seria, antes de tudo, uma espécie de encorajador do aluno na descoberta pelo conhecimento, contribuindo para o processo de aprendizagem, realizando uma construção conjunta com o aluno (NEPOMUCENO, 2018, p.129).

Esta mediação inicia-se ao preparar a classe antes de apresentar um filme em sala de aula, o professor não precisa ser um crítico desta área, porém é necessário que este apresente o filme de forma contextualizada com o seu plano de trabalho docente. Conforme Napolitano (2015, p. 15) “o professor deve propor leituras mais ambiciosas além do puro lazer, fazendo a ponte entre a emoção e razão de forma mais direcionadas, incentivando o aluno a ser um expectador mais exigente e crítico”.

Ao se decidir trabalhar com o cinema em sala de aula, um professor-curador, deve realizar um planejamento, tendo claro os objetivos alcançados e as estratégias que seguirão após a exibição do filme. Napolitano (2015, p. 79-87) sugere os seguintes passos:

- Reflita se o filme pesquisado está adequadamente inserido no planejamento do professor. Uma aula planejada reflete responsabilidade profissional e social. Ao realizar seu planejamento, embasado no Projeto Político Pedagógico escolar, o professor repensa o seu papel no processo ensino e aprendizagem. Um filme neste ambiente requer apontamentos reflexivos, deixando para segundo plano o entretenimento.
- Selecione a sequência que será dada maior ênfase, facilitando a compreensão quanto ao tema abordado, suas perspectivas ou conceitos apresentados, relacionado com o conteúdo de forma contextualizada.
- Pesquise sobre as informações básicas do filme e permita que os alunos também sejam curadores neste processo, trazendo e

compartilhando informações quanto a ficha técnica e materiais por eles explorados.

- Analise a cultura da classe, verifique se o filme não causará desconforto cultural, religioso etc. e verifique a classificação do filme com relação a faixa etária dos alunos que o assistirá.
- Selecione textos de apoio, críticas publicadas em jornais etc. para compreensão do conteúdo abordado, do recorte do filme exposto ou aprofundar o tema problematizando com novas informações, com o intuito de extrapolar o senso comum.
- Forneça um roteiro de análise para os alunos. Mesmo que o aluno já conheça o filme que será trabalhado em sala de aula, é importante que ele saiba onde deve focar a sua atenção, isto pode ocorrer por meio de alguns questionamentos previamente elaborados por escrito, para que em dupla ou em grupo a ação pedagógica alcance o objetivo desejado.
- Forme grupos de discussão com base nos relatórios. A mediação intelectual do educador é um momento essencial em todo processo de construção de saberes e que envolve a interdisciplinaridade, ou seja, envolve outras disciplinas que transitam sobre o tema discutido.
- Organize uma síntese. Nesta etapa, Napolitano (2015) esclarece quanto a importância de valorizar o trabalho proposto, as pesquisas e discussões realizadas, por meio de seminários, oportunizando a classe debates sobre os temas geradores que o filme possa ter proporcionado.
- Decida qual a forma de exposição do trabalho de curadoria da classe. O compartilhamento de saberes previamente trabalhado (pesquisado, filtrado, problematizado e discutido) é uma das etapas essenciais do processo curador. Dar ênfase é valorizar todo o processo, uma sugestão é exposição deste trabalho curador para que os familiares dos alunos tenham acesso a essa construção coletiva e se sintam encorajados a discutirem sobre o que assistem em seus lares.

O professor como mediador é de fundamental importância nesse processo. Nepomuceno (2018, p. 142), complementa que o professor precisa

oferecer elementos da linguagem cinematográfica, que envolvem “exposição de fatos, histórias e narrativas pela linguagem do cinema realça a realidade, dando maior visibilidade a ela”.

O cinema como prática pedagógica pode fazer o aluno se interessar pelo conhecimento, pela pesquisa, de modo mais vivo e interessante que o ensino tradicional, apoiado em aulas expositivas e seminários. O porquê do cinema na escola só se justifica se ele desperta o interesse pelo ensino no sentido tradicional, e, ao mesmo tempo, mostra novas possibilidades educacionais apoiadas na narrativa cinematográfica (CARMO, 2003, apud COELHO; VIANA, 2010).

O curador diversifica a sua forma de trabalhar. Segundo Silva (2013), o curador de cinema muda constantemente a sua forma de trabalhar no contexto escolar. Os filmes precisam ser selecionados. Antes disso precisa ser pensado para qual público os filmes seriam interessantes, qual versão, uma vez que há a necessidade de selecionar inúmeros títulos, os quais servirão de apoio para os professores. O curador tem mais uma função técnica e interna dos filmes, revisando e conservando os materiais, além de conhecer tudo sobre o acervo para apresentar ao público destinado.

E mediação pedagógica promoverá no aluno reflexão crítica, incentivando-o ao desenvolvimento de uma autonomia criativa e capacitação quanto ao processo curador. Ao professor este processo de planejamento didático metodológico da curadoria, possibilitará reflexões quanto postura prática no processo formativo, os quais exemplificaremos no capítulo a seguir.

4 PRODUTO DA DISSERTAÇÃO: PROPOSTA DE CURADORIA DE CONHECIMENTO NA PRÁTICA EDUCATIVA- UMA PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA PARA A EDUCAÇÃO EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE A PARTIR DA BNCC

Dentro das penitenciárias é ofertada a educação, na modalidade EJA, seja na modalidade presencial ou semipresencial. Os conteúdos devem levar em conta as diretrizes e planos educacionais, com práticas diferenciadas, de modo que o estudante apenas transforme a sua realidade, dentro ou fora das prisões. A escola socializa o conhecimento construindo coletivamente o saber, cada disciplina terá um ponto importante nesse processo (SERRANO, 2018).

As escolas nos espaços prisionais desenvolvem um trabalho diferenciado das demais instituições regulares de ensino, o profissional de educação é selecionado pelas mantenedoras, secretaria de educação e secretaria de segurança pública, de forma que esse profissional esteja apto para trabalhar na educação prisional.

Nesta perspectiva, o professor precisa ter um repertório ampliado de conhecimento na área e um preparo para sua atuação. Em meio a outros pré-requisitos, é importante que o professor tenha conhecimento quanto ao realizar o processo de curadoria educacional. É importante levar o estudante a ampliar seu discurso, como interlocutor, retratando a sua singularidade, num campo real, de forma crítica e participativa (FAIRCHILD, 2009).

Pensando assim, reflete-se quanto a relevância quanto ao trabalhar em sala de aula com Educomunicação, visto que a mídia não apenas transmite notícias, mas também representa uma ferramenta poderosa para transmitir conhecimento, além de contribuir quanto à análise e apropriação de saberes em sala de aula. Para tanto, é preciso por parte do professor curador, que haja disposição para pesquisar, selecionar e filtrar materiais que sejam significativos para trabalhar em sala de aula e que possibilitem uma proposta de emancipação reflexiva.

Toda investigação temática de caráter conscientizador se faz pedagógica e toda autêntica educação se faz investigação do pensar. Quanto mais investigo o pensar do povo com ele, tanto mais nos educamos investigando (FREIRE, 2005).

Diante disso, esta proposta de curadoria de conhecimentos na prática educativa tem por objetivo desenvolver uma proposta metodológica, baseada nas habilidades contempladas na BNCC, contribuindo para que professores que atuam na EJA com alunos privados de liberdade possam ampliar o seu olhar quanto aos conteúdos curriculares.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2019) é um documento normativo, que conforme já definido pelo Plano Nacional de Educação (PNE) vem assegurar aos alunos de todo o país aprendizagens essenciais a sua formação educacional e qualificação para o trabalho. Espera-se ainda que “a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação” (BNCC, 2019, p.8).

Com o intuito de desenvolver uma formação integral, ou seja, que contemple todas as dimensões do desenvolvimento humano, o currículo brasileiro passa a trabalhar por meio de competências e habilidades. Espera-se que na conclusão da educação básica, o aluno já tenha se apropriado de algumas competências específicas para realizar atividades no seu cotidiano e no mercado de trabalho.

Na BNCC (2019), competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e estar preparado para o mundo do trabalho (BNCC, p.8). As habilidades são aptidões desenvolvidas ao longo da vida escolar e essenciais para o desenvolvimento das competências, ou seja, um professor é competente para atuar em sua profissão em sala de aula, entretanto sua competência está direcionada a disciplina da sua graduação.

Conforme o documento normativo, a BNCC (2019) vem contribuir no processo do repensar a prática educativa, entendendo a garantia do aluno em ser trabalhado competências básicas para o seu desenvolvimento enquanto indivíduo capaz de transformar sua realidade social.

Quanto a estrutura das competências da BNCC (2019), ela está dividida em três blocos: cognição, comunicação e relações interpessoais acrescidas das habilidades socioemocionais. No primeiro bloco estão inseridas as

competências relacionadas a cognição (conhecimento, pensamento científico, crítico e criativo), no segundo bloco estão as competências relacionadas a comunicação (comunicação, cultura digital, argumentação) e o terceiro bloco estão as competências relacionadas relações interpessoais acrescidas das habilidades socioemocionais (trabalho e projeto de vida, autoconhecimento e autocuidado, empatia e cooperação e responsabilidade e cidadania).

Neste intuito, refletiremos sobre quais são as dez competências gerais definidas pela BNCC e sua área de abrangência:

1. **Conhecimento** - o objetivo é desenvolver no aluno uma compreensão da realidade histórica de mundo, ou seja, do conhecimento já produzido pela humanidade, mas englobando um olhar social, cultural e digital, tendo como objetivo contribuir para a melhoria da sociedade. Com tantas fontes de conhecimentos disponíveis ao aluno, a escola passa a se posicionar como uma contextualizadora por meio de situações problemas, preparando o aluno para a sua prática na vida cotidiana.
2. **Pensamento científico, crítico e criativo** - exercitar no aluno princípios da cientificidade, ou seja, que ele seja capaz de investigar, fazendo análises com criticidade, elaborando hipótese com argumentações coerentes e ser criativo para sugerir ou desenvolver soluções para os problemas que venham a surgir. Esta competência se propõe a desenvolver no aluno novos caminhos de análises, incentivando-o a pensar diferente do considerado óbvio.
3. **Repertório cultural** – Oportunizar o acesso a manifestações artísticas e culturais (conhecimento e análise) explorando novas formas de expressões como participantes ativos deste processo, também deverá ser desenvolvido respeito a diversidade cultural (tradições e manifestações) compreendendo sua importância regional e/ou mundial.
4. **Comunicação** - exercitar no aluno a capacidade de saber se expressar por meio de diferentes linguagens (verbal, escrita ou libras) expressando pensamentos ou sentimentos, mas o aluno também deve saber ouvir com respeito ao próximo, desenvolvendo argumentações para o avanço do conhecimento. Para tanto, poderá ser utilizado múltiplas mídias e

plataformas para compartilhar experiências, produzir informações, aprofundar conhecimentos e realizar interação entre os alunos.

5. **Cultura digital** - ao retratar o mundo da tecnologia digital, sua importância e aplicabilidade, deve-se focá-lo de forma ao conhecimento ser significativo ao aluno, levando-o ainda a refletir quanto à utilização destas ferramentas digitais de forma ética, entendendo que o mundo digital interfere quanto a diversas relações (pessoal, comercial etc.).
6. **Trabalho e projeto de vida** - A capacidade de escolhas do aluno, de saber gerir, tomar decisões sobre a sua vida pessoal, profissional é o que trata esta competência básica, mas tais escolhas devem estar alinhadas a uma conduta ética, ao exercício da cidadania com consciência crítica e responsabilidade nas suas tomadas de decisões.
7. **Argumentação** - Saber construir questionamentos claros, apresentar argumentos, realizar defesas de pensamentos coerentes, baseado em informações confiáveis, com o intuito de criar acordo coletivos, respeitando os direitos humanos e ao meio ambiente.
8. **Autoconhecimento e autocuidado** - desenvolver autoconsciência dos seus pontos fortes e fracos para realizar estratégia de superação, este cuidado perpassa pelas emoções, mas também com o cuidado da saúde física, social etc., evitando contato com situações de risco.
9. **Empatia e cooperação** – Aprofundar a habilidade do diálogo, da interação, da cooperação e do acolhimento com os demais, percebendo os direitos dos demais, valorização da diversidade etc., com vistas a uma convivência saudável. A habilidade de resolução de conflitos é essencial para esta competência.
10. **Responsabilidade e cidadania** – Contempla o saber se posicionar com responsabilidade e ética nas tomadas de decisões, entendendo a importância de um processo democrático, inclusivo, sustentável e solidário, já que muitas decisões afetam a coletividade.

Figura 7- 10 Competências Gerais da BNCC



Fonte: <http://www.universoludico.com.br/a-bncc-e-os-estudos-do-meio/#> prettyPhoto

Autores como Silva (2019) e Martins (2017) realizam críticas ao atual documento da BNCC, norteado por competências e habilidades, dentre as críticas destacam-se:

1. Ênfase maior ao mercado de trabalho em detrimento a uma educação transformadora.
2. Utilização de exemplos de países europeus e norte-americano que ao trabalharem com competências em seus currículos obtiveram sucesso, entretanto, segundo Andreas Schleicher¹⁰, um dos criadores do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) o Brasil investe apenas cerca de US\$ 3.800 por criança na pré-escola, bem abaixo da média da OCDE de US\$ 8,8 mil, logo, a lacuna não está no ensino mas nos investimentos.

¹⁰ <https://www.revistaeducacao.com.br/investimento-publico-em-educacao/>

3. Legítimas avaliações em larga escala, já que esta deixa de trabalhar um ensino emancipatório para treinar alunos para constantes avaliações.
4. A terceirização do projeto formativo educacional do país, a qual reforça as concepções empresariais.

Mas, como trabalhar com os alunos privados de liberdade, matriculados na EJA? Todo sujeito privado de liberdade anseia pela sua liberdade, mas para aqueles inseridos na educação formal no sistema penitenciário, há ainda a expectativa, por meio do processo educativo formal estar preparado efetivamente para o retorno social. Este processo de ressocialização transcorre pelo resgate da cidadania, que deve ser refletido pelo professor, em meio às competências e habilidades, os quais perpassam pelos conteúdos educacionais.

Utilizando o processo de curadoria já exposto no capítulo anterior, apresentaremos uma proposição metodológica para esta modalidade de ensino, nela serão trabalhados 5 filmes, 5 canções e 5 programas televisivos, cujos temas sejam pertinentes à prática do professor curador atuante no sistema prisional.

Os critérios quanto à escolha dos filmes, canções e programas televisivos serão aplicabilidade e disponibilidade de acesso. Aplicabilidade, pois deverão apresentar contribuições relevantes quanto aos temas que serão expostos em ambiente educacional diferenciado, sendo ainda condizente quanto ao público de pessoas reclusas adultas, favorecendo as reflexões e gerando aprendizagens significativas.

Cabe ao professor refletir, segundo Nepomuceno (2018, p. 156):

“antes de iniciar esta proposta de trabalho se o conteúdo ficará melhor reforçado ou se poderá despertar nos alunos maior interesse pela aprendizagem do conteúdo em questão, em se utilizando de determinado filme ou cena.”

Disponibilidade de acesso, pois todas estas estratégias devem ser de fácil acesso no momento da busca/pesquisa pelos educadores, pois mesmo que exista um filme cuja cena ou conteúdo integral seja interessante, se não for fácil de ser encontrado, inviabiliza sua utilização neste projeto.

PROPOSTA DE CURADORIA: FILMES, MÚSICAS E PROGRAMAS TELEVISIVOS

Ao apresentar esta proposição metodológica para a educação em privação de liberdade, baseada nas habilidades contempladas na BNCC objetivou-se apresentar possibilidades de ações que permitam reflexões quanto à alguns problemas sociais e ambientais.

Embora saibamos que no ambiente prisional, há restrições quanto a utilização de mídias nas salas de aula, uma escola instrumentalizada midiaticamente possibilita ao professor melhores condições quanto ao dinamizar sua práxis. Neste sentido, a educomunicação é uma prática pedagógica que contribui quanto a estratégias que promove reflexões de temas necessários ao processo ressocializador dos alunos detentos e consequentemente atua diretamente no âmbito do ensino e aprendizagem.

Na união da Educomunicação ao processo de curadoria de conhecimentos na educação, novas intervenções podem ser realizadas nas salas ou celas de aula, a possibilidade da difusão de conhecimentos se amplia, consolidando assim uma cultura participativa mesmo estando em um ambiente opressor.

4.1 PROPOSIÇÃO 1: ANALFABETISMO

PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA BASEADA NA BNCC

4.1 Competências desenvolvidas: Conhecimento, Pensamento científico crítico e criativo, repertório cultural, comunicação, argumentação, responsabilidade e cidadania.

Recursos utilizados: TV com pendrive ou TV e DVD, Aparelho para tocar música, revistas ou livros sobre a Hidrelétrica de Itaipu, jornais ou revistas sobre os Direitos Humanos, folhas e envelopes para cartas.

FILME: NARRADORES DE JAVÉ

Sinopse:

Um povoado fictício (Javé), que está prestes a ser inundado para a construção de uma hidrelétrica. Para mudar esse rumo, os moradores de Javé resolvem escrever sua história e tentar transformar o local em patrimônio histórico a ser preservado. O único adulto alfabetizado de Javé, Antônio Biá é o incumbido de recuperar a história e transpor para o papel de forma "científica" as memórias dos moradores.

Ironicamente, Biá, que havia sido expulso da cidade por fazer intrigas escritas sobre os moradores, é o escolhido para escrever o "livro da salvação", como eles mesmos chamam. O artifício de inventar fatos locais já era usado pela personagem para aumentar a circulação de cartas, e manter em funcionamento a agência de correio onde ele trabalha. Escrever a história de Javé e salvá-la do afogamento é sua oportunidade de se redimir. E a redenção parece ter que se dar justamente aflorando seu lado mais condenável.

Na coleta do primeiro relato "javélico", Biá diz à sua "fonte": "uma coisa é o fato acontecido, outra é o fato escrito". Esse pequeno contexto já é suficiente para apontar a isenção e a imparcialidade impossíveis à História e ao historiador. O filme se desenrola com a difícil tarefa para Biá: reunir uma história a partir de cinco versões diferentes. O personagem se vê entre essa impossibilidade e um futuro destruidor e irremediável.

Nas várias versões os heróis são alterados conforme o narrador. Assim, na versão relatada por uma mulher do povoado, a grande heroína entre os fundadores de Javé é Maria Dina. Na versão de um morador negro, o herói principal também é negro e chama-se Indalêo. Assim, ao mesmo tempo que o filme nos diz da interferência do narrador na história, também fala sobre os excluídos da "história oficial" (a dos livros didáticos).

O narrador negro canta a história em seu dialeto africano, quase em êxtase. As divisas cantadas, que são as fronteiras de Javé pronunciadas em canto, também são um outro exemplo da aparição desse elemento no filme. O canto demarca uma terra (Javé), que está sendo disputada, e é o canto que legitima sua posse, não um documento escrito. Da mesma forma, são as versões orais que tornam esse espaço de terra patrimônio histórico. De forma sintética, todo o filme fala de uma disputa entre

a história oficial e aqueles excluídos dessa história, assim como, entre a oralidade e a escrita.

Proposta de trabalho:

A pluralidade cultural nos orienta quanto ao respeito a diferentes grupos e culturas que a constituem. Este tema propõe uma concepção que busca explicitar a diversidade étnica e cultural que compõe a sociedade brasileira, compreender suas relações, marcadas por desigualdades socioeconômicas e apontar transformações necessárias, oferecendo elementos para a compreensão de que valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas respeitá-los como expressão da diversidade, respeito que é, em si, devido a todo ser humano, por sua dignidade intrínseca, sem qualquer discriminação.

O filme *Narradores de Javé* expõe o enfoque cultural, que também pode ser explorada por docentes de diversas disciplinas, como história, geografia ou português, ou ainda utilizar como tema gerador o analfabetismo e abordar a importância da leitura e escrita no cotidiano das pessoas. O filme mostra com muito humor, que em uma pequena vila somente uma pessoa era alfabetizada e mesmo com caráter duvidoso, todos precisavam confiar que ele escreveria exatamente o que seria ditado.

No sistema penitenciário brasileiro, conforme levantamento nacional de informações penitenciárias (INFOPEN, 2016) apontou que 6% estavam a nível do ensino fundamental Fase 1, e 4% eram analfabetos e para muitos o único contato com os seus familiares é realizado por meio de cartas, a única alternativa é que alguém se disponha a escrever o que eles ditam. Para este detento não há privacidade de compartilhar seus sentimentos na carta. Por meio deste trabalho em sala de aula, os alunos-detentos podem ser sensibilizados a participar de uma campanha contra o analfabetismo na unidade prisional.

É possível que haja alunos-detentos que tenham sido alfabetizados em época na vida diferente do convencional e talvez queiram em sala de aula comentar quanto as dificuldades vividas.

Segue proposta para trabalho em sala de aula:

1) Vamos refletir sobre alguns pontos marcantes do filme *Narradores de Javé*:

a. O analfabetismo é também o foco desta história. Qual a importância da leitura e escrita para o futuro dos moradores de Javé?

b. Comente sobre a importância das narrativas orais para a construção das histórias escritas de um povo.

c. Ao relatar a notícia que uma usina seria construída nas terras de Javé, o seu Vado trouxe a seguinte mensagem da capital: “Vamos ter que sacrificar uns tantos para beneficiar a maioria”. Quem são a maioria e quem são os tantos do sacrifício?

d. O que Firmino quis dizer ao declarar “este lugar velho não vale o que o gato enterra”.

e. Segundo as explicações que Zaqueu deu ao povo, o que seria necessário fazer para que Javé não seja inundada?

f. Explique o que são divisas cantadas.

g. As atitudes cometidas no passado por Antonio Biá, motivaram os moradores do vilarejo a expulsá-lo. Mencione alguns destes motivos:

h. Na coleta do primeiro relato javélico, Biá diz para o Seu Vicentino: “uma coisa é o fato acontecido, outra é o fato escrito”. Em que circunstâncias acontece esta cena?

i. O filme se desenrola com uma difícil tarefa para Biá: reunir em uma história cinco versões diferentes, tendo como base as lembranças javélicas, seja sobre o seu fundador Indalécio ou Indaleô e Maria Dina.

Personagem	Versão sobre a fundação de Javé
Seu Vicentino	
Deodora	
Firmino	
Armando Peneré (gênio)	
Narrador negro	

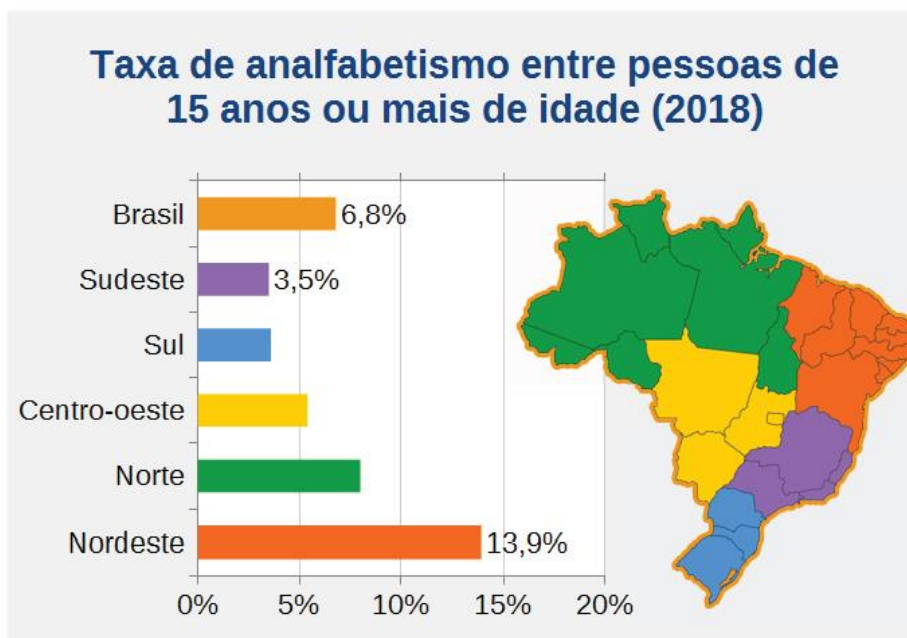
j. Biá se descreve como alguém que só consegue pensar a lápis. A que ele se refere?

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2018, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,8% (11,3 milhões de analfabetos).

1) Observe este índice nos diferentes mapas abaixo:

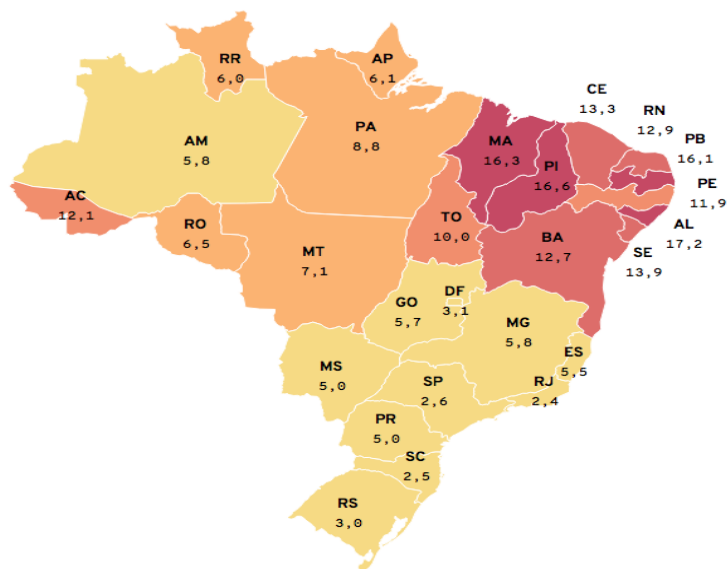
A) Por Região do país:

Figura 8



B) Por Estados do país

Figura 9



Fonte: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/educacao/mapa-analfabetismo-no-brasil/>

2. A meta final do Plano Nacional de Educação é erradicar o analfabetismo até 2024, mas até o momento, esta meta não está próxima de ser alcançada, pois em 2018 ainda havia 11,3 milhões de brasileiros analfabetos.

No início do filme vemos uma pessoa idosa sendo desencorajada pelo seu neto quanto a leitura. E para você houve dificuldades quanto ao acesso escolar? Você foi ou conhece alguém que tenha sido alfabetizado em época na vida diferente do convencional Explique:

3. Quais as razões que você considera ser o motivo de ainda existir regiões no país com um índice tão alto de analfabetismo?

4. O povoado existente no filme Narradores de Javé, assim como muitos povoados no país, possui um alto índice de analfabetismo, a oralidade portanto, é fundamental na sua história de vida.

Em dupla com um colega, reflita sobre os seguintes pontos do filme comparando com a vida real:

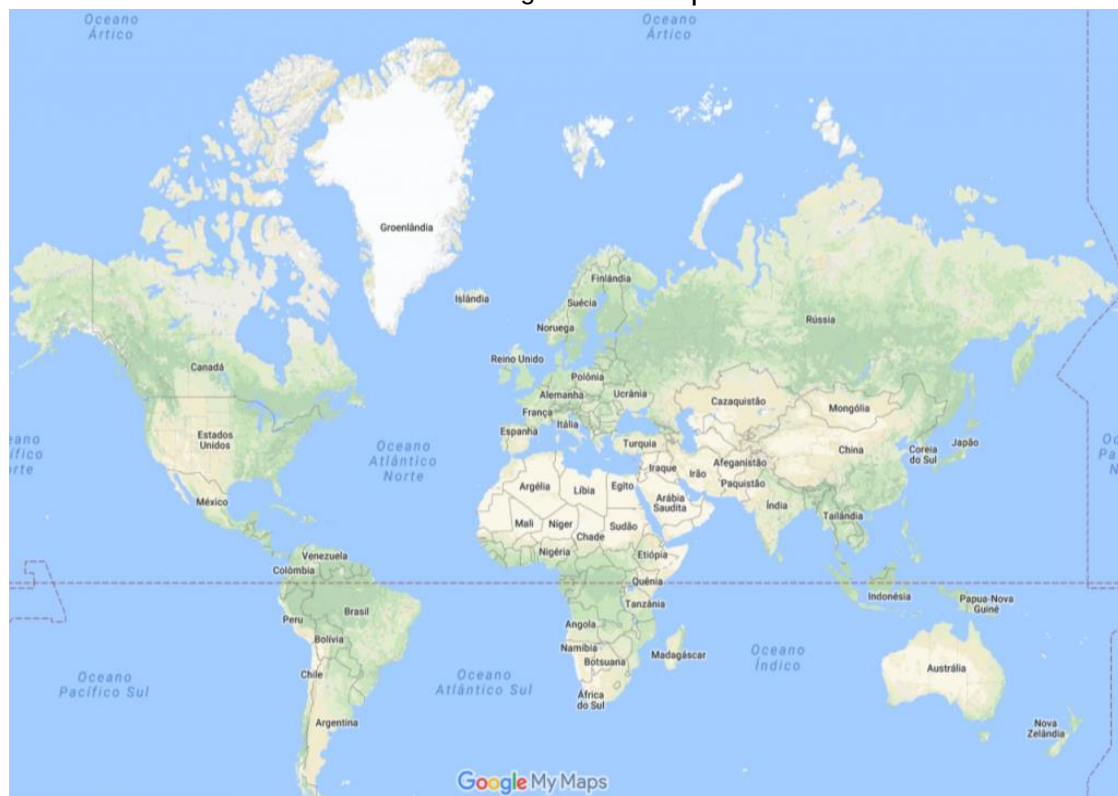
Cena do filme	Descreva se ocorre na realidade e por quê.
Dificuldade das pessoas analfabetas em confiar no que os outros estão escrevendo.	
No filme as divisas das terras eram cantadas.	
Um fato pode ser contado de diferentes formas.	
Narrativas descritas oralmente se tornam fatos históricos.	

5. A demarcação das terras dos moradores de Javé eram feitas pelas “divisas cantadas”, ou seja, o canto legitima a posse da terra. O canto também expressa a cultura de um povo, o Brasil é formado por diferentes povos de imigrantes, advindo de diversos países, os quais trouxeram a diversidade cultural.

Em dupla, reflitam sobre os imigrantes que fazem parte da história do seu Estado ou município e destaque suas contribuições. Em seguida, pesquise no mapa mundi a exata localização de onde estes povos vieram.

Imigrantes	Suas contribuições
1)	1)
2)	2)
3)	3)

Figura 10 – Mapa Mundi



Fonte: <https://www.blogs.unicamp.br/tortaprimordial/sera-que-voce-sabe-ler-o-mapa-mundi/>

6- O Vilarejo de Javé foi ameaçado pela modernidade, o objetivo era construir uma represa que iria inundar o povoado com a águas. Mas o que é uma represa? Pesquise qual a sua importância social para os moradores de uma região?

Para a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu, usina que mais gera energia limpa e renovável no mundo (ITAIPU BINACIONAL, 2019, online) foi necessário a inundação do Salto de Sete Quedas têm chamado Sete Quedas do Rio Paraná.

Figura11- Salto de Sete Quedas



<https://www.mdig.com.br/index.php?itemid=32356>

Figura 12- Itaipu Binacional



<http://opiniaoenoticia.com.br/esta-ata/hidreletrica-de-itaipu/>

Pesquise com os materiais oferecidos pelo professor, os benefícios da Hidrelétrica Binacional Itaipu:

MÚSICA: DIGNIDADE

Sr. Banana

Dignidade é um sentimento inexistente
No coração dessa gente que não sabe o seu poder
O problema é a pobreza que invade a cidade
Que não para que não para de crescer
Passando fome não espere que o homem
Tenha capacidade de refletir e opinar
Ficando muito mais fácil pra quem domina,
Já que o povo se escraviza pra poder se alimentar.

Dignidade já não faz mais parte do vocabulário
Dessa língua que se chama português
Há muito tempo esquecida no Brasil,
Essa palavra significa luta contra o poder
Passando fome não espere que o homem
Tenha capacidade de resistir e enfrentar
Ficando muito mais fácil pra quem domina,
Já que o povo analfabeto não tem como protestar.

Eeeh, dignidade, foi se embora pra onde?
Ninguém sabe onde se esconde.
Eeeh, dignidade, foi se embora pra onde?

Dignidade é um sentimento inexistente no coração
Dessa gente que não sabe o seu poder
O problema é a pobreza que invade a cidade
Que não pára, que não pára de crescer

Passando fome não espere que o homem
 Tenha capacidade de refletir e opinar
 Ficando muito mais fácil pra quem domina,
 Já que o povo se escraviza pra poder se alimentar.
 Passando fome não espere que o homem
 Tenha capacidade de resistir e enfrentar
 Ficando muito mais fácil pra quem domina,
 Já que o povo analfabeto não tem como protestar

Eeeh, dignidade, foi se embora pra onde?
 Ninguém sabe onde se esconde.
 Eeeh, dignidade, foi se embora pra onde?
 Ninguém sabe onde se esconde.

Proposta de trabalho:

Após escutarem a música Dignidade a letra da música deverá ser refletida. Entretanto, é necessário que o professor escute os alunos-encarcerados para depois realizar as suas intervenções.

Colocar em pauta as questões:

1. A dignidade está associada a cidadania? Por quê?
2. A quem o autor se refere que é o dominador e quem é o dominado?
3. Segundo a música quais as formas utilizadas para domínio de um povo?
4. Por que a fome é um empecilho para a conquista dos direitos sociais de um povo?
5. Segundo o autor da música Dignidade, como é possível recuperar a dignidade de um povo?

Dando continuidade as reflexões quanto ao acesso a alfabetização, a música Dignidade aponta a possibilidade do docente aprofundar os motivos que uma pessoa tem acesso à educação em momento diferenciado ao convencional.

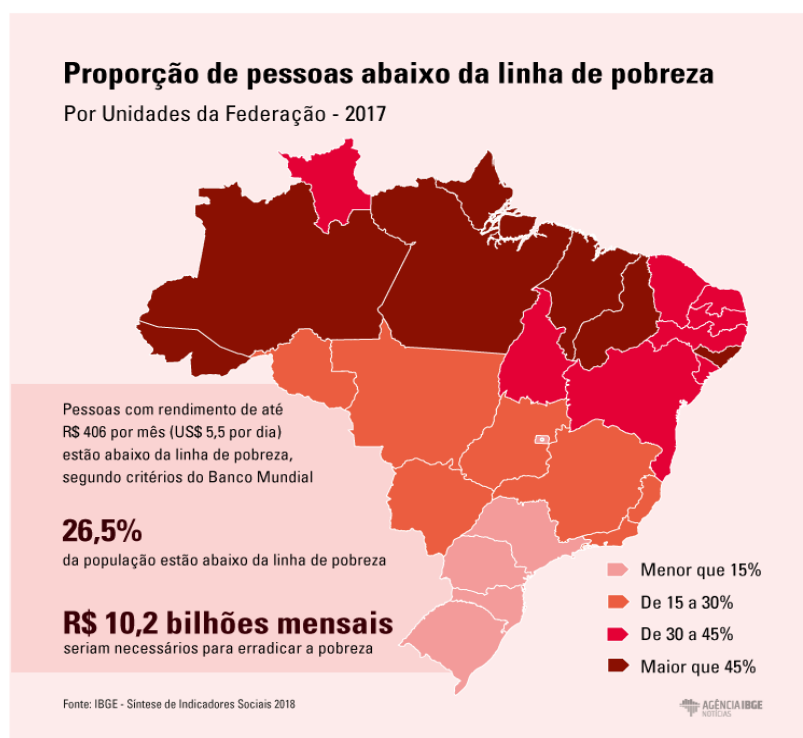
É possível debater ainda sobre questões socioeconômicas. O docente pode levar para a cela de aula revistas, jornais ou retomar o gráfico utilizado na aula anterior, mostrando as regiões com menos acesso as políticas sociais. Incentive os

alunos a refletir e analisar sobre a comunidade aonde estão inseridos.

Conforme dados do IBGE 2018, 54,8 milhões de pessoas que viviam com menos de R\$ 406 por mês em 2017, dois milhões a mais que em 2016. Isso significa que a proporção da população em situação de pobreza subiu de 25,7% para 26,5%.

No nordeste, o índice de pessoas em situação de pobreza é 44,8%, o equivalente a 25,5 milhões de pessoas.

Figura 13 – Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza.



Fonte: [pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017](#)

Segue proposta para trabalho em sala de aula:

1) Com o auxílio de jornais e revistas, pesquise e reflita sobre as condições sociais existentes no seu município ou comunidade. Faça suas anotações para contribuir nas discussões em sala de aula:

a) moradia –

b) emprego –

c) renda-

d) escolaridade-

4) Você conhece a Declaração Universal dos Humanos? Em até três alunos, pesquisem quais são esses direitos, escolham um, aprofundem o estudo para compartilhamento em sala de aula. Utilizem diferentes formas de expressão, teatro, jogral, cartazes etc. para apresentar a compreensão do tema em sala de aula.

Incentivar os alunos a realizarem uma paródia. Paródia é realizar uma recriação de uma obra, normalmente cômica ou crítica, já existente. Neste processo, é possível o professor realizar intervenções quanto à forma correta da linguagem escrita.

Você sabe o que é uma paródia? Paródia é realizar uma recriação de uma obra, normalmente cômica ou crítica, já existente. Neste processo, podem ser realizadas as intervenções quanto à forma correta da linguagem escrita.

Veja um exemplo de paródia feita com a música Anna Júlia (Los Hermanos) feita por alguns alunos da E.E. Antonio Fernandes de Oliveira-Veredinha/MG como atividade da disciplina de português:

Paródia: Amo Leitura

Quem te vê lendo por aí
 Não sabe como é bom...
 Viajar e descobrir
 O mundo dos livros
 Em uma “Cidade de Papel”
 “Perdida” vou ficar
 E com o “Homem do Céu”
 Na “Estrada da noite”
 Lendo um livro sozinho
 E “Cruzando o Caminho”
 Eu me afogo em informação...

Amo leituraaaaaa!

Amo leituraaaaaa!

Fonte: <https://youtu.be/llwptx8jfa4>

Sugere-se que o professor divida a sala em grupos de trabalho, para reflexão, elaboração e apresentação na aula seguinte de uma paródia focando o tema: Direitos Humanos.

PROGRAMA DE TELEVISÃO:

PROFISSÃO REPÓRTER – Exibido em 21/07/2015

Analfabetos adultos do Brasil – comparando dados com os já apresentados.

O objetivo do programa é realizar um retrato do analfabetismo no Brasil. Segundo relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) aponta que o Brasil aparece em 8º lugar entre os países com maior número de analfabetos adultos, ou seja, 13 milhões de analfabetos ou 15% da população adulta do país. No ranking nacional, Alagoinha do Piauí é a cidade com maior número de analfabetos do Brasil, sendo 44% de analfabetos, mas o ministério público investiga como está sendo utilizada e fiscalizada o uso da verba federal Brasil Alfabetizado no município para o combate ao analfabetismo na região.

A reportagem também mostra alguns exemplos de analfabetos adultos que moram no município de São Paulo, levanta alguns motivos para a não frequência às aulas: baixa-estima, difícil acesso as escolas, dificuldades financeiras e cansaço em frequentar a escola após um dia inteiro de trabalho. Já ao término da reportagem aponta as dificuldades diárias na busca de emprego, atuação de professores desta fase de ensino e exemplos de profissionais bem-sucedidos que iniciaram o processo de alfabetização após adultos.

Fonte: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=atoUmCj4NVs>>.

Ao apresentar este programa televisivo, o docente alertará aos alunos para alguns pontos já discutidos sobre o analfabetismo adulto no país e solicitar que assistam com intuito de reflexão para levantarem pontos que estes considerem significativos.

Proposta de trabalho:

Ao apresentar este programa televisivo, o docente alertará aos alunos para alguns pontos já discutidos sobre o analfabetismo adulto no país e solicitar que assistam com intuito de reflexão para levantarem pontos que estes considerem significativos.

Professor, com as questões abaixo, realize um debate em sala de aula sobre alguns pontos expostos no programa:

- ➔ Diferença de analfabetismo e analfabetismo funcional
- ➔ Dificuldades diárias de uma pessoa analfabeta adulta: *fator social: desemprego e *fator emocional: vergonha, desestímulo
- ➔ Uma mãe que utiliza voluntários escribas para auxiliá-la a escrever cartas para o seu filho encarcerado.
- ➔ Segundo o Sr. José, o pai do César, “Papagaio velho não fala mais não”. O que ele quis dizer? Ele estaria certo?

Esclarecendo:

Conforme o Ministério da Educação– MEC “um indivíduo alfabetizado não será aquele que domina apenas rudimentos da leitura e da escrita e/ou alguns significados numéricos, mas aquele que é capaz de fazer uso da língua escrita e dos conceitos matemáticos em diferentes contextos” (INEP, p.160, 2015).

Logo pessoas analfabetas, mesmo tendo competência para leitura simples de números, não conseguem ler ou escrever em seu idioma, entretanto, as analfabetas funcionais, conforme o Instituto Montenegro (2017, online) são aquelas que “ mesmo sabendo ler e escrever algo simples, não tem as competências necessárias para satisfazer as demandas do seu dia a dia e viabilizar o seu desenvolvimento pessoal e profissional”.

- A conclusão desta atividade será a escrita de cartas. O professor deverá dispor de folhas e envelopes de cartas e estimulá-los a uma escrita correta.

Observação: O envio das cartas é feito exclusivamente por meio da unidade prisional, ou seja, é vedado ao professor prestar este serviço.

4.2 PROPOSIÇÃO 2: TRABALHO

PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA BASEADA NA BNCC

Competências desenvolvidas: Conhecimento, Pensamento científico crítico e criativo, comunicação, argumentação, repertório cultural, trabalho e projeto de vida, empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania.

Recursos utilizados: TV com pendrive ou TV e DVD, Aparelho para tocar música, jornais ou revistas sobre os Direitos Humanos, um curriculum vitae para cada aluno preencher.

FILME: A PROCURA DA FELICIDADE

Sinopse:

Chris Gardner (Will Smith) é um pai de família que enfrenta sérios problemas financeiros, os quais afetaram seu relacionamento conjugal e sua esposa, Linda (Thandie Newton), decide partir. Chris agora é pai solteiro e precisa cuidar de Christopher (Jaden Smith), seu filho de apenas 5 anos. Ele tenta usar sua habilidade como vendedor para conseguir um emprego melhor, que lhe dê um salário mais digno. Chris consegue uma vaga de estagiário numa importante corretora de ações, mas não recebe salário pelos serviços prestados.

Sua esperança é que, ao fim do programa de estágio, ele seja contratado e assim tenha um futuro promissor na empresa. Porém devido aos seus problemas financeiros eles sejam despejados.

Chris e Christopher passam a dormir em abrigos, estações de trem, banheiros e onde quer que consigam um refúgio à noite, mantendo a esperança de que dias melhores virão.

Fonte: (filme completo) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=krHi1m5sJul>>.

Proposta de trabalho:

A discussão sobre trabalho e consumo na escola busca explicitar as relações sociais nas quais se produzem as necessidades e os desejos, e os produtos e

serviços que irão satisfazê-los. Conhecer e discutir as formas de realização e organização do trabalho e do consumo, compreendendo suas relações, interações, os direitos vinculados, as contradições e os valores a eles associados, subsidiará a compreensão da própria realidade, a construção de uma autoimagem positiva e uma atitude crítica. Esta temática se propõe a contribuir quanto ao estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos (BNCC, p. 269). Favorece ainda quanto a um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro.

Primeiramente, antes de apresentar o filme *A procura da felicidade*, o docente deverá oportunizar aos alunos-privados de liberdade que exponham sobre as suas profissões, estimulando-os a dizerem sobre o que elas se referem:

➔ É necessário a realização de algum curso específico para ingressar nesta profissão?

➔ Se for necessário uma capacitação específica, após o seu término, como é o ingresso no mercado de trabalho e qual a estimativa quanto ao retorno financeiro?

➔ Quais são as dificuldades existentes nesta profissão?

➔ Quanto tempo o aluno tem de experiência?

O docente fará um registro no quadro, enumerando as profissões relatadas e resumindo em poucas palavras cada relato.

Profissões	Respostas dos Questionamentos

Proposta de trabalho em sala de aula:

1) Ao relatar sobre a sua vida, Chris Gardner, menciona sobre a sua infância e adolescência, sem uma presença paterna. Decorrente disso, Chris fez uma promessa a si mesmo: estar sempre presente na vida da sua prole. Você considera que esta promessa foi cumprida? De que forma?

2) Ao perceber que todas as pessoas ao seu redor são felizes, Chris se questiona o porquê ele não o é. Baseado no filme, qual o indicativo de uma pessoa feliz?

3) Em uma discussão conjugal Chris diz a sua esposa que, diante da realidade vivida, ela é fraca, mas em virtude da resposta recebida, ele a libera do compromisso familiar. Qual foi a resposta dada por ela?

4) Após investir incessantemente por uma entrevista para uma vaga de estágio numa corretora de ações, Chris aparece malvestido, sujo e recém-saído de uma delegacia, mas a afirmação dita por ele impactou aos entrevistadores. Qual foi esta frase? E qual sua postura com relação a ela?

5) Baseado na entrevista do emprego do Chris, relate quais são os erros mais comuns nas entrevistas de emprego que podem vir a ser motivos de reprovação?

6) Mesmo diante de momentos de extremo desespero, de precisar dormir com o seu filho em abrigos e no banheiro do metrô, seu comportamento diante das dificuldades é o diferencial para o sucesso. A integridade foi uma meta alcançada por Chris diante da provação que a vida lhe impôs.

Você consegue identificar duas outras cenas que o personagem demonstra possuir este perfil?

Segundo o dicionário Minidicionário Aurélio (1988, p.290) a palavra integridade vem de íntegro, que significa perfeito, exato, reto, justo.

7) Exponha suas considerações:

a. Chris reconheceu a sua falha quanto a orientação transmitida ao filho, corrigiu sua forma de expressão e transmitiu ao seu filho, aquela que talvez fosse a maior lição: manter-se motivado sempre. Segundo o personagem, os sonhos não devem ser esquecidos, mas trabalhados para alcançar o sucesso.

“[...] nunca deixe ninguém te dizer que não pode fazer alguma coisa, nem mesmo eu. Se você tem um sonho, tem que correr atrás dele. As pessoas não conseguem vencer e dizem o que você não consegue vencer. Se você quer alguma coisa, corra atrás e ponto!” (GARDNER).

b. Mas Chris nem sempre pensou assim, baseado no filme, em qual momento ocorreu esta mudança de perspectiva na sua vida?

8) Quais as virtudes que contribuíram para Chris alcançar o sucesso profissional? E como alcançá-las?

9) Por que o personagem denomina a última parte do filme com o nome de Felicidade?

10) Relate em um texto, sobre as dificuldades e superações que ocorreram na sua vida e os seus anseios de futuro.

MÚSICA: SEMENTE DO AMANHÃ (Nunca Pare de Sonhar)

ErasmO Carlos

Fonte: Disponível em:

<https://www.bing.com/videos/search?q=musica+semente+do+amanha%7e%0d&&view=detail&mid=0326461CB1EDB36BF0940326461CB1EDB36BF094&&FORM=VDRVRV>.

Ontem um menino que brincava me falou
que hoje é semente do amanhã...
Para não ter medo que este tempo vai passar...
Não se desespere não, nem pare de sonhar
Nunca se entregue, nasça sempre com as manhãs...
Deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar!
Fé na vida, fé no homem, fé no que virá!
Nós podemos tudo, nós podemos mais!
Vamos lá fazer o que será...
Vamos lá fazer o que virá....

Proposta de trabalho:

Para dinamizar o tempo de trabalho, o docente já levará para a sala de aula, a letra da música digitada para cada aluno que será colada nos cadernos.

Após lerem e escutarem a música, dividam os versos da música e entregue uma folha de papel sulfite para cada aluno. Estes, individualmente ficarão responsáveis em refletir sobre o verso que ficou designado e expressá-lo da melhor maneira na folha sulfite.

Ao término, deixe então que eles exponham seus trabalhos em sala de aula, estimulando-os a expressarem sua visão de mundo, o qual poderá ser refletida com a participação coletiva.

PROGRAMA DE TELEVISÃO:

SBT: CASOS DE FAMÍLIA: episódio “Sou ex-presidiário e ninguém quer me ajudar a mudar de vida”, parte 4, programa exibido em 11 de outubro de 2016.

O programa casos de família é apresentado por Christina Rocha no SBT todos os dias, das 16h às 17h. É exibido desde 18 de maio de 2004, tem como diretores Galvão França, Rafael Belo, Melissa Ribeiro e Raul Garin. Os produtores são Fabio Pescarelli, Priscila Dempsey, André Caldana, Paloma Sales, Marcio Emendabili e Ariane Machado. E retrata a vida das famílias, com a intenção de aumentar a sua audiência. A apresentadora coloca ordem, conduz a discussão, legitimando a realidade ali presente como algo verdadeiro (CARDOZO, 2008).

Disciplinas como o português tratam o “discurso como prática social”, dentro da leitura, reflexão, oralidade e escrita. O que permite desenvolver um trabalho com diferentes temas, interagindo sujeito e conhecimento (SEED, 2008).

O conteúdo deve partir da realidade do estudante aprisionado, utilizar os recursos disponíveis e permitidos dentro da sala de aula nas prisões. Pensando nisto, o professor irá desenvolver a sua prática de ensino utilizando a fonte midiática televisiva, pois, é uma fonte de aprendizagem e conhecimento, por conta de suas influências nas programações e mensagens emitidas nele. Além de mostrar o que está acontecendo e como vemos na realidade.

Para contemplar o discurso como prática social, a fonte midiática escolhida é

um programa televisivo denominado “Casos de Família”, o episódio escolhido foi ao ar no dia 11 de outubro de 2016, parte 4, “Sou ex-presidiário e ninguém quer me ajudar a mudar de vida”. Aborda a vida das pessoas, em um conjunto de acidentes, apesar do que se gostaria de pensar. Possui uma habilidade valiosa decorrente da capacidade de se colocar no lugar da outra pessoa, já que parte da sua realidade.

Assim, episódio 4 de casos de família permitirá uma leitura geral sobre os acontecimentos, dentro de cada tema acima citado. A apresentadora Christina Rocha não menciona o nome de todos os personagens. O primeiro a participar é o Neto, um ex-presidiário de 22 anos que mora com a irmã também ex-presidiária, ela trabalha como empregada doméstica, diz que foi o único emprego que conseguiu devido ao fato de possuir antecedentes criminais. Christina faz uma série de perguntas para o rapaz, de início ele fala porque foi preso, suas experiências profissionais fora do sistema penal e diz que entrou no mundo do crime por falta de oportunidades. Depois a apresentadora chama a irmã e o cunhado do rapaz para contrapor com o que ele fala.

Os discursos geram inúmeros acontecimentos em seus depoimentos, abrindo diferentes sentidos e convergências de opiniões nos relatos. A apresentadora controla a situação todo momento, interrompendo os diálogos, seja para cortar o assunto ou aprofundar. Todo o tempo eles brigam, dão risadas, fazem piadas, colocando certo humor para quebra a tensão.

Ao longo do período vão surgindo alguns adjetivos para Neto, como folgado, não quer responsabilidade, quer curtir a vida, mas Christina coloca um argumento em defesa do rapaz, dizendo que “Defeito todo mundo tem, errar todo mundo erra, sair de um erro todo mundo sai”. A irmã reconhece que o ex- detento é uma boa pessoa, apesar de tudo que ele aprontou, porém precisa de oportunidades para dar seguimento na vida.

1ª Parte do Programa-Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=LLKYkJg4Hek>

3ª parte do Programa-Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=f1WvowgyMvM>

4ª Parte do Programa-Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=FBatpxiX9fc>

Professor, esta proposta de trabalho aborda a prática discursiva/argumentativa, relatos de experiências dos educandos quanto as suas profissões, postura correta em uma entrevista de emprego, produção textual, reescrita etc.

A proposta desta atividade será trabalhar com o educando sobre o seu egresso a sociedade. Explique que é um curriculum e sua utilidade.

Professor, para conclusão deste tema, faça uma rápida abordagem sobre legislação profissional ou direitos trabalhistas. Sobre este item, sugere-se contactar previamente o setor jurídico da unidade penal e solicitar auxílio do advogado que atende neste local, para este realizar uma palestra sobre um dos temas na classe.

Outra possibilidade é levantar algumas questões de interesse dos alunos, entrevistar o advogado da unidade penal, para na sequência, realizar o feedback aos alunos.

Proposta para trabalho em sala de aula:

1. No Programa Casos de Família Sou ex-presidiários e ninguém me ajuda a mudar de vida - Parte 1, a irmã do Neto, uma ex-presidiária, declara ter dito ao irmão que se ele quiser mudar, ele muda. Baseado no prolongamento deste relato, você considera que esta mudança depende apenas do Neto ou depende de outros fatores para que esta mudança ocorra? Comente.

2. Após conhecer o Neto e ouvir o seu comentário: “Eu não nasci para ser funcionário”, na sua opinião, qual o desejo dele ao enviar currículos para concorrer as vagas de emprego?

3. No segundo caso, é possível perceber palavras pouco respeitosas, das filhas aos pais e o contrário. A que se deve o distanciamento quanto ao vínculo familiar?

4. Há justificativa para a revolta das filhas? Qual o argumento?

5. Segundo as queixas do Seu Zezinho, quais são as dificuldades por ele enfrentadas quanto:

- a. Família
- b. Sociedade
- c. Mercado de trabalho
- d. Projeto das Políticas Públicas

6. Após as explicações da professora sobre o que é um curriculum, sua utilidade e como preenchê-lo, observe abaixo, os 3 exemplos de Curriculum simples.

A professora lhe entregará um modelo, preencha-o e cole no seu caderno, para se necessário, pesquisa futura:

Seguem três exemplos de Curriculum simples:

Figura 14 – CURRICULUM – Exemplo 1

Seu nome

Dados Pessoais:

Endereço
Bairro e cidade
Natural
Estado civil
Data de Nascimento
Telefone
Email

Escolaridade ou formação:

Objetivos:

Já que vão direcionar seu currículo para uma empresa específica, mencione o que você quer dentro dessa empresa. Fale com convicção.

Cursos / Experiência:

E cursos como informática ou idiomas, não esqueça de dizer as escolas e os anos em que cursaram.

Experiências Profissionais:

Locais onde já trabalhou de carteira assinada.

Fonte: <<https://br.pinterest.com/pin/703757879241242388/>>.

Figura 15 – CURRICULUM – Exemplo 2

CURRICULUM VITAE		
Nome completo		Foto
Idade	Estado civil	
Nacionalidade		
Endereço residencial		
Bairro		
Cidade	Estado Sig	
Tel. residencial		
Tel. celular		
Tel. fixado		
E-mail		
ÁREA E CARGO PRETENDIDO		
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
Empresa		
Endereço	Cidade	Estado
Tel.		Período
Cargo	Funções desempenhadas	
Empresa		
Endereço	Cidade	Estado
Tel.		Período
Cargo	Funções desempenhadas	
Empresa		
Endereço	Cidade	Estado
Tel.		Período
Cargo	Funções desempenhadas	

Fonte: <<https://br.pinterest.com/pin/768004542678139531/?lp=true>>.

Figura 16 – CURRICULUM – Exemplo 3

CURRICULUM VITAE		
IDENTIFICAÇÃO		
Nome:		
Endereço:		
Bairro:	Fone:	
E-mail:	Site:	
Cidade:	CEP:	Estado:
Filho de:		
Nacionalidade:	Naturalidade:	
Data de Nascimento:	Estado Civil:	
Identidade:	Cart. Profissional:	Série:
Carteira de Reservista:	Título de Eleitor:	Zona:
CPF:	Carteira de Habilitação:	Categoria:
ESCOLARIDADE		
CURSO 1º GRAU (1ª a 8ª Série):		
Escola:	Período:	
Cidade:		
CURSO COLEGIAL OU EQUIVALENTE:		
Escola:	Período:	
Cidade:		
CURSO SUPERIOR:		
Universidade:	Curso:	
Faculdade:	Período:	
Cidade:		
CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO, PÓS-GRADUAÇÃO, SEMINÁRIOS, PALESTRAS, ETC.		
Assunto:	Período:	
Entidade:		
Assunto:	Período:	
Entidade:		
Assunto:	Período:	
Entidade:		
Assunto:	Período:	
Entidade:		

Fonte: <<https://br.pinterest.com/pin/663225482595879481/>>.

O professor fará uma rápida abordagem sobre legislação profissional ou direitos trabalhistas. Sobre este item sugere-se que ao docente contactar previamente o setor jurídico da unidade penal e solicitar auxílio do advogado da unidade para este realizar uma palestra sobre um dos temas na classe.

Outra possibilidade é levantar algumas questões de interesse dos alunos e o professor entrevistar o advogado, para então ele realizar o feedback aos alunos.

4.3 PROPOSIÇÃO 3: **SAÚDE**

PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA BASEADA NA BNCC

Competências desenvolvidas: Conhecimento, Pensamento científico crítico e criativo, argumentação, repertório cultural, Autoconhecimento e autocuidado, empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania.

Recursos utilizados: TV com pendrive ou TV e DVD, Aparelho para tocar música, jornais ou revistas, cartolinas e pincel atômico.

FILME: CONTÁGIO

Sinopse:

Com simples apertos de mãos um vírus desconhecido e mortal é transmitido a milhares de pessoas, causando mortes repentinas. Enquanto a comunidade médica corre contra o tempo para encontrar a cura, autoridades tentam evitar o pânico, apesar de acontecimentos surpreendentes que surgem durante o filme. O diferencial deste filme é a história ocorrer durante o processo de contaminação e relatar sobre a importância de uma correta higienização diária.

Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u-eGomOPITc>

Proposta de trabalho:

O ensino de Saúde tem sido um desafio para a educação no que se refere à possibilidade de garantir uma aprendizagem efetiva e transformadora de atitudes e hábitos de vida. A BNCC direciona o trabalho das competências autoconhecimento e autocuidado no sentido de que o aluno conheça o seu corpo, tendo o cuidado necessário a fim de manter sua saúde física e emocional e inclusive manter distância de situações de risco.

É necessário que o aluno privado de liberdade primeiramente se reconheça como um ser capaz, mesmo diante de um meio opressor, ter autocuidado com o seu corpo e sua mente. Passar muitos anos isolados da sociedade externa ao ambiente prisional, pode gerar fobia social e dificultar o processo de ajustamento familiar

quando do seu retorno.

O professor primeiramente explorar o conhecimento prévio dos alunos sobre higiene pessoal e a sua importância.

Para conclusão deste tema sugere-se previamente, o agendamento de um profissional da área de saúde que atue na Unidade Penal para após os debates em sala de aula, este possa sanar dúvidas que ainda se fizerem presentes.

Ao término deste trabalho a sugestão é solicitar aos alunos que eles elaborem cartazes para colocar nos banheiros da unidade penal, com o objetivo de conscientização a todos quanto a importância de uma higiene correta das mãos. Poderá ser realizado ainda cartazes sobre a importância da vacina contra o vírus da gripe.

Proposta para trabalho em sala de aula:

1) Relate 2 exemplos de doenças que podem ser evitadas em um ambiente em que muitas pessoas convivem ou transitam diariamente.

2) De que forma a falta da higiene proporcionou a disseminação da doença mencionada no filme?

3) No filme Contágio é apresentado uma sequência de fatos errôneos, ligados a falta de higiene, comuns no dia a dia. Relacione 3 fatos e descreva qual seria a atitude correta que deva ser praticada.

4) No filme vemos uma cena que declara o seguinte: “quando estamos acordados, tocamos o nosso rosto em média 3 a 5 vezes por minuto. Também tocamos em maçanetas e repuxos, assim como uns nos outros ...” Para você, o que significa esta cena?

Fonte: Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Sc_SeonrC0I

5) Os sintomas desta doença letal e desconhecida são sempre os mesmos: tosse, febre, convulsões, hemorragia cerebral e, por fim, a morte. Qual foi a função da OMS (Organização Mundial de Saúde) no combate a esta pandemia mundial?

6) A gravidade da situação e a falta de informações ocasionou pânico generalizado. O que aconteceria aqui na prisão se algo assim ocorresse?

7) No filme Contágio, qual foi a origem do vírus que dizimou milhares de pessoas?

8) Baseado no filme, qual a importância de se achar o paciente zero?

9) Para ler:

- O Ministério da Saúde disponibilizou em seu *site*, um documento sobre como identificar os sintomas e como deve ser o tratamento. Segundo o documento, esta doença inicia-se em geral com febre alta, seguida de dor muscular, dor de garganta, dor de cabeça, coriza e tosse. A febre é o sintoma mais importante e dura em torno de três dias.

INFORMAÇÕES TÉCNICAS E RECOMENDAÇÕES SOBRE A SAZONALIDADE DE INFLUENZA 2019

Com o início da sazonalidade de influenza no Brasil em 2019, o Ministério da Saúde (MS), através de suas áreas técnicas e juntamente com as vigilâncias em saúde municipais, estaduais e do Distrito Federal monitora as ações de prevenção e controle da gripe e informa que:

1. A influenza é uma infecção respiratória aguda, causada pelos vírus A, B, C e D. O vírus A está associado a epidemias e pandemias. É um vírus de comportamento sazonal e tem aumento no número de casos entre as estações climáticas mais frias, podendo haver anos com menor ou maior circulação do vírus. Habitualmente em cada ano circula mais de um tipo de influenza concomitantemente (exemplo: influenza A (H1N1) pdm09, influenza A (H3N2) e influenza B).

2. A gripe, ou influenza sazonal, inicia-se em geral com febre alta, seguida de dor muscular, dor de garganta, dor de cabeça, coriza e tosse. A febre é o sintoma mais importante e dura em torno de três dias. Os sintomas respiratórios como a tosse e outros, tornam-se mais evidentes com a progressão da doença e mantêm-se em geral de três a cinco dias após o desaparecimento da febre. Alguns casos apresentam complicações graves, como pneumonia, necessitando de internação hospitalar. Devido aos sintomas em comum, pode ser confundida com outras viroses respiratórias causadoras de resfriado. (BRASIL, Ministério da Saúde, 2019)

Fonte: Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/marco/19/INFORMA---ES-T--CNICAS-E-RECOMENDA---ES-SOBRE-A-SAZONALIDADE-DA-INFLUENZA-2019-20-03-2019.pdf>

10) Sugere-se previamente, o agendamento de um profissional da área de saúde que atue na Unidade Penal para após os debates em sala de aula, este possa sanar dúvidas que ainda se fizerem presentes.

11) Ao término deste trabalho a sugestão é a elaboração de cartazes para colocar nos banheiros da unidade penal, com o objetivo de conscientização a todos quanto a importância de uma higiene correta das mãos.

- Poderá ser realizado ainda cartazes sobre a importância da vacina contra o vírus da gripe.

MÚSICA: Higiene de Mãos Parodia "Olha a Explosão" MC Kevinho
(Hospital Cardiopulmonar)

A bactéria é terrorista
É especialista
Olha como faz pra combater a tal sinistra.

Tem uma arma poderosa
Fácil de usar
Simples e barata só precisa aculturar.

Pega o álcool gel, me dê a sua mão.
Pode ser também com água e sabão.

Hi-gie-ni-za-ção
Sempre que vir a sujeira na mão
Ou mesmo quando não enxerga não.
É proteção contra infecção
São 5 momentos de prevenção.

Médicos, enfermagem, administração,
Todo hospital sem exceção
Fazendo e lembrando da higienização.

A bactéria é terrorista, é especialista
Olha como faz prá combater a tal sinistra.

Paciente é importante
E o acompanhante
Se faz higiene todo mundo sai contente.
Vamos dar as mãos a segurança minha gente

Pegue o álcool gel me dê a sua mão
Pode ser também com água e sabão

Hi-gie-ni-za-ção
Não ignore esse processo não
Deixe prá lá que é piração,
Pois salvar vidas é a nossa missão.
Não vamos dar mole prá infecção.

Fisio,psico e nutrição
Fono e farmácia sem exceção
Todos fazendo higiene de mãos.

Fonte: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6Z2unFgFcAE>>.

Proposta de trabalho:

No quadro desenvolva com as respostas dos alunos no exercício 3, uma tabela. Após a tabela estar preenchida possibilite aos alunos momentos de reflexão quanto as suas respostas e a importância do autocuidado (saúde física e emocional) em um ambiente recluso.

Proposta para trabalho para sala de aula:

1) Reflita e responde sobre os questionamentos a seguir:

a. Segundo a música, como devemos combater as bactérias?

b. Na segunda estrofe, vemos a palavra aculturar. Você sabe o que significa? Procure seu significado em um dicionário e reescreva o verso, mudando a palavra pelo seu sinônimo.

c. No vídeo que apresenta a música Higienização, vemos os movimentos corretos para lavagem das mãos. Em seguida, relate quais são:

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6Z2unFgFcAE>)

d. Segundo a música, a quem abrange a responsabilidade quanto a preservação da saúde no ambiente hospitalar? E no ambiente prisional?

e. Quais as consequências de se ignorar os procedimentos de higiene?

2) Descreva uma contribuição quanto a importância da higienização do corpo/das mãos nos seguintes ambientes:

Penitenciário –

Escolar –

Hospitalar –

Residencial –

3) Reflita quanto as questões abaixo, para responder oralmente ao

professor:

- a. Com que frequência você lava as suas mãos?
- b. Qual a importância do banho?
- c. Você compartilha toalha ou outros objetos?
- d. Você participa no pátio, do horário de sol?
- e. Em que você dedica a maior parte do seu tempo? Esporte, leitura, música, trabalhos manuais etc.?
- f. Você considera importante ocupar o tempo de maneira construtiva em um ambiente prisional? Por quê?

PROGRAMA DE TELEVISÃO:

1) Programa Bem-Estar - Rede Globo exibido em 13/05/2013

Higienização correta das mãos previne infecções.

Fonte: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xXzGFDM30f8&t=115s>>.

2) Folha da região.com – exibido em 09/05/2012

Infectologista Stelius Fikaris fala sobre a importância da higienização das mãos.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WXnfktmPf_A>.

Hábitos simples como tomar banho, lavar as mãos, cortar as unhas e escovar os dentes estão entre as principais atitudes preventivas para o bem-estar. O banho é indispensável para a saúde inclusive antes e após a visita íntima. Visita íntima é o direito reservado aos presidiários ao encontro privado com o cônjuge ou companheiro, esta é bastante recente em nosso ordenamento jurídico. Regulamentado inicialmente apenas para os presidiários do sexo masculino, pela Lei de Execução Penal (LEP) de 1984, mais tarde o direito foi também estendido às mulheres e aos homossexuais. A visita deverá ocorrer em local reservado, sendo proibida esta ocorrência, nas celas de convivência dos presos.

Quanto a higiene corporal o docente irá propor um trabalho em conjunto com o setor de saúde da unidade penal. Sugere-se que o docente agende com o médico ou com o enfermeiro da unidade penal, uma palestra em sala de aula sobre a

importância da higiene íntima como prevenção a DST.

4.4 PROPOSIÇÃO 4: CIDADANIA/ÉTICA

PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA BASEADA NA BNCC

Competências desenvolvidas: Conhecimento, Pensamento científico crítico e criativo, argumentação, repertório cultural, empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania.

Recursos utilizados: TV com pendrive ou TV e DVD, Aparelho para tocar música, jornais ou revistas, cartolinas e pincel atômico.

Passados 31 anos da promulgação da constituição brasileira, percebemos que a cada dia nos construímos enquanto cidadãos. Ser cidadão é usufruir de liberdade não apenas geográfica, mas de expressão, é ter condições de participação e respeito as suas posições políticas, é se perceber socialmente com os mesmos direitos dos demais membros da sociedade, é sentir-se resguardado contra violações de diversas naturezas.

Posicionar-se como cidadão é exercitar a consciência cidadã individual, respeitando regras sociais pré-estabelecidas, assumindo comportamentos que favoreçam o bom convívio social. Movimentos populares como os cara pintadas, que se mantinham contra um sistema político instaurado em 1992 no país, os quais exigiam impeachment de um presidente, o movimento Chico Mendes exigia proteção ao meio ambiente e justiça social e o movimento Ação Cidadania Contra a Miséria e pela Vida, liderado pelo antropólogo Betinho, são exemplos práticos de propostas cidadãs.

A ética trata sobre um conjunto de normas ou regras quanto ao comportamento humano, sobre condutas consideradas certas ou erradas e sobre o respeito ao próximo. É de suma importância se trabalhar de forma reflexiva sobre a ética e a cidadania para desenvolver no aluno a sua criticidade e autonomia

Na BNCC, a competência responsabilidade e cidadania está inserida em todas as áreas de conhecimento, nesta atuação sugere-se atividades que estimule uma proposta cidadã por meio de reflexões quanto as suas atitudes, quanto as do próximo

e proponham soluções a problemas do seu cotidiano escolar ou social. A reconstrução a autonomia intelectual perdida no momento do aprisionamento é trazida à tona ao se abordar conceitos sócio-políticos, preparando o privado de liberdade para o retorno ao convívio social.

FILME: A REVOLUÇÃO DOS BICHOS

Sinopse:

Os animais moradores da Granja do Solar, revoltados com seu proprietário, o senhor Jones, que devido ao vício do álcool, não cuidava adequadamente dos animais, nem os alimentava, mas os explorava com trabalhos exaustivos.

Os animais, liderados pelo porco Major, que segundo ele, teria sonhado que por meio da união dos porcos da fazenda, uma grande revolução seria desencadeada gerando a liberdade dos animais. Durante uma reunião dos animais, no celeiro, para tratar sobre o assunto, todos se vêem surpreendidos pelo senhor Jones, que pega a sua espingarda e acidentalmente dispara e mata o porco Major, os animais então se revoltam e uma revolução se inicia.

O primeiro passo foi expulsar os humanos da propriedade e de posse da terra, sob o comando do porco Snowball (Bola de Neve), os ideais do Major são colocados em prática, mas o porco Napoleão, realiza um golpe hierárquico, ao banir Snowball, ele assume o seu lugar no comando, decretando assim, uma série de novas regras.

Fonte: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dYPYXhhtSyA>>.

Proposta de trabalho:

- ➔ A proposta é promover no aluno reflexão crítica, incentivando-o ao desenvolvimento de uma autonomia criativa, portanto, planeje com a equipe pedagógica o acesso dos alunos a leitura desta obra, antes do trabalho com o filme, para que eles tenham a possibilidade de também analisar o acesso as informações.
- ➔ Como na maioria das unidades penais os detentos não têm acesso à pesquisa em laboratórios de informática, sugere-se que o professor faça uma pesquisa sobre quem foi George Orwell e compartilhe com a classe.

➔ Convide o professor de história para explicar sobre os conceitos sócio-políticos abordados pelo autor.

Proposta para trabalho em sala de aula:

1. A dominação geralmente é realizada sem que o dominado tenha consciência do que está acontecendo, no caso da obra A Revolução dos Bichos, sempre houve este tipo de consciência dos bichos? Se não houve de que forma ela ocorreu?

2. Na vida real, ocorre alguma forma de dominação entre patrões e proletariado? Como é realizada?

3. Qual foi o objetivo da revolução? Explique.

4. Qual o motivo do código de leis para os animais?

5. Napoleão, com a ajuda de Squealer consegue derrubar Snowball (Bola de Neve) do poder, qual foi sua estratégia?

6. Na sua opinião, qual o animal que representa ser alienado, que segue as ordens do líder sem questionar?

7. Na vida real, você considera que existam eleitores que movidos por impulso ou assistencialismo, não refletem adequadamente antes de votar nas eleições? Comente.

8. Após chegar ao poder o líder Napoleão manteve seus princípios? Por quê?

9. Após eleitos, alguns representantes do povo, deixam de escutar os seus eleitores e votam em leis, baseado apenas em suas opiniões pessoais ou do seu líder partidário. Qual a sua opinião?

10. Solicitar que os alunos analisem os personagens abaixo, escrevam suas características e os ensinamentos por eles transmitidos no filme A Revolução dos Bichos:

Personagem	Características	Ensinamentos
Benjamin		
Bola de Neve		
Cachorros		
Garganta		
Mimosa		
Moisés		
Napoleão		
Sansão		
Sr. Jones		
Velho Major		

PROGRAMA DE TELEVISÃO:

Secretaria da Educação: Ética e moral

O jurista e professor Luiz Flávio Gomes, apresenta e realiza uma síntese do 5º capítulo do livro Ética para amador. Neste capítulo o professor Luiz aborda sobre a distinção entre os conceitos de ética e moral, bem como a relação existente entre eles. Segundo o professor, “moral diz respeito aos comportamentos concretos, já a ética é a arte ou a filosofia que tenta explicar os valores morais seguidos e se estes estão certos ou errados”.

Este vídeo foi utilizado, no primeiro semestre de 2016, no Formação em Ação, como material didático do Departamento de Gestão Educacional (DGE) da SEED-PR.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=Bb6LsUJTc0>.

Proposta de trabalho:

Refletir em sala de aula sobre os ensinamentos da ética e moral:

1) Segundo o professor Luiz Flávio Gomes, “nós temos liberdade, uma certa liberdade de decidir as coisas.” O que ele quis dizer com esta frase?

2) Conforme o professor quais são as regras básicas da ética expostas pelo apresentador? Questionar se os alunos concordam com elas?

3) Para complementar esta reflexão escreva no quadro a visão de um outro educador, segue um pensamento de Cortella (2010, p. 106).

“A ética é o conjunto de princípios e valores da nossa conduta na vida junta. Portanto, ética é o que faz a fronteira entre o que a natureza manda e o que nós decidimos. A ética é aquilo que orienta a sua capacidade de decidir, julgar, avaliar.” (CORTELLA, 2010, p. 106).

4) Em duplas peça para os alunos refletirem sobre a definição de ética apresentada por Cortella (2010, p. 106).

Fonte: CORTELLA. Mario Sergio. Qual é a tua obra? inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. 9. ed. – Petrópolis, RJ, Vozes, 2010.

4.5 PROPOSIÇÃO 5: MEIO AMBIENTE

PROPOSIÇÃO METODOLÓGICA BASEADA NA BNCC

Competências desenvolvidas: Conhecimento, Pensamento científico crítico e criativo, argumentação, repertório cultural, empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania.

Recursos utilizados: TV com pendrive ou TV e DVD, Aparelho para tocar música, jornais ou revistas, cartolinas e pincel

FILME: A ILHA DAS FLORES

Sinopse:

O documentário brasileiro Ilha das Flores, dirigido por Jorge Furtado, utiliza apenas 13 minutos para mostrar a trajetória de um tomate, desde o seu plantio até o seu destino, o aterro sanitário e o espectador pode observar a surpreendente realidade de algumas pessoas que sobrevivem de restos rejeitados pelos porcos.

Proposta de trabalho:

1) O docente deverá verificar se os alunos-detentos já conhecem este curta-metragem, caso não tenham conhecimento poderá ser assistido por duas vezes. Na primeira vez, o aluno detento terá acesso à informação, já na segunda vez, este deverá realizar anotações quanto a fatos considerados por ele importantes para serem explorados na discussão.

2) Disponibilizar aos alunos revistas, jornais, uma cartolina por dupla, para que os alunos sejam os curadores na busca de informações, notícias. É importante que o professor contribua no processo curador dos alunos para que a atividade e consequentemente a aprendizagem seja enriquecida.

Cada dupla de alunos, realizará uma pesquisa sobre alguns movimentos de classe, como por exemplo: o movimento negro, o movimento estudantil, o movimento de trabalhadores do campo, movimento feminista, movimentos ambientalistas etc. Cada grupo fará a exposição das pesquisas, com possibilidade de debates sobre cada movimento social apresentado: origem, campo de atuação,

conquistas etc.

Proposta para trabalho em sala de aula:

1) Faça um breve comentário por escrito, sobre os pontos descritos abaixo, do documentário Ilha das Flores.

- O trajeto do lixo (tomate) até a Ilha das Flores
- Contribuições dos imigrantes na agricultura familiar
- A história nos mostra ainda uma definição para seres humanos. Explique. (a utilização do opositor indicador e o telencéfalo desenvolvido).

2) Responda:

- Qual a importância do dinheiro ao longo desta história?
- Por que os judeus foram escolhidos como exemplos de seres humanos?
- Você conhece algum espaço/local onde são colocados os lixos da cidade (aterro sanitário)?
- Qual o impacto ambiental que o aterro sanitário provoca próximo as áreas urbanas?
- Qual a sua visão quanto a realidade da Ilha das Flores, exposta neste documentário?

3) Em grupo realize uma pesquisa sobre alguns movimentos de classe, como por exemplo: o movimento negro, o movimento estudantil, o movimento de trabalhadores do campo, movimento feminista, movimentos ambientalistas etc. Cada grupo fará uma apresentação em sala de aula sobre a origem, campo de atuação, conquistas etc. dos movimentos pesquisados.

MÚSICA: PLANETA AZUL- CHITÃOZINHO E XORORÓ

A vida e a natureza sempre à mercê da poluição
Se invertem as estações do ano
Faz calor no inverno e frio no verão
Os peixes morrendo nos rios
Estão se extinguindo espécies animais
E tudo que se planta, colhe
O tempo retribui o mal que a gente faz.

Onde a chuva caía quase todo dia não chove nada
O sol abrasador rachando o leito dos rios secos
Sem um pingo d'água
Quanto ao futuro inseguro
Será assim de Norte a Sul
A Terra nua semelhante à Lua.

O que será desse planeta azul?
O que será desse planeta azul?

O rio que desse as encostas já quase sem vida
Parece que chora um triste lamento das águas
Ao ver devastada, a fauna e a flora
E tempo de pensar no verde
Regar a semente que ainda não nasceu
Deixar em paz a Amazônia, preservar a vida
Estar de bem com Deus.

Onde a chuva caía quase todo dia
Já não chove nada
O sol abrasador rachando o leito dos rios secos
Sem um pingo d'água.

Quanto ao futuro inseguro
 Será assim de Norte a Sul
 A Terra nua semelhante à Lua.

O que será desse planeta azul?
 O que será desse planeta azul?

Fonte: Disponível em: <<https://youtu.be/EL4tomPc9-s>>.

Segue proposta para trabalho em sala de aula:

- 1) Há intencionalidade nas expressões artísticas. Na sua opinião, qual foi a intenção do autor ao escrever esta música?
- 2) Segundo o autor, a poluição é o motivo da destruição da natureza. O ser humano tem influência neste cenário? De que forma?
- 3) O que significa o rio chorar pela fauna e flora?
- 4) Por que o autor menciona “A Terra nua semelhante à Lua”?
- 5) Segundo o autor, qual a representação para se “estar de bem com Deus”?

PROGRAMA DE TELEVISÃO: ISOPOR TAMBÉM PODE SER RECICLADO PORQUE DERIVA DO PLÁSTICO – Jornal da Gazeta 24/08/09

Também conhecido por Poliestireno Expandido-EPS, o isopor é um tipo de plástico, composto por 90% de ar e pode ser reciclado. Segundo reportagem do Jornal da Gazeta do Povo (24/08/14) a reciclagem deste produto transforma o isopor em matéria prima para a fabricação de novos produtos como: rodapé e moldura para quadros, etc. Entretanto, apenas 8% é reciclado e o restante é descartado nos lixões ou aterros sanitários e compromete o meio ambiente.

Após reciclado, o isopor é encaminhado para empresas que atuam nesta área, a reportagem apresenta uma empresa em Guarulhos responsável por 80% de todo o isopor reciclado no Brasil, mas é necessário que a população tenha o hábito de reciclar corretamente a fim de que este e outros materiais possam ser

devidamente reaproveitados.

Conforme Brasil (2014) estima-se que a produção de lixo produzido por todas as pessoas do planeta, ou seja, 7 bilhões de pessoas, tenha alcançado a marca 1, 4 bilhão de toneladas de resíduos sólidos e estes números tendem a aumentar conforme o aumento populacional, o que vem a causar sérios impactos ambientais.

A BNCC aborda na sétima competência geral, o respeito, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. A décima proposta vem complementar este item do trabalho, já que são abordados princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: <https://youtu.be/pcFtuA-WDMw>

<https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/residuos-solidos/mundo-rumo-a-4-bilhoes-de-toneladas-por-ano>

Proposta de trabalho

Em muitas unidades penais, os privados de liberdade recebem a sua alimentação em marmitas de isopor, tanto no almoço quanto no jantar. Para que as marmitas de isopor possam ser descartadas como lixo que não é lixo, é necessário que estas sejam lavadas, o que no momento não acontece em maior parte das unidades penais.

O docente poderá propor uma campanha de conscientização ambiental na unidade penal. Os alunos detentos da escola seriam os compartilhadores da informação, seja por conversas nas celas, nos pátios de sol, por cartazes e outras estratégias que os próprios alunos possam sugerir e que tenham a aprovação da chefia de segurança no local.

Outra sugestão é o professor, com a devida autorização dos seus superiores, contatar a cooperativa de recicláveis do município para agendar a busca deste material. É importante que o professor já tenha adquirido ou solicitado com antecedência a direção da unidade, sacos de lixo maiores para o armazenamento das marmitas lavadas, desta forma o próprio aluno será o protagonista deste projeto.

Figura 17- Reciclagem de isopor de marmitas vira fonte de renda para detentos na região de Curitiba



Fonte: <https://www.gazetadopovo.com/curitiba/reciclagem-isopor-de-marmitas-detentos-regiao-curitiba/>

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser um educador atuante na Educação de Jovens e Adultos para privados de liberdade é um grande desafio, pois trazer à sala de aula temas problematizadores que incentivem a autonomia reflexiva nem sempre é visto com simpatia em um ambiente repressor ou de opressão.

A cada aula apresentada muitas pesquisas são realizadas e o professor torna-se um curador de conhecimento, entendendo que este é um profissional que possibilita novas relações em sala de aula, é ele que fomenta discussões quanto aos conteúdos específicos da sua disciplina. Ele realiza e possibilita, a sua classe de alunos privados de liberdade, um material que tenha passado por um processo de pesquisa, de seleção de conteúdo, proporcionando uma análise crítica e contextualizada com o intuito de compartilhar sempre uma informação atualizada.

Diante disto, o intuito desta pesquisa foi realizar uma proposta prática sobre curadoria de conhecimento voltado a prática educativa, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, focando ainda a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de forma a contribuir junto ao docente, quanto ao seu desenvolvimento metodológico, dentro do sistema prisional, aproveitando as ferramentas tecnológicas da educomunicação, possíveis de serem utilizadas em salas de aula num contexto educacional diferenciado.

Por meio da Educomunicação se possibilita a problematização em sala de aula de temas comuns a EJA, de forma disciplinar e transdisciplinar, por meio de discussões, e na produção de conhecimentos a serem compartilhados no ambiente escolar e que contribuam no processo ressocializador dos alunos detentos.

Constata-se que o objetivo geral foi atendido porque efetivamente o trabalho apresenta um produto (um livro) para ser disponibilizado a docentes de diferentes disciplinas da modalidade da Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade, contendo uma proposição metodológica composta por 5 filmes, 5 canções e 5 programas televisivos, cujos temas são pertinentes a práxis do professor curador atuante no sistema prisional.

Os critérios adotados para a escolha dos filmes, canções e programas televisivos foram aplicabilidade e disponibilidade de acesso. Aplicabilidade,

pois apresentam contribuições relevantes e condizentes quanto ao público de pessoas reclusas adultas, favorecendo a reflexões e gerando aprendizagens significativas. Disponibilidade de acesso, pois estes materiais devem ser de fácil acesso aos educadores, no momento da busca.

Dentre os objetivos específicos, primeiramente o foco inicial era contextualizar sobre o processo histórico-social-político percorrido pela Educação e pela EJA no Brasil, ele foi atendido no segundo capítulo, ao apresentar uma retrospectiva da educação e seus embates por um ensino de qualidade no país, desde a colonização portuguesa até os dias atuais.

Na sequência do tema abordado, tivemos como objetivo analisar a EJA no sistema formal diferenciando sua atuação no sistema penitenciário. Trabalhar com jovens e adultos é estar aberto a repensar sua prática escolar diariamente, pois o aluno adulto possui conhecimentos e capacidade reflexiva que não pode ser desprezada.

Pensar na EJA nos traz a mente a palavra exclusão, para os privados de liberdade este sentimento é uma realidade. É na escola que o aluno encarcerado se percebe como alguém mais próximo a quem ele era quando em liberdade, possivelmente, porque no ambiente escolar este indivíduo é conhecido pelo seu nome e não por um número, ele pode retirar as máscaras e se expressar. O professor então, pelo código de honra dos presídios, é respeitado e imitado com orgulho, até mesmo nas unidades em que o atendimento é realizado por monitores.

Uma unidade prisional que não investe em uma ação educativa decreta aos detentos que nela estão inseridos, ações reincidentes na criminalidade. Neste mundo globalizado, por meio das mídias, recebemos inúmeras informações. A informação e o conhecimento são bens preciosos, mas não basta apenas tê-los, é preciso pesquisar e identificar se a fonte é confiável, contextualizar a informação, dando-lhe o valor necessário, para um compartilhamento seguro, a este processo denomina-se curadoria, o qual faz parte do terceiro capítulo.

Atualmente a curadoria tem o seu significado ampliado para além do meio artístico ou jurídico, adentrando em campos como a informação, digital e de conteúdo. Bhargava (2009) deixa claro o conceito de curador de conteúdo, que claramente pode ser inserido no âmbito educacional, “um curador de

conteúdo é alguém que encontra, agrupa organiza e compartilha o melhor e mais relevante conteúdo sobre um assunto...”

A curadoria de conhecimento em âmbito educacional, percebe o professor curador, como um mediador entre um conteúdo significativo, reflexivo, contextualizado e o seu aluno. Ao professor curador, cabe usufruir de diversas fontes para fomentar discussões quanto aos conteúdos específicos de cada disciplina e aprimorar o processo de ensino e aprendizagem.

Ao apresentar uma proposta de curadoria de conhecimento na prática educativa e utilizando a Base Nacional Comum Curricular, para atuação no âmbito prisional, percebe-se a importância da educomunicação como um canal de contribuição para que reflexões contextualizadas sejam apresentadas e realizadas em sala de aula.

A educomunicação é uma proposta cujo reconhecimento internacional vem ocorrendo desde a década de 70, sendo seus propulsores os Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, os quais realizaram a inserção nos seus programas curriculares. Em 2007, percebendo a importância desta atuação pedagógica a França também insere esta proposta nos seus programas curriculares obrigatórios.

No Brasil, esta nova área de conhecimento, vem crescendo, fomentando pesquisas e proporcionando um novo olhar a dinâmica da construção de saberes e ampliando a leitura crítica do mundo. Assim, explorar o estímulo e o interesse do aluno, quanto ao trabalho com canções, programas televisivos e filmes, vão além do acesso como entretenimento, já que possibilitam não apenas o conhecimento quanto a questões dedutivo lógico, acesso à cultura, mas uma prática reflexiva sobre diversas competências.

Para o sucesso do processo educativo é necessário que se fomente, no ambiente escolar, diálogos participativos e democráticos, mediado por um professor que propicie um compartilhamento de informações contextualizado e invista em reflexões, possibilitando ao aluno encarcerado construção de saberes, que gerem senso crítico e autonomia reflexiva.

Investir na autonomia reflexiva do educando, é investir na sua formação ou reconstrução social e este processo pode alterar não apenas o futuro de uma pessoa, mas de uma sociedade. O contrário a este investimento educativo, pode ocorrer um fator inverso ao proposto nas assistências

elencadas na LEP e no egresso à sociedade, este detento pode apresentar comportamento institucionalizado ao vivido no ambiente prisional, abrindo ou aprofundando o abismo no espaço sócio familiar e o fracasso do tratamento penal poderá ser percebido por meio das reincidências criminais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ADUFG. **Somente uma das 20 metas do Plano Nacional de Educação foi alcançada integralmente em 4 anos**. Publicado em: 07 jul. 2018. Disponível em: <<http://www.adufg.org.br/noticias/somente-uma-das-20-metas-do-plano-nacional-de-educacao-foi-alcançada-integralmente-em-4-anos/?periodo=2009-03>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

AGÊNCIA BRASIL. Brasil é o 4º país em número de usuários de internet. **Revista Exame on-line**, 03 out. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/brasil-e-o-4o-pais-em-numero-de-usuarios-de-internet/>>. Acesso em: 31 maio 2019.

AGUIAR, Alexandre. Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade: perspectivas e desafios. **Universidade Fumec**, Belo Horizonte, ano 6, n. 7, p. 101-121, jul/dez 2009.

ALEGRIA, Tânia Sofia Rodrigues. **O Papel da Curadoria como difusora de Arte Contemporânea**. 2013. p. Tese de Mestrado - Universidade de Açores, Ponta Delgada, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.uac.pt/...3/.../DiessertMestradoTaniaSofiaRodrigues/Alegria2014.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

ALVARENGA, Maria Soares de. A Educação De Jovens e Adultos no PNE 2014-2024: entre os ajustes econômicos e os direitos sociais na atual conjuntura de crises no Brasil. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 13, n. 33. Disponível em: <<http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/2434/1326>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

AMARAL, Adriana. Curadoria de informação e conteúdo na web: uma abordagem cultural. In: CORREA, Elizabeth Nicolau Saad (org.). **Curadoria digital e o campo da comunicação**. São Paulo: ECA/USP, 2012.

ANDERSON, Steven W. **Content Curation** - how to avoid information overload. Corwin Connected Educators Series. USA: Sage Publications Ltd., 2015.

ANDREOTTI, Azilde Lina. A administração escolar na era Vargas e no Nacional Desenvolvimentismo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.102–123, 2006.

ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. Tempo Escolar e Organização do Trabalho Pedagógico. **Em Aberto**, Brasília, v. 25, n. 88, p. 83-97, jul./dez. 2012. Disponível em:

<<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2587/2496>>. Acesso em: 31 out. 2018.

AURÉLIO, Minidicionário da língua portuguesa. 2ª edição revista e ampliada do minidicionário Aurélio. Editora Nova Fronteira, 3ª impressão. Rio de Janeiro, 1988.

BALTAR, Marcos Baltar; GASTALDELLO, Maria Eugênia T.; CAMELO, Marina A. LIPP, Bárbara M. Rádio escolar: uma ferramenta de interação socio-discursiva. **Rev. Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 8, n. 1, p. 198. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-63982008000100009&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 24 jul. 2019.

BARBOSA, Nicole Cunha. **Língua e Canção**: uma proposta de tarefa com canção no ensino de português como língua adicional. Porto Alegre: UFRS, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40457/000826908.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

BARTES, Tony. **Educar na era digital: design, ensino e aprendizagem**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2016.

BHARGAVA, Rohit. **Manifesto para o curador de conteúdo**: o próximo grande trabalho de mídia social do futuro? Disponível em: <<https://translate.google.com/translate?hl=pt-PT&sl=en&u=https://www.rohitbhargava.com/2009/09/manifesto-for-the-content-curator-the-next-big-social-media-job-of-the-future.html&prev=search>>. Acesso em: 10 out. 2018.

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

BRÄCHER, Andréa. **Os leilões de obras de arte em Porto Alegre (1960-1989)**: valorização e legitimidade. 2000. Tese de Mestrado do Programa de Pós-graduação em artes visuais – UFRS, Porto Alegre, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional da Educação 2014-2024**. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

_____. Câmara dos Deputados. **Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/RegMinTratRec.html>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Encarceramento não reduz a criminalidade.** 10 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81755-encarceramento-nao-reduz-criminalidade-diz-diretor-geral-do-depen>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

_____. **Constituição Federal de 1988.** Brasília: Casa Civil. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.html>. Acesso: 11 out. 2018.

_____. **Infopen - Informações penitenciárias consolidarão base de dados nacional.** Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/integracao-das-informacoes-penitenciarias-vai-consolidar-base-de-dados-nacional>>. Acesso em: 17 out. 2018.

_____. **Infopen - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.** Junho/2016. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-inf>>.

_____. **Inspirada em célebre educador, estudantes aprende sobre a vida ao ensinar adultos a ler.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/39711-metodo-paulo-freire>>. Acesso em: 01 nov. 2018. IBGE, Agência de Notícias.

_____. **Analfabetismo cai em 2017, mas segue acima da meta para 2015.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>>.

_____. **Há 726.712 pessoas presas no Brasil.** Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil>>. Acesso em: 17 out. 2018.

_____. Lei 7.210. **Lei de Execução Penal.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210compilado.htm Acesso em: 10/11/2019.

_____. **Lei 9.394:** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.html>. Acesso em: 11 out. 2018.

_____. Ministério da Educação - **CONFITEA'S:** Breve Histórico. Disponível em: <http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/breve_historico.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Educadores e educandos:** tempos históricos / elaboração: Maria Abádia da Silva. –

Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/documentos-pdf/48511-02-educadores-educando-correcao-web/file>>. Acesso em: 03 out. 2018.

_____. Ministério da Justiça - **Lei de Execução Penal 7.210**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10029-lei-7210-11-julho-1984&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. **Legislação Informatizada - Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957 - Publicação Original**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3274-2-outubro-1957-354632-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Presidência da República- Casa Civil- Lei 12.433 de 29/06/2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.html>. Acesso em: 26 out. 2018.

_____. TJDF. **Pena privativa de liberdade x Pena restritiva de direitos**. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/pena-privativa-de-liberdade-x-pena-restritiva-de-direitos> Acessado em 10/11/2019.

BRASILEIRO, Adelaide Lais Parente Brasileiro. **EJA Currículo e Totalidade**. II Conferência do Fórum de EJA, 1958. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/88219188-Eja-curriculo-e-totalidade.html>>. Acesso em: 10 out. 2018.

Brites, Maria José; AMARAL, Inês; CATARINO, Fernando. A era das “fake news”: o digital storytelling como promotor do pensamento crítico. **Journal of Digital Media & Interaction**, v. 1, n. 1, p. 85-98, 2018. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/8949/2018_Brites_Amaral_Catarino_AEraDasFakeNews.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 jul. 2019.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Definição de Curadoria**: Os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. Disponível em: <www.ibermuseum.org/.../2015/07/Unidad1TextoDefinicao-de-Curadoria.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BUCCI, Michele Nasu Tomiyama. Linguagem coloquial e culta. Disponível em: <http://www.facom.ufu.br/~michele/LC/Linguagem%20Coloquial%20e%20Culta%20-%20Aula%2008.pdf> Acessado em 19/10/2019.

BULGRAEN, Vanessa Cristina. O Papel do Professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento. **Revista Conteúdo**, Capivari, v. 1, n. 4, ago./dez. 2010. Disponível em:

<http://www.moodle.cpscetec.com.br/capacitacaopos/mstech/pdf/d3/aula04/FO_P_d03_a04_t07b.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BULHÕES, Maria Amélia (org.). **As Novas Regras do Jogo: O sistema de arte no Brasil**. Editora Zouk, 2014.

CALFA, Natália Leone Rosa. **Excesso e Consumo Informativo em Tempos Digitais**. 2012. Curso de Especialização em Gestão Integrada da Comunicação Digital para Ambientes Corporativos - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARA, Daniel. Entrevista ao Programa Desafios da Educação - **Avaliação do primeiro ano do Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7Hle_hoUWjo>. Acesso em: 11 nov. 2018.

CHARLEAUX, João Paulo. O acesso dos presos à educação nas cadeias brasileiras. **Nexo Jornal on-line**. 08 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/08/O-acesso-dos-presos-à-educacao-nas-cadeias-brasileiras>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

CITELLI, Adilson. Comunicação e educação: convergências educomunicativas. **Revista comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, vol. 7, n. 19, p. 67-85, jul. 2010. Disponível em: <https://bdpi.usp.br/bitstream/handle/BDPI/32371/art_CITELLI_Comunicacao_e_educacao_2010.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jul. 2019.

COELHO, Roseana Moreira de Figueiredo; VIANA, Marger da Conceição Ventura. A utilização de filmes em sala de aula: um breve estudo no instituto de ciências exatas e biológicas da UFOP. **Revista da Educação Matemática da UFOP**, Vol. I, 2011 - X Semana da Matemática e II Semana da Estatística, 2010. Disponível em: <http://www.pucrs.br/ciencias/viali/tic_literatura/filmes/C13.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2019.

CORRÊA, Elizabeth Saad; RAPOSO, João Francisco. **Curadoria de conteúdo na comunicação contemporânea: muito além do CTR L+C+CTRL+V**. Anais do XI Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, Abrapcorp, 2017.

CORREA, Elizabeth Saad; BERTTOCCHI, Daniela. **O Algoritmo Curador: o papel do comunicador num cenário de curadoria algorítmica de informação**. 2012. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2852>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

CORREIA, Ana Paula. As múltiplas facetas da curadoria de conteúdos digitais. **Revista Docência Ciberultura**, 2019. Disponível em: <<http://doi.org/10.12957/redoc.2018.36884>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

_____. Como criar e manter interações de qualidade em cursos on-line? - O potencial da moderação por pares e curadoria. **EAD em foco**: Revista científica em Educação a Distância, Rio de Janeiro, Brasil, vol. 7, n. 1, 2017.

CORTELLA, Mario Sérgio; DIMESTEIN, Gilberto. **A Era da Curadoria**: O que importa é saber o que importa. Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2015.

CORTELLA, Mario Sérgio. **A Era da Curadoria**: O que importa é saber o que importa. Entrevista no Café Filosófico CPFL - TV Cultura. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9CLXe6nzzg0&t=22s>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

CORTELLA, M. S. Qual é a tua obra? Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. 9ed. – Petrópolis, RJ, Vozes, 2010.

CORTES, Tanisse Paes Bóvio Barcelos (org.). Educação Midiática, Educomunicação e Formação Docente: parâmetros dos últimos 20 anos de pesquisas nas bases scielo e scopus. **Educ. Ver**, vol. 34., Belo Horizonte, MG, 2018. Epub 22-Out-2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698200391>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

CURY, Carlos Alberto Jamil. **Parecer 11/2000 quanto as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

DINIZ, Beatriz Vichessi. Práticas de Alfabetização Adequadas aos Adultos. **Revista Nova Escola On-line**. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/59/pratica-adequada-aos-adultos>>. Acesso em: 10 out. 2018.

DOLINSKI, Silvia Hass. **As políticas públicas da EJA no contexto histórico brasileiro**: algumas considerações. Anais do XVI Seminário Internacional da Educação: Docência nos seus múltiplos espaços. In: GARCIA, Joe de Assis; SELBACH, Jeferson Francisco; SANTOS, Silvia Maria Barreto dos (org.). Jaguarão/RS: Universidade Luterana do Brasil, 2011. 893 p.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ELIAS, Lucciane dos Santos. **Educomunicação e o Processo de Desenvolvimento do Protagonismo Infanto-juvenil**. Santa Maria, RS, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2064/Elias_Lucciane.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 jul. 2019.

Curador. In: **ENCICLOPÉDIA JURÍDICA**. Edição 2014. Disponível em: <<http://www.encyclopedia-juridica.biz14.com/pt/d/curador/curador.html>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

FÁVERO, Osmar; FREITAS, Marinaide. A educação de adultos e jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente. **Revista Inter Ação**, [S.l.], v. 36, n. 2, p. 365-392, dez. 2011. ISSN 1981-8416. Disponível em: <<<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/16712>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

FAIRCHILD, Thomas Massao. Conhecimento técnico e atitude no ensino de língua portuguesa. **Educação e Pesquisa**, v. 35, n. 3, São Paulo, set./dez. 2009. Versão impressa. ISSN 1517-9702, versão *On-line* ISSN 1678-4634. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n3/06.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

FOFONCA, Eduardo. Curadoria de Conteúdo. Entrevista concedida a Lanita H. S. N. Sizanosky. Curitiba, set. 2018.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de: OLIVEIRA, Rosisca Darcy de. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da Autonomia** - Saberes necessários à prática educativa. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FURLAN, Elisangela. **Educação na década de 1970: formação sem Informação**. XI Jornada do HISTEDBR 2013. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/artigo_simposio_4_739_furlan.elisangela@gmail.com.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2018.

GABLER, Neal. The Elusive Big Idea. The New York times. 2011. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/08/14/opinion/sunay/the/elusive-big-idea.html> Acessado em 05/04/2019.

GANEM, Pedro Magalhães. **O que leva uma pessoa a praticar um crime?** 2018. Disponível em: <<https://pedromaganem.jusbrasil.com.br/artigos/517310145/o-que-leva-uma-pessoa-a-praticar-um-crime>>. Acesso em: 09 maio 2018.

GATTI JÚNIOR, Décio. Estado e editoras privadas no Brasil: o papel e o perfil dos editores de livros didáticos (1970-1990). **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 365-377, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ccedes/v25n67/a08v2567.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Introdução à Educação Escolar Brasileira: História, Política e Filosofia da Educação** - versão prévia. Disponível em: <www.miniweb.com.br/educadores/artigos/pdf/introdu-edu-bra.pdf>. Acesso em: 24 out. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Ana Valeska Amaral. Câmara dos Deputados. **Consultoria Legislativa sobre a Oferta Educacional em prisões e a modalidade EAD**. 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema11/2016_18422-oferta-de-educacao-em-prisoas>. Acesso em: 11 nov. 2018.

GRACIANO, Mariângela e SCHILLING, Flávia. A educação na prisão: hesitações, Limites e possibilidades. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 13, n. 25, p. 111-132, 2008.

GRAÇA, Ana Catarina da Silva; COELHO, Ana Júlia; MIQUELINO, Ana Sofia; BARBEITOS, Cecília; CALADO, Pedro. **O Curador – da arte à informação**. **Revista Científica Ciência em Curso**. Palhoça, SC, v. 5, n. 1, p. 67-68, jan./jun. 2016.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p.108-130, maio-ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

HENN, Leonardo Guedes; NUNES, Pamela Pozzer Centeno. A Educação Escolar durante o Período do Estado Novo. **Revista Latino-Americana de História**, v. 2, n. 6, ago. 2013, edição especial. Disponível em: <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/254/207>>. Acesso em: 24 out. 2018.

HOFSTAETTE, Andrea. **Possibilidades e experiências de criação de material didático para o ensino de artes visuais**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101631>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

MONTENEGRO, Instituto. **Indicador de analfabetismo funcional**. Disponível em: <https://ipm.org.br/inaf> Acessado em 18/10/2019

IRELAND, Thimoty D. Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 86, p. 19-39, nov. 2011. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/issue/view/252>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

JÁCOME, Mintza Idesis. **Temas transversais na educação de jovens e adultos**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

JAWSNICKER, Cláudia. **Educomunicação: reflexões sobre teoria e prática. A experiência do Jornal do Santa Cruz.** Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/jawsnicker-claudia-educomunicacao.pdf> Acessado em 02/08/2019

JOST, François. **Compreender a televisão.** Tradução de: DUARTE, Elizabeth Bastos. Porto Alegre, RS: Editora Sulina, 2007.

JULIÃO. Elionaldo Fernandes. EJA e Educação Prisional - Educação para Jovens e Adultos Privados de Liberdade: desafios para a Política e Reinserção Social. Ministério da Educação. **Projeto Salto para o Futuro.** Boletim n. 06, maio de 2007.

JULIÃO. Elionaldo Fernandes. Escola na ou da prisão? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 25-42, jan.-abr., 2016.

JUNIOR, Mauro Roque de Souza. **A Fundação Educar E a Extinção Das Campanhas De Alfabetização De Adultos No Brasil.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5688>. Acesso em: 01 dez. 2012.

KAPLÚN, Mario. **Educomunicação para além do 2.0/** Roberto Aparici (org.). São Paulo: Paulinas, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LOPES, Daniel de Queiroz; Sommer, Luis Henrique; Schmidt, Saraí. Professor-propositor: a curadoria como estratégia para a docência on-line. **Revista Educação e Linguagem**, v. 17, n. 2, p. 54-72, julho/dez. 2014.

MADDZOSKI, Vesna. A Invenção dos Curadores. **Arte & Ensaios | revista do ppgav/eba/ufrj**, n. 28, p. 145-165, dez. 2014. Disponível em: <https://www.academia.eu/18269295/A_INVENÇÃO_DOS_CURADORES>. Acesso em: 09 abr. 2019.

MADEIRA, Lígia. **Trajetórias de Homens Infames: políticas públicas penais e programas de apoio a egressos do sistema penitenciário no Brasil.** 1ª ed.- Curitiba: Appris, 2012.

MAFRA, Andressa Luiza de Souza. **Os desafios e as possibilidades nos 20 anos da modalidade EJA no Brasil:** uma análise dos programas de alfabetização nos governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010). X Seminário Nacional HISTEDBR. UNICAMP, 2016.

MARMO, A. R.; LAMAS, N. C. O curador e a curadoria. **Revista Científica Ciência em Curso** – R. cient. ci. em curso, Palhoça, SC, v. 2, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2013.

MÁRQUES, Fernanda Telles; TALARICO, Sabrina Lobo Uchôa. **Da comunicação popular à educomunicação: reflexões no campo da educação como cultura.** Blumenau – vol. 11, n. 2, p.422-443 ago./nov. 2016.

MARTINS, M. C. Curadoria educativa: inventando conversas. Reflexão e Ação – **Revista do Departamento de Educação/UNISC**, Universidade de Santa Cruz do Sul, vol. 14, n. 1, jan./jun. 2006.

_____. **A arte no cotidiano da educação infantil.** Tempo de Creche, entrevista realizada em 03 set. 2017. Arquivo da tag de Luiz Guilherme Vergara. Disponível em: <<http://www.tempodecreche.com.br/tag/luiz-guilherme-vergara/>>. Acesso em: 09 maio 2019.

MASCARELLO, Fernando (org.). **História do cinema mundial.** Papirus, 2006.

MEDEIROS, Luciano Frontina; WÜNSCH, Luana Priscila. Ensino de programação em robótica com Arduino para alunos do ensino fundamental: relato de experiência. Revista Espaço Pedagógico, v.26, n.2, Passo Fundo, p. 456-480, maio/agosto 2019.

MEDINA, Marco; FERTIG, Cristina. **Algoritmos e Programação:** teoria e prática. São Paulo: Novatec Editora, 2006.

MELLO, Rosângela Menta. **TV multimídia na sala de aula.** III Simpósio Nacional de Tecnologias da Sociedade- Desafios para a transformação social. 2009. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia2/atvmultimidiasala.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MELLO, Aline Ferreira de. **A curadoria de Informação Aplicada ao Jornalismo:** uma análise comparativa de aplicativos móveis. 2015. Diss. (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Comunicação Social, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/7429>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social - Teoria, método e criatividade.** 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, Renato Leite. A Perigosa caixa preta dos algoritmos e a campanha eleitoral de 2018. **Jornal El País**, São Paulo, 12 out. 1987, Coluna Opinião, p.1-7. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/11/opinion/1507749770_561225.html>. Acesso em: 30 maio 2019.

MORAN, José Manuel. Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias. **Revista Diálogo Educacional**, Pontifícia Universidade Católica do Paraná. vol. 4, n. 12, p. 1-9, maio/agosto, 2004.

MOREIRA, Marco Antonio; MASINI, Elcie F. Salzano. **Aprendizagem Significativa**: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Centauro, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. 5. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. Cinema: experiência cultural e escolar. **Caderno de cinema do professor**: dois / Secretaria da Educação, Fundação para o Desenvolvimento da Educação; TOZZI, Devanil (org.). ... [e outros]. - São Paulo: FDE, 2009. Disponível em: <https://culturaecurriculo.fde.sp.gov.br/administracao/Anexos/Documentos/320090708123643caderno_cinema2_web.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2019.

NEPOMUCENO, Luciane Plates de Oliveira. **Cinema, tecnologia e administração**: o uso da linguagem cinematográfica como apoio ao professor da disciplina teoria geral da administração. 2018. Tese de mestrado em Educação e Novas Tecnologias- Uninter, Curitiba, 2018.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. **A educação escolar nas prisões**: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG). Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 4, p. 955-967, out./dez., 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n4/aop894.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

ONOFRE, Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A Educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.38, n.1, p. 51-69, jan/mar.2013. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade Acessado em: 02/11/2018.

ONOFRE, Maria Cammarosano. **Educação Escolar entre as grades**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

_____. **Educação de adultos presos**: Resgatando A cidadania pela Leitura e escrita. Ufscar, São Carlos- SP. Disponível em: <<http://cartografias.catedra.puc-rio.br/artigos/livros%20mudam%20a%20vida%20nos%20pres%C3%ADdios.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

_____. **Educação Escolar na Prisão na Visão dos Professores**: um hiato entre o proposto e o vivido. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 227-244, jun. 2009. ISSN 1982-9949. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/836/640>>. Acesso em: 01 dez. 2018. doi: <<https://doi.org/10.17058/rea.v17i1.836>>.

_____. **Processos educativos na prisão.** Revista de Educação. PUC - Campinas, Campinas, n. 27, p. 65-74, jul./dez., 2009. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/67/56>>. Acesso em: 17 de junho de 2010.

_____. O papel da escola na prisão: saberes e experiências de alunos e professores. **Revista childhood & philosophy**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 271-297, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/childhood/article/download/.../14897>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. **Educação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania.** São Paulo: Paulinas, 2014.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil.** São Paulo-SP: Edições Loyola, 2003.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos.** 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_eja.pdf>. Acesso em: 03 out. 2018.

PENNA. Marieta Gouvea de Oliveira. O Exercício docente por monitores-presos e o desenvolvimento do processo formativo. In: ONOFRE, Maria Cammarosano. (Org.) **Educação Escolar entre as grades.** São Paulo: UduFScar 2007. p. 76-91.

PEREIRA, Bernadete Terezinha; FREITAS, Maria do Carmo Duarte. **O uso das tecnologias da informação e comunicação na prática pedagógica da escola.**

Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1381-8.pdf>>.

PIERRO, Maria Clara. A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: Avaliação, Desafios e Perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

PINHEIRO, Rose Mara; PEREIRA, Antonia Alves. Educomunicação e Jornalismo: uma análise da relação Comunicação/Educação em MT e MS a partir das contribuições de Paulo Freire. **Revista USP/Educomunicação e Jornalismo.** Ano XXIII, n. 2, jul/dez 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/146531/149972>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

PINTO, Luciana. O historiador e sua relação com o cinema. **Revista Eletrônica O Olho da História.** Disponível em:

<<http://www.miniweb.com.br/Artes/artigos/historiadoreocinema.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

PRETTO, Nelson de Luca; TOSTA, Sandra de Fátima Pereira (org.). **Do MEB à WEB: O rádio na educação**. São Paulo: Autêntica, 2010.

RHEINGOLD, Howard. **Crap Detection**. Disponível em: <<http://blog.sfate.com/rheingold/2009/06/30/crap-detection-101>>. Acesso em: 02 out. 2018.

RIBEIRO, Maria Luzineide. No lixão também nasce flor: um relato da experiência de leitura em penitenciárias do Distrito Federal. **Revistas Práticas de Linguagem**, v. 6, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/praticasdelinguagem/files/2016/08/33-43-No-lix%C3%A3o-tamb%C3%A9m-nasce-flor-um-relato-de-experi%C3%A2ncia-de-leitura-em-penitenci%C3%A1rias-do.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2018.

RODRIGUES, Ernaldina Sousa Silva. **Organização do tempo pedagógico no trabalho docente: relações entre o prescrito e o realizado**. Piracicaba, 2009.

RODRIGUES, Michele. **Curadoria de material didático na era digital: a Internet como aliada dos professores**. Disponível em: <<https://blog.mosyle.com/br/curadoria-de-material-didatico-na-era-digital-a-internet-como-aliada-dos-professores>>. Acesso em: out. 2018.

RODRIGUES, Natália. **Governo Democrático de Getúlio Vargas**. Info-escola navegando e aprendendo. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/governo-democratico-de-getulio-vargas/>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

ROSENBAUM, Steven. **Curation nation: how to win in a world where consumers are creators**. Nova York: McGrawHill, 2011.

SACRISTÀN, José Gimeno. **A escolarização transforma-se em uma característica antropológica das sociedades complexas**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. (Org.). **Saberes e Incertezas sobre o currículo**. Universidade de Valencia. Ed. Penso – Artmed, 2013.

SANTOS, Cristina Marcelo dos. **Narrativas e memórias das escolas em prisões do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: <<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss378.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

SANTOS, Thayse Natália Cantanhede. **Curadoria Digital: o conceito no período de 2000 a 2013**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17324/1/2014_ThayseNataliaCantanhedeSantos.pdf>. Acesso em: 12 maio 2019.

SARTORI, Ademilde Silveira. Educomunicação e sua relação com a escola: a promoção de ecossistemas comunicativos e a aprendizagem distraída. **Revista Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 33-48, jul. 2010. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/193>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

SCHOCH, Andrea. **O que significa ser um curador em educação?** Disponível em: <<https://www.appai.org.br/o-que-significa-ser-um-curador-em-educacao/>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

SEED. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba, 2006. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes_dce_eja.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2018.

_____. **Histórico da Educação em Prisões no Estado do Paraná**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/historico_prisoes_pr.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. **Programa Paraná Alfabetizado**. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=171>>. Acesso em: 2 out. 2018.

_____. **Proposta Pedagógico-Curricular para a Oferta de Educação de Jovens e Adultos nos estabelecimentos penais do Paraná**. 2013. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/ppc_eja_prisoes.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2018.

_____. **Editais Programa Paraná Alfabetizado**. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/editais/2017/edital612017gsseed.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2018.

SERRADO JUNIOR, Jehu Vieira. **A Formação do Professor do Sistema Penitenciário: a necessidade de uma educação reflexiva e restaurativa nas prisões**. EDUCERE, 2008. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/318_237.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2018.

SERRANO, Geni. **O Papel da Escola na Formação do Cidadão**. Brasil Escola. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-papel-escola-na-formacao-cidadao.html>>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; BORBA, Vildeane da Rocha; MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira. **Curadoria digital: um termo interdisciplinar**. XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB) v. 17, 2016. Disponível em:

<<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000021941/5cd7db1daf8d7326b8ff01936ed8bcc2/>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

SILVA, Mateus Nagime Barros. **Curadoria e Programação de Filmes nas Salas de Aula de Repertório do Rio de Janeiro: 2003-2013**. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação. Niterói, RJ, 2013. Disponível em: <<http://www.rascunho.uff.br/ojs/index.php/rascunho/article/view/84/50>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

SILVA, Tarcízio. **Curadoria, Mídias Sociais e Redes Profissionais: Reflexões sobre a prática**. Correa, Elizabeth Nicolau Saad (org.). Curadoria Digital e o campo da Comunicação. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes- Universidade de São Paulo, p.73-84, 2012.

SILVEIRA, Thaisa Marcatto da Silveira. **O Paradoxo da Ressocialização Carcerária Frente ao Sistema Prisional Brasileiro**. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA – Assis, 2014. Disponível em: <<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1111400589.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

SINDESPE. **Brasil tem média de 7 presos por agente penitenciário; 19 estados descumprem limite recomendado**. Postado em: 22 fev. 2018. Disponível em: <<https://sindespe.org.br/portal/brasil-tem-media-de-7-presos-por-agente-penitenciario-19-estados-descumprem-limite-recomendado/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações/ Adilson Odair Citelli, Maria Cristina Castilho Costa (organizadores). São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. Mas afinal, o que é Educomunicação? Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/27.pdf> acessado em 09/11/2019.

_____. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre Comunicação e Educação. Revista comunicação & educação, Ano XIX, número 2, jul./dez 2014.

_____. A Educomunicação, em diálogo com as tecnologias, na educação básica. Revista Comunicação & Educação, Ano 20, número 2, jul. /dez 2015). São Paulo: CCA-ECA-USP, 2015.

SCHRAM, Sandra Cristina; CARVALHO, Marco Antonio Batista. **O Pensar Educação em Paulo Freire para uma Pedagogia de Mudanças**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/852-2.pdf> Acesso em 05/01/2019.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve História sobre a EJA no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 38, p. 49-59, jun. 2010.

TEIXEIRA, Marcelo Mendonça; SILVA, Bento Duarte da. **Rádio web:** educação, comunicação e cibercultura no universo acadêmico português. Universidade do Minho – Portugal, 2009. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10020/1/Rádio%20Web%20Educação%2c%20Comunicação%20e%20Cibercultura%20no%20Universo%20Acadêmico%20Português.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

TRENTIN, Elisabeth. **Todo cidadão deveria saber a importância da educação prisional.** Postado em 08 set. 2013. Disponível em: <<http://www.emdialogo.uff.br/content/todo-cidadao-deveria-saber-importancia-da-educacao-prisional>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

UNESCO. **CONFITEA Declaração de Hamburgo.** 1999. p. 51-53. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 15. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2009.

VAZQUEZ, Eliane Leal. **Sociedade Cativa.** Entre cultura escolar e cultura prisional: uma incursão pela ciência penitenciária. 2008. 163 fls. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

WOITOWICZ, Karina Janz. Jornalismo e in(ter)venção da história: um diálogo possível no universo do sentido. In: **Imagem contestada:** a guerra do contestado pela escrita do diário da tarde (1912-1916) [*on-line*]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015, pp. 23-46. ISBN 978-85-7798-212-7. Available from Scielo Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/7s6w4/pdf/woitowicz-9788577982127-02.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2019.